



Número: **5046520-86.2021.8.13.0024**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte**

Última distribuição : **09/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 9.999.999.999,99**

Assuntos: **Recuperação judicial e Falência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
<b>SAMARCO MINERAÇÃO S/A (AUTOR)</b>	
	<b>DANIEL RIVOREDO VILAS BOAS (ADVOGADO) FABIO ROSAS (ADVOGADO) JOSE MURILO PROCOPIO DE CARVALHO (ADVOGADO) FERNANDA DE FIGUEIREDO GOMES (ADVOGADO) LUCIANA DE ALMEIDA SIMOES (ADVOGADO)</b>
<b>SAMARCO MINERAÇÃO S/A (RÉU/RÉ)</b>	
Outros participantes	
<b>CREDORES (TERCEIRO INTERESSADO)</b>	

FREDERICO PEDRINHA MOCARZEL (ADVOGADO)  
RODRIGO SILVA ALMEIDA (ADVOGADO)  
FERNANDO SONCHIM (ADVOGADO)  
MARCELO MARQUES DE SOUZA (ADVOGADO)  
IGOR FARNESE FIGUEIREDO FRANCO (ADVOGADO)  
ROBERTO RODRIGUES PEREIRA JUNIOR (ADVOGADO)  
JOSE RODRIGO ARRUDA NASCIMENTO (ADVOGADO)  
LUCIANO OLIMPIO RHEM DA SILVA (ADVOGADO)  
CRISTINA DAHER FERREIRA (ADVOGADO)  
GUILHERME GASPARI COELHO (ADVOGADO)  
CAMILA CORDEIRO GONCALVES MANSO (ADVOGADO)  
JANAINA PACHECO GOMES (ADVOGADO)  
PAULO HUMBERTO CARBONE (ADVOGADO)  
CARLOS EDUARDO PEREIRA BARRETTO FILHO  
(ADVOGADO)  
VANESSA KOGEMPA BERNAL (ADVOGADO)  
PAULA FELIZ THOMS (ADVOGADO)  
PAULO ENVER GOMES FALEIRO FERREIRA (ADVOGADO)  
SABRINA DE ANDRADE LOPES (ADVOGADO)  
JOSE CORDEIRO DE CAMPOS JUNIOR (ADVOGADO)  
LUIZ FERNANDO GREGORI CORDEIRO (ADVOGADO)  
VINICIUS MAGNO DE CAMPOS FROIS (ADVOGADO)  
VLADIMIR OLIVEIRA BORTZ (ADVOGADO)  
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO)  
CHRISTOPHER VASCONCELOS LOPES (ADVOGADO)  
MARCO ANTONIO DE ANDRADE (ADVOGADO)  
FREDERICO RICARDO DE RIBEIRO E LOURENCO  
(ADVOGADO)  
ROGERIO ZAMPIER NICOLA (ADVOGADO)  
GABRIEL FERREIRA PESTANA (ADVOGADO)  
JONATHAN CAMILO SARAGOSSA (ADVOGADO)  
GUILHERME FONSECA ALMEIDA (ADVOGADO)  
GUILHERME SETOGUTI JULIO PEREIRA (ADVOGADO)  
LUIZ NAKAHARADA JUNIOR (ADVOGADO)  
GUILHERME DIAS GONTIJO (ADVOGADO)  
BRUNO DIAS GONTIJO (ADVOGADO)  
CRISTIANO MAYRINK DE OLIVEIRA (ADVOGADO)  
NARA LAGE VIEIRA (ADVOGADO)  
RICARDO CARNEIRO NEVES JUNIOR (ADVOGADO)  
FABIO MANUEL GUIZO DA CUNHA (ADVOGADO)  
PAULO SERGIO UCHOA FAGUNDES FERRAZ DE  
CAMARGO (ADVOGADO)  
LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA (ADVOGADO)  
SANDRA DE SOUZA MARQUES SUDATTI (ADVOGADO)  
PAULO CALIL FRANCO PADIS (ADVOGADO)  
ISABELA REBELLO SANTORO (ADVOGADO)  
REGIANE OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO)  
EDUARDO PAOLIELLO NICOLAU (ADVOGADO)  
CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (ADVOGADO)  
LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (ADVOGADO)  
CARLOS ALBERTO CERUTTI PINTO (ADVOGADO)  
PAULO CELSO EICHHORN (ADVOGADO)  
MARCOS PITANGA CAETE FERREIRA (ADVOGADO)  
NILSON REIS (ADVOGADO)  
CELSO UMBERTO LUCHESI (ADVOGADO)  
VINICIUS ANTUNES ARAUJO (ADVOGADO)

CAROLINE ZAMBON MORAES (ADVOGADO)  
PAULO WAGNER PEREIRA (ADVOGADO)  
BERNARDO AZEVEDO FREIRE (ADVOGADO)  
MONICA MOYA MARTINS WOLFF (ADVOGADO)  
GUILHERME CORONA RODRIGUES LIMA (ADVOGADO)  
BRUNO COUTINHO DE MAGALHAES (ADVOGADO)  
CHRISTIANE OLIVEIRA RIBEIRO TAVEIRA (ADVOGADO)  
ELIZABETE ALVES HONORATO (ADVOGADO)  
ANTONIO DE MORAIS (ADVOGADO)  
PAULO EDUARDO MACHADO OLIVEIRA DE BARCELLOS  
(ADVOGADO)  
ANTONIO AUGUSTO GARCIA LEAL (ADVOGADO)  
MAURO LUCIO COUTINHO (ADVOGADO)  
PEDRO MAGALHAES HUMBERT (ADVOGADO)  
RODRIGO UCHOA FAGUNDES FERRAZ DE CAMARGO  
(ADVOGADO)  
PAULO ROBERTO COIMBRA SILVA (ADVOGADO)  
RODRIGO FIGUEIRA SILVA (ADVOGADO)  
JOAO BATISTA DONE GOMES (ADVOGADO)  
ANTONIO SERGIO PRATES FROES (ADVOGADO)  
VALERIA FERREIRA DO VAL DOMINGUES PESSOA  
(ADVOGADO)  
ALDEBARAN ROCHA FARIA NETO (ADVOGADO)  
FERNANDA KELLY FONSECA SILVA (ADVOGADO)  
LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI (ADVOGADO)  
CARLOS ARAUZ FILHO (ADVOGADO)  
DANIEL AUGUSTO DE MORAIS URBANO (ADVOGADO)  
DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE  
(ADVOGADO)  
HARRISON ENEITON NAGEL (ADVOGADO)  
NATHALIA DE MELO OLIVEIRA (ADVOGADO)  
DANIEL DE CASTRO SILVA (ADVOGADO)  
MARCELO MARCHON LEO (ADVOGADO)  
LUDMILA KAREN DE MIRANDA (ADVOGADO)  
ALESSANDRO MENDES CARDOSO (ADVOGADO)  
SAMUEL FERREIRA RIBEIRO SILVA (ADVOGADO)  
JACIRA XAVIER DE SA (ADVOGADO)  
RENATO LUIZ FRANCO DE CAMPOS (ADVOGADO)  
ANDRE GONCALVES DE ARRUDA (ADVOGADO)  
ELCIO PEDROSO TEIXEIRA (ADVOGADO)  
EUGENIO KNEIP RAMOS (ADVOGADO)  
EDNILSON CIRILO DIAS (ADVOGADO)  
MATHEUS BONACCORSI FERNANDINO (ADVOGADO)  
DENNIS OLIMPIO SILVA (ADVOGADO)  
JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (ADVOGADO)  
JOAO MACIEL DE LIMA NETO (ADVOGADO)  
LEONARDO PEREIRA ROCHA MOREIRA (ADVOGADO)  
MARCIO DE SOUZA POLTO (ADVOGADO)  
DARIO TORRES DE MOURA FILHO (ADVOGADO)  
NELSON DIAS NETO (ADVOGADO)  
MAIALU VIDIGAL DA FONSECA (ADVOGADO)  
FERNANDO LOURO PESSOA (ADVOGADO)  
SARAH PEDROSA DE CAMARGOS MANNA (ADVOGADO)  
MARCELO GAMA NAZARIO DA FONSECA (ADVOGADO)  
MAYRAN OLIVEIRA DE AGUIAR (ADVOGADO)  
RAFAEL LEONI MORAES (ADVOGADO)

RICARDO LOPES GODOY (ADVOGADO)  
HELVECIO FRANCO MAIA JUNIOR (ADVOGADO)  
GLEDSON MARQUES DE CAMPOS (ADVOGADO)  
HENRIQUE COUTINHO DE SOUZA (ADVOGADO)  
ROBERTO PEREIRA GONCALVES (ADVOGADO)  
CARLOS HENRIQUE MARTINS TEIXEIRA (ADVOGADO)  
CINTIA MARCELINO FERREIRA (ADVOGADO)  
THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT (ADVOGADO)  
LUCIANA SANTOS CELIDONIO (ADVOGADO)  
FLAVIO NERY COUTINHO DOS SANTOS CRUZ  
(ADVOGADO)  
DANIEL CIOGLIA LOBAO (ADVOGADO)  
SIMONE XAVIER LAMBAIS (ADVOGADO)  
PAULO ROBERTO DA SILVA YEDA (ADVOGADO)  
MARIA CLAUDIA DE LUCCA (ADVOGADO)  
SACHA CALMON NAVARRO COELHO (ADVOGADO)  
JULIANA FERNANDES SANTOS TONON (ADVOGADO)  
GUSTAVO HUMBERTO MONTEIRO (ADVOGADO)  
MARIANNE CUNHA ARAUJO (ADVOGADO)  
VALDOMIRO LESSA NEIVA JUNIOR (ADVOGADO)  
AUGUSTO TOLENTINO PACHECO DE MEDEIROS  
(ADVOGADO)  
RENATA MARTINS DE OLIVEIRA AMADO (ADVOGADO)  
CRISTIANO ANTUNES RECK (ADVOGADO)  
ROGERIO BORGES DE CASTRO (ADVOGADO)  
FABIO HENRIQUE FERREIRA PRADO (ADVOGADO)  
GUILHERME CARVALHO MONTEIRO DE ANDRADE  
(ADVOGADO)  
FLAVIO CARVALHO MONTEIRO DE ANDRADE  
(ADVOGADO)  
ERIKA SANTIAGO SILVA (ADVOGADO)  
MARKOS WENDELL CARVALHO RODRIGUES  
(ADVOGADO)  
ULISSES SIMOES DA SILVA (ADVOGADO)  
FABIO DE POSSIDIO EGASHIRA (ADVOGADO)  
MARCELO DOS SANTOS ALBUQUERQUE (ADVOGADO)  
MATEUS DE MOURA LIMA GOMES (ADVOGADO)  
ELIANE CRISTINA CARVALHO TEIXEIRA (ADVOGADO)  
LUIZ HENRIQUE CUNHA COSTA ALVES (ADVOGADO)  
GLAUCIA MARA COELHO (ADVOGADO)  
LUIZ FERNANDO MONTENEGRO DA SILVA (ADVOGADO)  
WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA (ADVOGADO)  
FABIANA LEAO DE MELO (ADVOGADO)  
PEDRO HENRIQUE DE SOUZA E SILVA (ADVOGADO)  
FREDERICO DE ASSIS FARIA (ADVOGADO)  
VINICIUS MANAIA NUNES (ADVOGADO)  
RODRIGO ADRIANO CASSEMIRO (ADVOGADO)  
JULIANA JUNQUEIRA COELHO (ADVOGADO)  
JULIANA CESAR FARAH (ADVOGADO)  
CRISTIANO PESSOA SOUSA (ADVOGADO)  
ANDRE CAMERLINGO ALVES (ADVOGADO)  
PAULO GUILHERME DE MENDONCA LOPES (ADVOGADO)  
CALEBE LIMA (ADVOGADO)  
CHRISTIANO NOTINI DE CASTRO (ADVOGADO)  
RICARDO KEY SAKAGUTI WATANABE (ADVOGADO)  
MARCO ANTONIO CORREA FERREIRA (ADVOGADO)

ALEXANDRE DE SOUZA PAPINI (ADVOGADO)  
GUILHERME MELO DUARTE (ADVOGADO)  
LUIS FERNANDO LIBARDI DE OLIVEIRA (ADVOGADO)  
MARIA CAROLINA FERRAZ CAFARO (ADVOGADO)  
ADILSON PINTO PEREIRA JUNIOR (ADVOGADO)  
GIULIANA CAFARO KIKUCHI (ADVOGADO)  
LUIZ GUSTAVO VIEIRA ZUCCHERATTE (ADVOGADO)  
ANA CAROLINA BARROS ALVES MUZZI (ADVOGADO)  
SYLVIE BOECHAT (ADVOGADO)  
RICARDO AMADO CIRNE LIMA (ADVOGADO)  
MELISSA FUCCI LEMOS ASSMANN (ADVOGADO)  
LORENA CAROLINE RAMOS DUARTE (ADVOGADO)  
RICARDO MATUCCI (ADVOGADO)  
ANDRE ESCAME BRANDANI (ADVOGADO)  
ELIO ANTONIO COLOMBO JUNIOR (ADVOGADO)  
TALITHA AGUILLAR LEITE (ADVOGADO)  
CELINA SOBRAL DE MENDONCA (ADVOGADO)  
MARLEN PEREIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)  
MARCOS GOMES DA SILVA BRUNO (ADVOGADO)  
PEDRO NEIVA DE SANTANA NETO (ADVOGADO)  
PAULO ROGERIO NOVAES (ADVOGADO)  
THIAGO MAHFUZ VEZZI (ADVOGADO)  
TULIO FARIA TONELLI (ADVOGADO)  
FELIPE ALEXANDRE VIZINHANI ALVES (ADVOGADO)  
PATRICIA SAETA LOPES BAYEUX (ADVOGADO)  
RICARDO BAZZANEZE (ADVOGADO)  
CYNTHIA APARECIDA VINCI (ADVOGADO)  
ROBERTA PEREIRA FERNANDES (ADVOGADO)  
HENRIQUE DA CUNHA TAVARES (ADVOGADO)  
REBECCA GONCALVES FRESNEDA (ADVOGADO)  
CLESCIO CESAR GALVAO (ADVOGADO)  
JOSE RICARDO VALIO (ADVOGADO)  
HELVIO SANTOS SANTANA (ADVOGADO)  
ANA CAROLINA BRITTE BRUNO (ADVOGADO)  
SERGIO CARNEIRO ROSI (ADVOGADO)  
THIAGO AARAO DE MORAES (ADVOGADO)  
HANNAH VAST BATISTA DE TOLEDO (ADVOGADO)  
EURIPEDES BARSANULFO SEGUNDO MIRANDA  
(ADVOGADO)  
MARCOS MARTINS DA COSTA SANTOS (ADVOGADO)  
ALINE MAZZOLIN FERREIRA (ADVOGADO)  
CLAUDIO HURGEL VICTOR LEITE (ADVOGADO)  
ROBERTA MELISSA COSTA DOS ANJOS (ADVOGADO)  
HELICIO JOSE ALONSO MECA (ADVOGADO)  
LUIZ COELHO PAMPLONA (ADVOGADO)  
TULIUS MAXIMILIANO CORREA DOS REIS (ADVOGADO)  
GABRIELA FREIRE NOGUEIRA (ADVOGADO)  
CAROLINA ALMEIDA DE PAULA FREITAS (ADVOGADO)  
WALTER CARDINALI JUNIOR (ADVOGADO)  
LEONARDO JOSE MELO BRANDAO (ADVOGADO)  
PRISCILA MARTINS HYPPOLITO DOS SANTOS  
(ADVOGADO)  
MATHEUS MAGALHAES TEIXEIRA (ADVOGADO)  
RAPHAEL HENRIQUE DA CRUZ BARBOSA (ADVOGADO)  
HUERLISON ANTONIO RAYMUNDO (ADVOGADO)  
IARA DUQUE SOARES (ADVOGADO)

ANTONIO CARLOS DE FREITAS (ADVOGADO)  
MARIO EDUARDO GUIMARAES NEPOMUCENO JUNIOR  
(ADVOGADO)  
PATRICIA KLIEN VEGA (ADVOGADO)  
ANDERSON RACILAN SOUTO (ADVOGADO)  
GUILHERME FREDERICO MATOS PACHECO DE ANDRADE  
(ADVOGADO)  
RODRIGO AFONSO MACHADO (ADVOGADO)  
PAULO HENRIQUE DA SILVA VITOR (ADVOGADO)  
KATIA LEANDRA DOS SANTOS (ADVOGADO)  
CAROLINA DINIZ PAES (ADVOGADO)  
SIMONE NORONHA BEZERRA (ADVOGADO)  
COLUMBANO FEIJO (ADVOGADO)  
LUIZ CLAUDIO FRANCA SILVA (ADVOGADO)  
ANA PAULA SILVA DE CARVALHO (ADVOGADO)  
PHILIPPE ANDRE ROCHA GAIL (ADVOGADO)  
PABLO RODRIGO JACINTO (ADVOGADO)  
CAMILA VANDERLEI VILELA DINI (ADVOGADO)  
MAURO CARAMICO (ADVOGADO)  
ANDREA TEIXEIRA PINHO RIBEIRO (ADVOGADO)  
RENATA MARTINS GOMES (ADVOGADO)  
ADRIANE FORTES SOUZA JALES (ADVOGADO)  
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (ADVOGADO)  
HELENA DA CUNHA MARTINS (ADVOGADO)  
FABIO RICARDO ROBLE (ADVOGADO)  
PEDRO HENRIQUE RAMOS BORGHI (ADVOGADO)  
MARCELLO GONCALVES FREIRE (ADVOGADO)  
PEDRO HENRIQUE CHAVES FERNANDES (ADVOGADO)  
FERNANDO FERREIRA CASTELLANI (ADVOGADO)  
GIULLIANO MARINOTO (ADVOGADO)  
WELERSON VIEIRA DE LEO (ADVOGADO)  
JOAO MARCELO CABRAL REIS (ADVOGADO)  
FAGNER DUSTIN SILVA GAMONAL BARRA (ADVOGADO)  
ANA LUCIA DE ALMEIDA STRANO MESSETTI (ADVOGADO)  
MARCOS GUARCONI PIUMBINI (ADVOGADO)  
MARCIO AMERICO DE OLIVEIRA MATA (ADVOGADO)  
OSLY DA SILVA FERREIRA NETO (ADVOGADO)  
LUCIANA MARQUES DE ABREU JUDICE DESSAUNE  
(ADVOGADO)  
LEONARDO GONORING GONCALVES SIMON (ADVOGADO)  
FILIPE DIAS XAVIER RACHID (ADVOGADO)  
ALEX BENETTI (ADVOGADO)  
NELSON LOMBARDI JUNIOR (ADVOGADO)  
KLEBER DE NICOLA BISSOLATTI (ADVOGADO)  
FERNANDO BUONACORSO (ADVOGADO)  
MARIANA DE OLIVEIRA COTA (ADVOGADO)  
RODRIGO FERREIRA PELISSARI (ADVOGADO)  
EDUARDO METZKER FERNANDES (ADVOGADO)  
FLAVIA NEVES NOU DE BRITO (ADVOGADO)  
FLAVIO COUTO BERNARDES (ADVOGADO)  
GUILHERME AUGUSTO CYRINO (ADVOGADO)  
SUSETTE GOMES (ADVOGADO)  
PAULO TEODORO DO NASCIMENTO (ADVOGADO)  
JEFERSON COSTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO)  
MARINA LUCIANA GOIS DOS SANTOS VAZ (ADVOGADO)  
MARIANA GOMES SILVEIRA (ADVOGADO)

MARIA ALESSANDRA DA CUNHA (ADVOGADO)  
GUILHERME ANDRADE CARVALHO (ADVOGADO)  
DANIEL SOARES GOMES (ADVOGADO)  
ANGELICA RABELLO PEREIRA (ADVOGADO)  
CHRISTIANO SANZIO BASTOS PERPETUO (ADVOGADO)  
SERGIO TANCREDO OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO)  
SILVIO TIAGO CRISTO DE MELO (ADVOGADO)  
THIAGO ALMEIDA RIBEIRO (ADVOGADO)  
RENATO FERMIANO TAVARES (ADVOGADO)  
PEDRO AGUILERAS MARTINS (ADVOGADO)  
KAMILA SOUSA LIMA (ADVOGADO)  
GABRIELA MASCARENHAS FIUZA (ADVOGADO)  
CRISTIANO KEN TAKITA (ADVOGADO)  
JACKSON FERNANDES (ADVOGADO)  
ANDREY MAIA GADELHA (ADVOGADO)  
ANTONIO CARLOS COELHO PEREIRA NETO (ADVOGADO)  
AMARILIO MACHADO DIAS (ADVOGADO)  
GIOVANNA LOPES NADER (ADVOGADO)  
GUSTAVO SILVA MACEDO (ADVOGADO)  
DOUGLAS DE CASTRO ZILLE (ADVOGADO)  
FILIPE MIGUEL ARANTES (ADVOGADO)  
MARCOS ZANINI (ADVOGADO)  
BRIAN CERRI GUZZO (ADVOGADO)  
ALEXANDRE PIMENTA DA ROCHA DE CARVALHO  
(ADVOGADO)  
FABRIZIO ROGER DE CARVALHO RUSSI (ADVOGADO)  
ERASMO HEITOR CABRAL (ADVOGADO)  
JENEFER LAPORTI PALMEIRA (ADVOGADO)  
MATHEUS GARRIDO DE OLIVEIRA KABBACH  
(ADVOGADO)  
ANDREA CRUZ SALLES (ADVOGADO)  
LEONARDO CANABRAVA TURRA (ADVOGADO)  
FLAVIA MIARI CANCADO (ADVOGADO)  
LEONARDO DE ABREU BIRCHAL (ADVOGADO)  
ANDRE MARTINS MAGALHAES (ADVOGADO)  
ANA PAULA LAGES OLIVEIRA (ADVOGADO)  
LEONARDO OLIVEIRA CALLADO (ADVOGADO)  
VICTORIA FERES DE MARCO (ADVOGADO)  
BRUNA FURTINI VEADO (ADVOGADO)  
PAULA CARNEIRO COSTA BAX DE BARROS (ADVOGADO)  
MARIA EDUARDA BELO BOSON (ADVOGADO)  
BARBARA COTTA BARRETO (ADVOGADO)  
JOSE CARLOS RIZK FILHO (ADVOGADO)  
CAROLINE MAGALHAES COSTA (ADVOGADO)  
EBER SILVA DIAMANTINO (ADVOGADO)  
NATALIA YAZBEK ORSOVAY (ADVOGADO)  
EDUARDO GUIMARAES WANDERLEY (ADVOGADO)  
BRUNA GRAZIELE LIMA (ADVOGADO)  
ATAIDE MENDES DA SILVA FILHO (ADVOGADO)  
MARCELO DIAS GONCALVES VILELA (ADVOGADO)  
RODRIGO WEBER CAMELO SANTOS (ADVOGADO)  
EDIMAR CRISTIANO ALVES (ADVOGADO)  
MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA (ADVOGADO)  
PEDRO OTAVIO ASSAD DE MATTOS SIMOES  
(ADVOGADO)  
PATRICIA DO AMARAL GURGEL (ADVOGADO)

NEMAN MANCILHA MURAD (ADVOGADO)  
ISADORA DE ASSIS E SOUZA (ADVOGADO)  
JULIANA CORDEIRO DE FARIA (ADVOGADO)  
PEDRO ARTHUR REZECK BRAGA HIBNER (ADVOGADO)  
JULIA VIEIRA FROES (ADVOGADO)  
BERNARDO CAMPOMIZZI MACHADO (ADVOGADO)  
CESAR AUGUSTO MACHADO RODRIGUES (ADVOGADO)  
RUBIO CARNEIRO MOREIRA (ADVOGADO)  
RUDJERI MONT MOR MESSEDER DE ALVARENGA  
(ADVOGADO)  
GUILHERME AUGUSTO DE LIMA FRANCA (ADVOGADO)  
MAURICIO LUIS SOUZA (ADVOGADO)  
BRUNO AUGUSTO DE LIMA (ADVOGADO)  
BRUNO VELOSO LAGO (ADVOGADO)  
DANIELA CASTELO MARTINS (ADVOGADO)  
DAVID GONCALVES DE ANDRADE SILVA (ADVOGADO)  
DAVID MASSARA JOANES (ADVOGADO)  
FERNANDO AUGUSTO TAVARES COSTA (ADVOGADO)  
RIAN NICOLAS RIBEIRO DE SA (ADVOGADO)  
FELIPE D AGUIAR ROCHA FERREIRA (ADVOGADO)  
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO)  
FREDERICO FIGUEIREDO AZEVEDO (ADVOGADO)  
UMBERTO LUCAS DE OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO)  
RENNER SILVA FONSECA (ADVOGADO)  
SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO)  
GILSON ISAIAS PEREIRA (ADVOGADO)  
EZEQUIEL DE MELO CAMPOS NETTO (ADVOGADO)  
ROVENA ROBERTA DA SILVA LOCATELLI DIAS  
(ADVOGADO)  
ARTUR ANDRADE SANTOS (ADVOGADO)  
SERGIO MOURAO CORREA LIMA (ADVOGADO)  
ADRIANA ASTUTO PEREIRA (ADVOGADO)  
LEONARDO BATTISTE GOMES (ADVOGADO)  
FERNANDO ROCHA SARUBI (ADVOGADO)  
LUCAS MACEDO TEIXEIRA (ADVOGADO)  
ANGELA MARIA RODRIGUES (ADVOGADO)  
CAROLINE CAMPOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO)  
ROMELITA TAVARES SANTOS ALVIM (ADVOGADO)  
LUCIANO GANDRA MARTINS (ADVOGADO)  
THIAGO AUGUSTO SILVA ANDREZA (ADVOGADO)  
ROMARIO ESTRELA PEREIRA (ADVOGADO)  
GERALDO GONCALVES DE OLIVEIRA E ALVES  
(ADVOGADO)  
CARLOS MACHADO RODRIGUES (ADVOGADO)  
ALEXANDRE CAVALCANTE CARNEIRO (ADVOGADO)  
JOAO MARCOS GUIMARAES MENDONCA (ADVOGADO)  
RAFAEL RIBEIRO GONCALVES MIRANDA (ADVOGADO)  
ANDRE DE ALMEIDA RODRIGUES (ADVOGADO)  
GUSTAVO DE MELO FRANCO TORRES E GONCALVES  
(ADVOGADO)  
GUSTAVO CESAR SOUZA NASCIMENTO (ADVOGADO)  
BRUNA DO VALLE RODRIGUES (ADVOGADO)  
EDUARDA VASCONCELOS GOMES PINHEIRO MARTINS  
(ADVOGADO)  
PATRICIA CAMPOS DE CASTRO VERAS (ADVOGADO)  
JEAN PIERRE MACHADO SANTIAGO (ADVOGADO)



	<p>VICTOR APARECIDO SIGOLI (ADVOGADO)  NATALIA TAVARES LIMA GIANNASI (ADVOGADO)  WILLIANS FERNANDES SOUSA (ADVOGADO)  ALEXANDRE GERETO DE MELLO FARO (ADVOGADO)  LUITA MARIA OUREM SABOIA VIEIRA (ADVOGADO)  ALEXANDRE MELO BRASIL (ADVOGADO)  MARIA VICTORIA BARBOSA BRITO GUIMARAES NASSER (ADVOGADO)  FRANCISCO RUGER ANTUNES MACIEL MUSSNICH (ADVOGADO)  NELSON BRAGA DE MORAIS (ADVOGADO)  DANIEL CESCHIATTI AGRELLO (ADVOGADO)  MARCOS VINICIUS GOMES (ADVOGADO)  DANIEL HORTA FRANKLIN (ADVOGADO)  ALICE VIDAL GOUVEIA (ADVOGADO)  RICARDO AMARAL POLONI (ADVOGADO)  LUIS FILIPE RACHE SOARES (ADVOGADO)  FERNANDO CESAR LOPES GONCALES (ADVOGADO)  LUCIANA APARECIDA SARTORI (ADVOGADO)  EDUARD TOPIC JUNIOR (ADVOGADO)  RICARDO DE MAGALHAES MATTOS (ADVOGADO)  CHRISTIANE DA ROCHA BOZOLO (ADVOGADO)  ANDREA DITOLVO VELA (ADVOGADO)  ANDERSON PONTOGLIO (ADVOGADO)  TIAGO LANNI DE OLIVEIRA ARAUJO (ADVOGADO)  JADER LUCIO RODRIGUES DE SOUZA (ADVOGADO)  CLAUDIA FERRAZ DE MOURA (ADVOGADO)  TIAGO ANDRE DE OLIVEIRA (ADVOGADO)  RAPHAEL AUGUSTO MAYRINK BRANGIONI (ADVOGADO)  ANDREIA FERRARI TORNEIRI (ADVOGADO)  MEIRE CRISTINA ROQUE PERDIGAO (ADVOGADO)  ANA CRISTINA CALEGARI (ADVOGADO)  IONARA GONCALVES LEAL (ADVOGADO)  JOSE EDUARDO MARINO FRANCA (ADVOGADO)  FLAVIA MARIA PIMENTA BARROSO CHIARI (ADVOGADO)  DANIELA NALIO SIGLIANO (ADVOGADO)  GUILHERME GUAITOLINI (ADVOGADO)  PAULO HENRIQUE CREMONEZE PACHECO (ADVOGADO)  CAREM RIBEIRO DE SOUZA (ADVOGADO)  ALBERTO SILVA MATOS (ADVOGADO)  BRUNA MARA MORAES DE OLIVEIRA (ADVOGADO)  WELLINGTON RIBEIRO FERREIRA (ADVOGADO)  LUIZ GUILHERME PORTO DE TOLEDO SANTOS (ADVOGADO)</p>
INOCENCIO DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	DIDIMO INOCENCIO DE PAULA (ADVOGADO)
PAOLI BALBINO E BARROS ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	OTAVIO DE PAOLI BALBINO DE ALMEIDA LIMA (ADVOGADO)
BERNARDO BICALHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	BERNARDO BICALHO DE ALVARENGA MENDES (ADVOGADO)

Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)			
WALD ADMINISTRACAO DE FALENCIAS E EMPRESAS EM RECUPERACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)			
		ARNOLDO WALD FILHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9461082603	16/05/2022 20:16	<a href="#">Samarco Relatório Admin e Demonstrações Financeiras 2021</a>	Documento de Comprovação



SAMARCO MINERAÇÃO S.A.  
- EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,  
RELATÓRIO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**



# SUMÁRIO

- 3 Relatório da Administração
- 4 Mensagem da Administração
- 6 2021 em destaques
- 7 Sobre a Samarco
  - 10 Governança e ética
  - 11 Gestão de riscos
- 12 Contexto do negócio
  - 13 Segurança e geotecnia
  - 14 Reparação
- 15 Sustentabilidade
  - 16 Pessoas e diversidade
  - 17 Saúde e segurança
  - 17 Eficiência ambiental
  - 19 Comunidades
- 21 Relatório dos auditores independentes
- 24 Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

*Pelotas - Pátios de Estocagem, unidade de Ubu, Anchieta (ES)*



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



*Complexo de Germano,  
Mariana e Ouro Preto (MG)*



# MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Desde que assumi a presidência da Samarco, em meio ao contexto de desafios que marcaram a trajetória da Empresa, tive segurança quanto ao compromisso e empenho de cada empregado, empregada e parceiros com a concretização de nossa Nova Jornada.

Ao longo dos últimos anos, promovemos as mudanças necessárias para retomar nossas atividades operacionais e seguir reconstruindo e fortalecendo as relações de confiança com as comunidades que nos recebem e com a sociedade de forma geral.

Depois de cinco anos sem operar, reiniciamos nossas atividades operacionais em dezembro de 2020. Ao longo de 2021, primeiro ano completo de nossa retomada operacional, pudemos dar os passos iniciais dessa história e colher resultados coerentes com nosso propósito, valores e cultura.

Iniciamos esse ciclo ainda marcados pelo enfrentamento da pandemia da Covid-19. Nesse cenário, mantivemos as ações preventivas com o objetivo de proteger a saúde e integridade de nossos(as) empregados(as) e contratados(as) e, ao mesmo tempo, consolidar nossas atividades minerárias e industriais em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Além das ações de saúde física e emocional na pandemia, a preocupação com o capital humano se traduziu no Programa de Cultura Samarco, que em seu terceiro ano foi marcado pelo desempenho positivo em favorabilidade de nossos empregados na Pesquisa de Clima, que chegou a 90,2%. Refletindo esse resultado, ficamos em 1º lugar no setor de siderurgia e mineração e 22º no ranking geral do Lugares Incríveis para Trabalhar 2021. Outro destaque foi o lançamento de nosso programa de diversidade, um dos temas

em que esperamos obter avanços já no curto e médio prazos.

2021 também foi o ano de reconectar a Samarco ao mercado. Voltamos a fornecer um produto de elevado teor de ferro, superior a 65%, reconhecido pelos nossos clientes. Alcançamos uma produção de 7,87 milhões de toneladas de pelotas e finos de minério de ferro, dentro de nossa meta, e realizamos 73 embarques a partir de nosso terminal portuário de Ubu para atender dezenas de clientes nas Américas, Europa, Ásia, Norte da África e Oriente Médio.

A concretização da retomada nos permitiu promover uma geração de impacto social conizente com o histórico de relacionamentos da Empresa. Demos continuidade aos investimentos sociais e institucionais, com programas de educação ambiental, monitoramento de indicadores, diversificação socioeconômica e capacitação de produtores rurais. Além disso, por meio do negócio, geramos R\$ 1,1 bilhão em tributos para Minas Gerais e Espírito Santo, incluindo aqueles gerados por fornecedores em compras para atender a Empresa, e mantivemos uma base de cerca de 1.500 empregados diretos e 8.000 trabalhadores indiretos.

Resultados como esses foram possíveis porque mantivemos o olhar sistêmico para todas as variáveis de nosso negócio - o acesso e interação com o mercado transoceânico de pelotas de minério de ferro; os compromissos com a repa

ração e compensação dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão; as relações com as comunidades que nos recebem; e o foco na segurança das pessoas, de nossos ativos e de nossas estruturas geotécnicas.

Neste contexto, nossas equipes garantiram a estabilidade das nossas estruturas geotécnicas e apostaram na gestão proativa de riscos, com monitoramento e comunicação contínuos com autoridades, auditores independentes e comunidades vizinhas.

Nosso Mapa Estratégico prevê um diálogo cada vez maior entre todos os esforços da Empresa e critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês adotada pelo mercado). Isso está expresso na nossa Declaração de Compromisso com a Sustentabilidade, que, em diálogo com a Agenda 2030 e o Pacto Global das Nações Unidas, busca nos posicionar nos pilares de governança e cultura organizacional, relações sociais, meio ambiente e segurança e inovação.

Seguimos também financiando e acompanhando, por meio da governança estabelecida no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta



(TTAC) e no TAC Gov., as ações de reparação e compensação relacionadas aos impactos do rompimento da barragem de Fundão. Destinamos, junto com nossos acionistas, R\$ 8,1 bilhões aos 42 programas sob responsabilidade da Fundação Renova. E participamos ativamente das discussões lideradas pelo Conselho Nacional de Justiça acerca da repactuação das ações no âmbito do TTAC.

Reconhecemos os desafios, especialmente associados às indenizações e aos reassentamentos, e estamos empenhados em busca de uma repactuação que possa dar mais celeridade e resolutividade às ações complexas de reparação.

Nosso primeiro ano após a retomada também foi marcado por outro tema fundamental para nosso futuro - o ajuizamento do pedido de recuperação judicial em 2021. Este processo foi concebido de forma cuidadosa e respeitosa por nós a fim de preservar o interesse de todas as partes, oferecer as melhores condições de pagamento possíveis após a homologação para empregados e fornecedores, preservar nossas operações e renegociar nossa dívida com credores internacionais financeiros, em sua maior parte.

Durante todo o processo, a Samarco mantém a transparência e segue acreditando em um acordo justo, considerando de forma responsável as limitações do nosso plano de negócios e as obrigações da Empresa com a Fundação Renova e com a reparação, estabelecidas nos termos do TTAC, de forma a assegurar o reequilíbrio econômico-financeiro de nossa empresa e manter a função social e a geração de emprego, renda e tributos.

Diante de todos os desafios e aprendizados que vivemos, considero 2021 como um ano positivo e transformador para a Samarco. Nele, confirmamos nossa resiliência e adaptabilidade após cinco anos sem operar. Aprendemos intensamente até aqui e estamos prontos para dar continuidade à jornada da Empresa, honrando nossos compromissos com nossos parceiros, clientes, empregados e comunidades e monitorando todos os riscos e oportunidades atrelados ao negócio.

**Rodrigo Alvarenga Vilela**  
Diretor-presidente

# 2021 EM DESTAQUES



## FINANÇAS & INVESTIMENTOS

**R\$9.028,3 milhões**  
em faturamento bruto em 2021

**R\$2.560 milhões**  
em custo do produto vendido  
com capacidade ociosa

**R\$-10.046,1 milhões**  
em resultado do exercício  
(prejuízo)

**R\$234 milhões**  
em investimentos de capex



## PRODUÇÃO & VENDAS

**7,879 milhões**  
de toneladas produzidas

**7,06 milhões**  
de toneladas - vendas no exterior  
(pelotas + finos)

**0,379 milhões**  
de toneladas - vendas no país  
(pelotas)

**+ de 70 embarques**  
realizados a partir do terminal  
portuário de Ubu



## DÍVIDA E POSIÇÃO FINANCEIRA

**R\$9.677,3 milhões**  
em dívida com acionistas  
(empréstimos e financiamentos)

**R\$2.917,8 milhões**  
em dívida com acionistas  
(dividendos e direitos minerários)

**R\$14.456,6 milhões**  
em dívida com acionistas  
(aportes Fundação Renova)

**R\$1,5 milhão**  
em dívida com acionistas (outros)

**R\$27.703,2 milhões**  
em dívida com terceiros



## ALOCAÇÃO DE RECURSOS FUNDAÇÃO RENOVA

**R\$3.699,9 milhões**  
em valores aportados  
na Fundação Renova (Samarco)

**R\$4.300,1 milhões**  
em valores aportados  
na Fundação Renova (Acionistas)



## DESCARACTERIZAÇÃO DA BARRAGEM DE GERMANO

**R\$469,2 milhões**  
em despesas realizadas para  
descaracterização da Barragem  
de Germano



## COMUNIDADE

**R\$7,1 milhões**  
investidos voluntariamente,  
via investimentos institucionais  
e sociais



## SEGURANÇA

**0,29 foi a taxa**  
**específica de acidentes**  
com perda de tempo (CPT)

**1,18 foi nossa taxa total**  
de acidentes registrados (CPT + SPT)



## MEIO AMBIENTE

**R\$18,3 milhões**  
em investimentos ambientais



# SOBRE A SAMARCO

Fundada em 1977, a Samarco é uma companhia brasileira de capital fechado, estruturada como joint venture controlada em partes iguais pela Vale e pela BHP Billiton, atuante na lavra, no processamento e na comercialização de finos e pelotas de minério de ferro.

Nascemos como uma Empresa de perfil essencialmente exportador e, ao longo das décadas, consolidamos um modelo produtivo que inclui o Complexo de Germano, em Mariana e Ouro Preto (MG), com minas e plantas de beneficiamento de minério de ferro, e o Complexo de Ubu, em Anchieta (ES), onde ficam nossas usinas de pelletização e o terminal portuário próprio. As unidades são interligadas por três minerodutos –, com cerca de 400 quilômetros de extensão cada –, responsáveis por transportar a polpa de minério de Minas Gerais ao Espírito Santo.

Outras estruturas administrativas e operacionais são a sede corporativa em Belo Horizonte (MG), escritórios comerciais na Holanda e em Hong

Kong, a pequena central hidrelétrica (PCH) em Muniz Freire (ES) e uma participação no consórcio da usina de Guilman-Amorim, em Antônio Dias e Nova Era (MG).

Os produtos da Samarco incluem pelotas nas modalidades de redução direta (DR) e alto forno (BF) e finos de minério de ferro (pellet feed e sinter feed), que atendem diversas indústrias nas Américas, Europa, no Oriente Médio, Norte da África e na Ásia.

Nossa história é marcada pelo projeto inovador da Empresa de transformar minério de baixo teor de ferro em produtos de qualidade, capazes de servir à indústria siderúrgica global em

aplicações em engenharia, bens de consumo e tecnologia. Entretanto, vivemos período de intensos desafios e uma revisão profunda das bases organizacionais após o rompimento da Barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015 – que gerou impactos socioambientais e socioeconômicos para as comunidades em Minas Gerais e no Espírito Santo.

O rompimento resultou na paralisação de nossas atividades, em ações imediatas de contenção e reforço das estruturas e em um longo trabalho de planejamento, diálogo com comunidades impactadas e adjacentes e com governos e autoridades, a fim de gradualmente traçarmos um horizonte de retomada das operações e financiarmos as atividades de reparação e compensação, conduzidas pela Fundação Renova.

De um lado, nos guiamos pelo Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado em 2016 com os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além de outras autoridades, e pelo Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC Gov), firmado em 2018 para reforçar e aprimorar a governança das ações de compensação e reparação.

De outro, revisitamos nossa essência e razão de ser, desenhamos novos processos, pautados por segurança e inovação, e iniciamos os trabalhos voltados para a retomada das operações, concretizada em dezembro de 2020, em Germano e Ubu. Voltamos de uma maneira diferente, menores, com 26% de nossa capacidade, e a partir da adoção de novas tecnologias para disposição de rejeitos, um modelo capaz de filtrar e empilhar a seco 80% do rejeito arenoso gerado a partir da implantação do Sistema de Filtragem, em Germano. Os 20% restantes (lama) são depositados na Cava Alegria Sul.

Logo após a retomada operacional, em abril de 2021, para proteger nossas operações, manter a função social e a geração de empregos, renda e tributos, ajuizamos pedido de recuperação judicial à Justiça de Minas Gerais, para renegociar nossa dívida, que é em sua maior parte financeira e está em poder de detentores estrangeiros de títulos de dívida. Sem impacto para as operações da Empresa, a medida atende à necessidade de reequilíbrio do capital social da Samarco

para que possa honrar suas dívidas com fundos de investimento e seus acionistas – que forneceram recursos para a retomada da Empresa e para as ações de compensação e reparação conduzidas pela Fundação Renova desde 2016.

No contexto de retomada gradual, recentemente, em fevereiro de 2022, foi anunciado o acordo entre Samarco e Vale S.A. para otimizar nossas atividades de produção. A cooperação, que tem por base a celebração de uma série de contratos entre as partes, envolve trocas de áreas, acordos de compra e venda de minérios e otimização do uso de estruturas próprias pela Samarco. Espera-se que os acordos tenham papel relevante na melhoria operacional da Samarco, bem como na retomada plena de sua capacidade produtiva. A eficácia destes acordos, em sua maioria, está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo, quando aplicável, a aprovação do juízo da recuperação judicial.

Durante o ano de 2021, o primeiro de operação após cinco anos de paralisação, registramos uma produção de 7,87 milhões de toneladas de pelotas e finos de minério de ferro e R\$9.028,3 milhões de receita bruta. Fizemos 73 embarques de produtos para os mercados interno e externo. Geramos R\$ 1,1 bilhão em tributos de janeiro a dezembro de 2021 (incluindo aqueles gerados pelos fornecedores em compras para atender os serviços prestados para a empresa) e tivemos, ao nosso lado, um time de cerca de 1.500 empregados diretos e 3 mil fornecedores ativos. Também foi um ano de relevantes investimentos, com Capex consolidado de R\$234 milhões, essencialmente destinados a projetos de descaracterização da barragem e da cava de Germano, de sustentação do negócio e de infraestrutura geotécnica.

## NOSSA IDENTIDADE

### Propósito

Fazer uma mineração diferente e sustentável capaz de gerar resultados e construir valor para a sociedade.

### Missão

Otimizar a transformação dos recursos minerais em valor para a sociedade, de forma segura, eficiente e inovadora, hoje e no futuro.

### Visão

Ser reconhecida pela superação e reconstrução das relações sociais, ambientais e econômicas.

### Valores

- Respeito às Pessoas
- Integridade
- Mobilização para resultados
- Segurança

## PROCESSO PRODUTIVO



### Germano

Mina, transporte de minério, beneficiamento, filtragem de rejeito arenoso, disposição de estéril e rejeitos, espessamento e estocagem da polpa



### Ubu

Filtragem do minério, tratamento de efluentes, prensa de minério de ferro moído, pelotização, queima de endurecimento, estocagem de finos e pelotas e embarque no terminal portuário



### Minerodutos

Transporte ao longo de 400 km entre Minas Gerais e o litoral do Espírito Santo, atravessando 29 municípios



### Escritórios

Atividades administrativas, comerciais e de governança, distribuídas na sede em Belo Horizonte e em escritórios no exterior (Holanda e Hong Kong)

Conheça os detalhes completos dessas etapas no infográfico disponível em:

[www.samarco.com/da-mina-ao-porto/#processo-produtivo](http://www.samarco.com/da-mina-ao-porto/#processo-produtivo)

---

# GOVERNANÇA E ÉTICA

A estrutura de governança da Samarco atende aos requisitos e boas práticas de mercado. Desde o período anterior à paralisação, nossa organização se baseia na atuação do Conselho de Administração, em comitês de assessoramento e na Diretoria Executiva, responsáveis, respectivamente, pelas diretrizes estratégicas, pelo suporte à tomada de decisão e pela liderança na condução dos planos táticos de execução do negócio.

Também seguimos pautados por uma atuação profissional e independente de nossos auditores externos, da auditoria de acionistas e dos controles internos, priorizando temas como segurança, conformidade e gestão de riscos.

A atuação do Conselho, da Diretoria, dos acionistas, da auditoria e dos comitês de assessoramento se baseia no Acordo de Acionistas, no Estatuto Social, no Código de Conduta e nas políticas corporativas de gestão da Samarco.

---

## Diretoria Executiva

## Conselho de Administração

## Comitês de assessoramento

### Comitê de Sustentabilidade

Subcomitê de comunicação  
e acompanhamento de partes interessadas

### Comitê de Gestão de Riscos, Auditoria e Conformidade

### Comitê Geotécnico

### Comitê de Finanças

Subcomitê tributário

### Comitê Jurídico

### Comitê Técnico e de Operações

### Comitê de Pessoas

---

## INTEGRIDADE

Na Samarco, tomamos a ética e a integridade como premissas de trabalho da Nova Jornada organizacional – a integridade é um valor da Empresa. Mantemos a Gerência de Compliance e Ouvidoria como área responsável por planejar, estruturar processos e políticas e definir mecanismos para orientar empregados e proteger a organização de riscos de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, suborno, violação aos direitos humanos e conflitos de interesse. A alta liderança também está engajada no tema por meio do Comitê de Auditoria e Conformidade.

Em 2021, foram destaques a revisão participativa do Código de Conduta da Samarco e de nossas políticas de compliance.

Por meio do Programa de Compliance, ações de prevenção, detecção e resposta a casos e riscos de não conformidade são desenvolvidas, incluindo treinamentos, due diligence de fornecedores e parceiros, canal de denúncia, monitoramentos de desembolsos sensíveis e gestão de plano de ação e consequências.

Em 2021, a Ouvidoria acolheu 321 relatos. A média dos relatos recebidos foi de 27 relatos/mês, acima das estatísticas dos anos anteriores (21 relatos/mês).

Com relação a treinamentos, foram 1.770 horas de capacitação sobre o Código de Conduta e outras políticas de Compliance em 2021, abrangendo a totalidade de empregados ativos.

## GESTÃO DE RISCOS

É da natureza do setor mineral ter rotinas, processos, investimentos e análises contínuas sobre os diversos fatores de risco que envolvem o negócio. Considerando nossa história e nossos compromissos, expressos na Nova Jornada Samarco, temos foco em garantir uma operação segura, com controles para todos os nossos processos, e trabalhar no acompanhamento dos demais tipos de riscos financeiros e não financeiros.

Adotamos o modelo de três linhas de defesa, a fim de garantir a independência e incentivar o envolvimento da liderança no acompanhamento de riscos, manter políticas e processos estruturados e fortalecer a cultura de apropriação da gestão do assunto por todas as áreas. A 1ª linha de defesa é formada pelos gestores

e responsáveis diretos pelos processos que gerenciam e tem responsabilidade sobre os riscos, a 2ª linha de defesa que aporta a metodologia e monitora a visão integrada dos riscos e a 3ª linha que fornece avaliações independentes através do processo de auditoria.

A Política de Gestão de Riscos e nosso Manual de Riscos Corporativos balizam ações de prevenção, monitoramento e detecção dos fatores aos quais a Empresa está exposta. Questões como o processo de recuperação judicial anunciado em 2021, o enfrentamento à pandemia da Covid-19, os processos de licenciamento ambiental, as relações com comunidades e a imagem e reputação da Empresa em seu atual momento são diretamente tratadas por esse gerenciamento.

# CONTEXTO DO NEGÓCIO

A Samarco atua em um mercado de forte demanda global, atendendo aos principais produtores de aço nas Américas, na Europa, no Oriente Médio, no Norte da África e Ásia.

Desde sua retomada operacional com 26% da capacidade, tem reforçado junto a parceiros, comunidades, órgãos reguladores, governos e mercado o compromisso com a segurança de suas estruturas geotécnicas e operações e o cumprimento das obrigações relativas à compensação e reparação dos impactos gerados pelo rompimento da barragem de Fundão, em 2015, executados pela Fundação Renova.

A empresa se reinseriu no mercado em 2021, mantendo uma distribuição bem equilibrada do volume e entregando um produto de qualidade para seus clientes, voltando a fornecer um produto de elevado teor de ferro, superior a 65%, reconhecido pelos clientes.

## Novo horizonte

Com o posicionamento “Aprender para Evoluir e Transformar”, a Samarco atualizou nos últimos dois anos sua identidade e logomarca, refletindo o atual momento – em diálogo com a Declaração de Compromisso com a Sustentabilidade.

Por meio de programas de três categorias – Incrementais, Estruturantes e de Desenvolvimento –, a estratégia da Samarco bus-

ca cumprir o plano de negócios mantendo a conformidade, segurança, produtividade e capacidade da Empresa.

Entre eles, estão os processos de estudo de novos negócios, soluções para disposição de rejeitos e estéril, programas de descaracterização da cava e barragem do Germano e projetos voltados à cultura organizacional e à integração de processos.

## SEGURANÇA E GEOTECNIA

Desde a retomada, os processos de revisão de procedimentos, padrões, investimentos e políticas ligados à segurança dos ativos e estruturas geotécnicas mostraram resultados.

Seguimos com nosso Sistema Integrado de Segurança, composto pelo Centro de Monitoramento e Inspeção (CMI), processos de auditoria externa independente, auditorias de acionistas e fiscalizações permanentes de autoridades, além

de apoio aos simulados para comunidades próximas às barragens. O monitoramento de nossas estruturas geotécnicas ocorre 24h por dia, sete dias por semana, por meio de mais de 1,5 mil equipamentos de última geração e vistorias em campo. No ano, todas as Declarações de Condição de Estabilidade (DCE) emitidas confirmaram a estabilidade das estruturas geotécnicas nas unidades industriais da Empresa.

## DESCARACTERIZAÇÃO

Atendendo às determinações legais previstas na Resolução nº 95/2022 da Agência Nacional de Mineração (ANM), bem como na Lei Estadual 23.291/2019 e Lei Federal nº 12.334/2010, que determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos alteadas pelo método a montante, estamos empenhados na descaracterização de nossas duas estruturas (Barragem e Cava do Germano).

As obras estão em andamento, de acordo com o projeto técnico executivo apresentado pela Samarco junto aos órgãos competentes. Em dezembro de 2021, protocolamos junto à Agência Nacional de Mineração (ANM) e à Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), pedido de prorrogação do prazo para a descaracterização da Barragem e Cava do Germano, conforme previsto na legislação vigente, por se tratar de um procedimento complexo.

No final de fevereiro de 2022, assinamos Termo de Compromisso com o Governo de Minas Gerais, por meio da Fundação Esta-

dual do Meio Ambiente (Feam), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF), e interveniência da Agência Nacional de Mineração (ANM, com objetivo de garantir que a descaracterização das estruturas da Empresa seja concluída em prazo adequado.

Reforçamos nosso compromisso com a segurança das pessoas e do meio ambiente e continuidade do projeto de descaracterização de nossas duas barragens construídas pelo método a montante.

As obras de descaracterização, iniciadas antes mesmo da lei de 2019, seguem em estágio avançado e são acompanhadas mensalmente pelo Ministério Público de Minas Gerais por meio de auditoria independente especializada, atendendo às normas estaduais e federais vigentes. Até o momento, os investimentos para a descaracterização somam cerca de R\$ 663 milhões. Nosso objetivo é garantir que as intervenções sejam concluídas em um prazo adequado, mantendo a estabilidade das estruturas, ao longo de toda a obra.

## REPARAÇÃO

Temos no centro das atividades e do modelo de negócio da Samarco o compromisso com a reparação e compensação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão. Estamos empenhados em cumprir com as obrigações com as comunidades e áreas atingidas, financiando diretamente os programas socioambientais e socioeconômicos conduzidos pela Fundação Renova.

Até dezembro de 2021, foram indenizadas mais de 363,5 mil pessoas. Foram destinados R\$ 19,6 bilhões para as ações executadas pela Fundação. De acordo com as premissas do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e, posteriormente, do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC Governança), de 2016 e 2018, respectivamente, a condução de 42 programas é feita pela Fundação Renova, uma entidade jurídica autônoma e independente que conta com a par-

ticipação, em sua governança, de representantes do poder público e partes interessadas.

A Samarco, no âmbito do TTAC, é a mantenedora principal e responsável por financiar a Fundação Renova. Quando o financiamento não é possível, seus acionistas fornecem o recurso necessário de acordo com a participação de cada um deles.

As ações e programas de reparação previstos no TTAC receberam, em 2021, R\$ 8,1 bilhões. Do total, R\$ 3,7 bilhões em valores aportados diretamente pela Samarco e R\$ 4,3 bilhões aportados pelos acionistas na Fundação Renova. Os recursos acumulados aplicados na instituição somam R\$ 18,9 bilhões até o final de 2021 e o passivo provisionado pela Samarco em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 34,1 bilhões para desembolsos futuros.

## REACTUAÇÃO

Reafirmando nosso compromisso com a reparação, estamos participando ativamente, juntamente com nossas acionistas, das discussões acerca da reactuação das ações de reparação no âmbito do TTAC. As discussões são lideradas pelo Observatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a primeira reunião ocorreu em abril de 2021.

O objetivo é alcançar um novo acordo definitivo entre as partes envolvidas visando garantir a reparação integral, tanto ao meio ambiente quanto aos atingidos, dos danos

decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

No dia 22 de junho foi apresentada a Carta Conjunta de Princípios, documento que norteia o aprimoramento de um acordo. A reactuação envolve os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, União Federal, representantes dos ministérios públicos, de defensorias públicas e as empresas – Samarco, Vale e BHP Brasil. A discussão sobre a reactuação não impacta no andamento dos programas e ações de reparação e compensação.

Saiba mais detalhes e um balanço das ações e entregas de 2021 no site da Renova: [www.fundacaorenova.org/arquivos-e-relatorios](http://www.fundacaorenova.org/arquivos-e-relatorios)





# SUSTEN- TABILIDADE

Faz parte das lições aprendidas e do amadurecimento da Samarco reconhecer que é preciso fazer uma mineração diferente, mais segura e sustentável. Essa premissa está integrada à estratégia de negócios e resultou, após longo processo de reflexão e revisão, na divulgação de nossa Declaração de Compromisso com a Sustentabilidade.

O documento, construído à luz de desafios e tendências atuais nos campos ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês), também dialoga com a Agenda 2030 e com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, ao estimular a incorporação de premissas socioambientais à tomada de decisão e às ações

da Empresa. A declaração é alicerçada pela Governança e Cultura Organizacional e pelos pilares: Relações Sociais, Meio Ambiente e Segurança e Inovação.

---

Conheça a Declaração completa em  
[www.samarco.com/declaracao-de-compromisso](http://www.samarco.com/declaracao-de-compromisso)

## PESSOAS E DIVERSIDADE

Em linha com nossos valores e com a visão de futuro da Samarco, acreditamos que cada um de nossos cerca de 1.500 empregados é essencial para a reconquista da confiança da sociedade e para cumprirmos o plano de negócios.

2021 foi um ano de continuidade nas ações centradas na evolução cultural com ênfase no fortalecimento da sustentabilidade, planejamento, inovação, diversidade, saúde e segurança – em linha com os desafios e projetos-chave do período. Também foi um momento para reafirmar o impacto econômico regional. Além de nossos empregados diretos, a Empresa conta, atualmente, com cerca de 8.000 trabalhadores indiretos e com fornecedores parceiros.

No ano, 53% das contratações diretas foram de mão de obra local, em Minas Gerais e no Espírito Santo. O volume de terceiros elevado ocorre em função de obras e projetos em andamento.

Entre os desafios traçados para o ano estiveram diversos temas ligados à gestão do capital hu-

mano, como a produtividade de mão de obra, a evolução da cultura organizacional, a segurança e ações para gestão do conhecimento e a retomada do processo de desempenho.

O Programa de Cultura Samarco foi destaque no ano, dando continuidade ao diagnóstico realizado em 2019 e seguido de ações de planejamento. Os traços culturais mapeados e trabalhados na Empresa são Humildade, Parceria e Confiança, Inovação, Austeridade e Planejamento.

No ano, realizamos Pesquisa de Clima com apoio da FIA Employee Experience (FEEx), da Fundação Instituto de Administração (FIA) e da UOL. Tivemos 1.357 participações de empregados, com adesão de 90%, e tivemos índice de favorabilidade de 90,2%.

Com isso, ficamos em 1º lugar no estudo no setor de siderurgia e mineração, além de 2ª posição entre grandes empresas e 22º lugar no ranking geral do prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar 2021.



*Da esquerda para direita:  
Marina Inácio Otaviano,  
Eduardo Costa Campos  
e Daniella Vieira Rihan,  
empregados da Samarco*

## SAÚDE E SEGURANÇA

O Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho baliza investimentos e ações que incluem controle de perigos, análises de riscos, treinamentos mandatórios e complementares e monitoramento de indicadores em sistema informatizado próprio. Destaque, como em 2020, para as jornadas e ações relacionadas à saúde emocional, aos programas de comportamento e sensibilização em segurança – como o FCA (Falaad e Cuidado Ativo) e o POTS (Programa de Observação do Trabalho Seguro) – e à análise de fatores de risco.

O enfrentamento da pandemia da Covid-19 foi um dos grandes desafios do ano de 2021 no quesito de saúde ocupacional, assim como no ano anterior, a fim de garantir a integridade, a saúde e o bem-estar dos empregados. Foram mantidas as ações preventivas, bem como o acompanhamento de casos de contágio pela doença.

Periodicamente, tivemos auditorias com empresas especializadas para verificar nossos protocolos contra a Covid-19. O regime de home office foi uma das ações imediatas para 100% dos empregados elegíveis e estagiários. A empresa também passou a oferecer o Auxílio Ergonomia para subsidiar a mobilização dos empregados para as atividades em home office e testagem de empregados.

No aspecto de segurança, está no radar de gestão manter a taxa de acidentes registrados inferior a 1. Essa taxa contempla todos os acidentes dos empregados próprios e terceiros e de projetos. Esse valor de referência está alinhado com padrões internacionais. Durante o ano de 2021, houve ocorrência de alguns acidentes. Foram 13 registrados, sendo 4 com perda de tempo.

## EFICIÊNCIA AMBIENTAL

Considerando a natureza de nosso negócio, seguimos combinando investimentos em ganhos de produtividade e eficiência e estudos em inovação e novos negócios para reduzir subprodutos e rejeitos, controlar o uso de recursos naturais e minimizar a geração de emissões e efluentes.

A Gerência de Meio Ambiente promove inspeções de campo e reuniões para identificar riscos, bem como sistematizar relatos de inci-

dentos ambientais e auxiliar na avaliação crítica, de forma que, possamos aprender com os erros para evitar novos incidentes. Outro processo importante são os treinamentos sobre temas ambientais que cobrem, hoje, 100% de nosso quadro de empregados próprios e contratados.

O contexto da retomada mobilizou mais de R\$18,3 million em investimentos ambientais, incluindo tecnologias para controle atmosférico nas unidades operacionais.



# DESTAQUES 2021

## Gestão Hídrica

Tema que tem melhorado diariamente por meio da utilização de novas práticas ambientais. Atualmente a Samarco consegue recircular cerca de **88,4%** de toda água utilizada em seu processo. Um ganho a ser destacado no ano foi a implementação do monitoramento hídrico pelo COI – Centro de Operações Integrado, com acompanhamento da qualidade dos corpos d'água 24h por dia, 7 dias por semana.

## Gestão Atmosférica

Contamos com seis estações de monitoramento da qualidade do ar em Ubu, desde antes da paralisação, e o marco de 2021 foi a instalação da Rede Automática de Monitoramento de Partículas (RAMP) em nove pontos na barragem de Germano (MG).

## Gestão da Biodiversidade

A Samarco atua de forma ativa na compensação ambiental de suas atividades e já foram protegidos cerca de 12 mil ha de vegetação nativa, o que equivale a 3,6 vezes o total da área da Empresa. Entre 2021 e 2022 está previsto o plantio de mais 663 ha.

## Gestão de Ruído e Vibração

Atualmente é realizado o monitoramento de ruído mensal em 12 comunidades.

## Programa de Vacinação Canina

Em 2021 foram realizadas 46 campanhas em 39 municípios de Minas Gerais com alcance de cerca de 43 mil cães.

## Gestão Ambiental de Projetos

Diariamente são realizadas inspeções ambientais em todos os projetos que estão em desenvolvimento na Samarco, com o auxílio da ferramenta digital (Checklist Fácil).

## Programa de Educação Ambiental

Ao longo do ano, divulgamos mais de 90 Diálogos de Meio Ambiente (DMA) de temas ambientais variados; Capacitações; Treinamento Introdutório; além das campanhas ambientais (4 ações) que ao longo do ano mobilizaram cerca de 5 mil pessoas.

## Índice de Performance Ambiental (IPA)

O indicador foi implantado em janeiro de 2021 para mensurar o desempenho ambiental das áreas operacionais.

Confira os dados dos indicadores ambientais do ano no Relatório de Sustentabilidade 2021, a ser publicado nos próximos meses e divulgado em [www.samarco.com](http://www.samarco.com)



# COMUNIDADES

Diálogo com os públicos de relacionamento, investimentos em iniciativas que contribuam para o desenvolvimento social e fomento às economias e à geração de emprego estão entre os focos da Empresa junto às comunidades que nos recebem no Espírito Santo e em Minas Gerais.

A Samarco interage com 29 municípios, mineiros e capixabas, contemplados por instrumentos como a Central de Relacionamento Samarco e por projetos apoiados a partir da Política de Investimento Institucional e Social, que define premissas e diretrizes para destinação de recursos. Há ainda ações de diálogo, como reuniões e fóruns de diálogo, atrelados a condicionantes socioambientais dos projetos. Desde 2020, foi retomado o Programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos (PMISE).



## 199 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS



## Programas sociais

Entre os programas sociais de destaque ativos em 2021, estão:

- Política de Investimento Institucional e Social (PIIS)
- Programa de Monitoramento de Indicadores Socioeconômicos (PMISE)
- Programa de Educação Ambiental Externo e Programa de Apoio às Comunidades de Pescadores
- Plano de Apoio à Diversificação Econômica (PADE)
- Fórum de Acompanhamento das Licenças Ambientais da Samarco (FALAS)
- Programa de Comunicação e Relacionamento Socioinstitucional
- Programa de Capacitação de Produtores Rurais

## Canais da Central de Relacionamento Samarco



**Telefone:**  
0800 033 8485



**E-mail:**  
relacionamento@samarco.com



**Fale Conosco:**  
[www.samarco.com](http://www.samarco.com)

## CANDONGA

No final de 2020, a Samarco assumiu as ações previstas no Programa 9 - Recuperação do Reservatório da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (UHE Candonga) por meio de cooperação com a Fundação Renova. O compartilhamento de responsabilidades está

previsto no TTAC (cláusula 235, parágrafo único). Caberá a nós a responsabilidade pelos controles e programas ambientais, gestão ambiental de obras, acompanhamento de auditorias, interfaces com órgãos ambientais e demais atividades do projeto.

Saiba mais detalhes e resultados das ações e programas no Relatório de Sustentabilidade 2021.

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

*Filtragem de Rejeito a Seco, unidade de Germano, Mariana e Ouro Preto (MG)*



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
 Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
 30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
 Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
 Telefone +55 (31) 2128-5700  
 kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### Aos acionistas da Samarco Mineração S.A.

Belo Horizonte – MG

#### Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Samarco Mineração S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

#### Base para abstenção de opinião

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos de R\$10.046.125 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$56.760.927 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 e 33 e com o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indica a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das referidas controladas. A reversão desta situação de prejuízo e da deficiência de capital de giro depende da deliberação e aprovação do plano de recuperação judicial, que ainda não ocorreu. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto, seus impactos nas demonstrações financeiras, bem como concluirmos se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras, é apropriado.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

1





**Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Devido a relevância do assunto descrito na seção "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

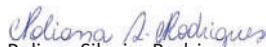
**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

  
Poliana Silveira Rodrigues  
Contadora CRC MG-089473/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

2

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



*Carregamento  
Porto de Ubu,  
Anchieta (ES)*



**BALANÇO PATRIMONIAL**EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.994.145	79.938	2.000.775	83.846
Aplicações financeiras em caixa restrito	5	1.438	2.848	1.438	2.848
Contas a receber	6	448.199	2.274	445.943	175
Estoques	7	533.007	285.879	533.007	285.879
Tributos a recuperar	8	260.125	39.866	260.132	39.877
Despesas antecipadas		3.715	3.942	4.771	4.497
Adiantamento a fornecedores		50.710	17.509	50.710	17.509
Outras contas a receber	9	-	4.319	-	4.319
Demais ativos	10	13.774	10.438	13.837	10.502
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.305.113</b>	<b>447.013</b>	<b>3.310.613</b>	<b>449.452</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Depósitos judiciais	19	2.015.142	1.946.192	2.015.142	1.946.192
Tributos a recuperar	8	75.574	76.743	75.575	76.743
Estoques	7	153.840	287.669	153.840	287.669
Adiantamento a fornecedores	30	44.085	44.085	44.085	44.085
Demais ativos	10	19.842	15.288	19.842	15.288
Investimentos	11	47.231	24.532	-	-
Imobilizado	12	29.315.296	20.292.630	29.315.310	20.292.641
Intangível	13	307.637	207.305	307.637	207.305
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>31.978.647</b>	<b>22.894.444</b>	<b>31.931.431</b>	<b>22.869.923</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>35.283.760</b>	<b>23.341.457</b>	<b>35.242.044</b>	<b>23.319.375</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**BALANÇO PATRIMONIAL**EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS – R\$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	14	475.684	258.321	475.701	258.373
Empréstimos e financiamentos	15	30.843.677	28.313.792	30.843.677	28.313.792
Encargos financeiros a pagar	15	6.536.828	4.767.459	6.536.828	4.767.459
Salários, provisões e contribuições sociais	17	90.520	29.346	90.610	29.476
Tributos a recolher	18	753.784	532.347	753.761	532.347
Provisão para imposto de renda	28	-	-	46	9
Provisões diversas	20	21.214.115	5.205.843	21.214.115	5.205.843
Demais passivos	21	198.614	98.900	156.802	76.639
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>60.113.222</b>	<b>39.206.008</b>	<b>60.071.540</b>	<b>39.183.938</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Tributos a recolher	18	142.534	112.142	142.534	112.142
Dividendos	22	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Provisões para contingências	19	50.460	132.726	50.460	132.726
Imposto de renda diferido	28	5.815.336	5.340.432	5.815.302	5.340.420
Provisões diversas	20	16.231.597	16.478.175	16.231.597	16.478.175
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	30	14.456.634	10.156.499	14.456.634	10.156.499
Demais passivos	21	154.240	130.967	154.240	130.967
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>39.656.349</b>	<b>35.156.489</b>	<b>39.656.315</b>	<b>35.156.477</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	297.025	297.025	297.025	297.025
Reservas de capital		2.477	2.476	2.477	2.476
Ajustes de avaliação patrimonial		(11.887.035)	(8.468.388)	(11.887.035)	(8.468.388)
Prejuízo acumulado		(52.898.278)	(42.852.153)	(52.898.278)	(42.852.153)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(64.485.811)</b>	<b>(51.021.040)</b>	<b>(64.485.811)</b>	<b>(51.021.040)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>35.283.760</b>	<b>23.341.457</b>	<b>35.242.044</b>	<b>23.319.375</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS – R\$, EXCETO PELA QUANTIDADE DE AÇÕES

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas	23	8.898.648	115.646	8.898.648	115.646
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(2.560.027)	(1.348.082)	(2.560.051)	(1.348.062)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>6.338.621</b>	<b>(1.232.436)</b>	<b>6.338.597</b>	<b>(1.232.416)</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Vendas	25	(112.444)	(93.716)	(92.500)	(93.778)
Gerais e administrativas	25	(145.937)	(66.044)	(145.937)	(66.044)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(16.084.237)	(3.491.927)	(16.084.257)	(3.491.972)
Resultado de equivalência patrimonial	11	19.877	(222)	-	-
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(9.984.120)</b>	<b>(4.884.345)</b>	<b>(9.984.097)</b>	<b>(4.884.210)</b>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>					
Receitas financeiras	27	22.709	50.587	22.954	50.592
Despesas financeiras	27	(2.478.085)	(3.540.128)	(2.478.126)	(3.540.153)
Variações cambiais líquidas	27	2.913.897	6.157.598	2.913.789	6.157.680
<b>Prejuízo antes dos impostos sobre renda</b>		<b>(9.525.599)</b>	<b>(2.216.288)</b>	<b>(9.525.480)</b>	<b>(2.216.091)</b>
Imposto de renda corrente	28	(45.622)	-	(45.741)	(197)
Imposto de renda diferido	28	(474.904)	(2.373.085)	(474.904)	(2.373.085)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(10.046.125)</b>	<b>(4.589.373)</b>	<b>(10.046.125)</b>	<b>(4.589.373)</b>
<b>Prejuízo do exercício por ação – básico e diluído.</b>				<b>(1.915,99)</b>	<b>(875,28)</b>
<b>Quantidade de ações ao final do exercício</b>	<b>22</b>			<b>5.243.298</b>	<b>5.243.298</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS – R\$

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(10.046.125)</b>	<b>(4.589.373)</b>
Ajustes de conversão do exercício	(3.419.465)	(9.353.914)
Mensuração de obrigações de benefício pós-emprego	818	388
<b>Outros resultados abrangentes para o exercício</b>	<b>(3.418.647)</b>	<b>(9.353.526)</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(13.464.772)</b>	<b>(13.942.899)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS – R\$

	Capital social	Reservas de capital			Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>297.025</b>	<b>786</b>	<b>1.681</b>	<b>10</b>	<b>885.138</b>	<b>(38.262.780)</b>	<b>(37.078.140)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(4.589.373)	(4.589.373)
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	(9.353.914)	-	(9.353.914)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	388	-	388
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.353.526)</b>	<b>-</b>	<b>(9.353.526)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>297.025</b>	<b>786</b>	<b>1.681</b>	<b>10</b>	<b>(8.468.388)</b>	<b>(42.852.153)</b>	<b>(51.021.039)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(10.046.125)	(10.046.125)
<b>Outros resultados abrangentes</b>							
Ajuste de conversão do exercício	-	-	-	-	(3.419.465)	-	(3.419.465)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	818	-	818
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.418.647)</b>	<b>-</b>	<b>(3.418.647)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>297.025</b>	<b>786</b>	<b>1.681</b>	<b>10</b>	<b>(11.887.035)</b>	<b>(52.898.278)</b>	<b>(64.485.811)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS – R\$

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício antes dos impostos sobre renda		(9.525.599)	(2.216.288)	(9.525.480)	(2.216.091)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>					
Depreciação e amortização	12 e 13	546.281	253.893	546.290	253.896
Provisão (reversão) para perda de crédito esperada	6	1.094	6.786	1.094	6.786
Provisão para revisão de preços	6	25.303	-	25.303	-
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	7	1.110	(112)	1.110	(112)
Provisão (reversão) da provisão para perdas sobre ICMS – ES	26	44.350	(7.173)	44.350	(7.173)
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	24 e 26	16.690.614	3.200.947	16.690.614	3.200.947
Provisão (reversão) descomissionamento barragem de Germano	26	(462.837)	(346.713)	(462.837)	(346.713)
Provisão aportes na Fundação Renova	26	4.300.135	3.800.000	4.300.135	3.800.000
Provisão (reversão) para realização de outros ativos		948	782	948	782
Provisão (reversão) para contingências	26	(74.894)	12.367	(74.894)	12.367
Provisão (reversão) para outros passivos		61.705	2.766	61.705	2.766
Provisão (reversão) para perda desvalorização de ativo	12 e 13	(9.040.118)	(664.993)	(9.040.118)	(664.993)
Perda de ativo imobilizado		33	157	33	157
Equivalência patrimonial	11	(19.877)	222	-	-
Encargos financeiros		2.262.248	3.312.445	2.262.248	3.312.445
Variação cambial - ativos e passivos		(3.329.401)	(9.651.355)	(3.326.586)	(9.645.614)
		<b>1.481.095</b>	<b>(2.296.269)</b>	<b>1.503.915</b>	<b>(2.290.550)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>					
Contas a receber de clientes		(472.322)	2.066	(472.165)	2.541
Estoques		(108.725)	(83.149)	(108.724)	(83.150)
Tributos a recuperar		(112.406)	10.149	(112.402)	10.139
Depósitos judiciais		(68.950)	(40.009)	(68.950)	(40.009)

&gt;&gt; CONTINUA



&gt;&gt; CONTINUAÇÃO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Despesas antecipadas		553	(968)	51	(1.108)
Demais ativos		(35.266)	4.333	(35.265)	4.334
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		217.363	6.257	217.328	6.251
Impostos a recolher		251.829	65.454	251.784	65.662
Salários, provisões e contribuições sociais		11.674	4.705	11.633	4.785
Imposto de renda pago		(196.658)	(36.787)	(196.740)	(37.141)
Pagamento de juros de financiamentos		(5.455)	(831)	(5.455)	(831)
Demais passivos		78.575	80.902	59.028	75.668
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>1.041.307</b>	<b>(2.284.147)</b>	<b>1.044.038</b>	<b>(2.283.409)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(364.993)	(688.772)	(365.002)	(688.777)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(364.993)</b>	<b>(688.772)</b>	<b>(365.002)</b>	<b>(688.777)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Aplicações financeiras em caixa restrito		1.410	(343)	1.410	(343)
Captação de financiamentos - partes relacionadas	15	1.231.872	2.987.545	1.231.872	2.987.545
Custo amortizado - Captação de financiamentos de terceiros		3.858	3.856	3.858	3.856
Pagamento de empréstimos e financiamentos - terceiros	15	(4.071)	(366)	(4.071)	(366)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>1.233.069</b>	<b>2.990.692</b>	<b>1.233.069</b>	<b>2.990.692</b>
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		4.824	(452)	4.824	(452)
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.914.207</b>	<b>17.321</b>	<b>1.916.929</b>	<b>18.054</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		79.938	62.617	83.846	65.792
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.994.145	79.938	2.000.775	83.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EM MILHARES DE REAIS – R\$

Receitas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		9.028.250	123.916	9.028.250	123.916
Outras receitas		7.802	20.423	7.802	20.423
Receitas relativas à construção de ativos próprios		233.952	674.044	233.952	674.044
Provisão para perda de crédito esperada		(1.094)	(6.786)	(1.094)	(6.786)
		<b>9.268.910</b>	<b>811.597</b>	<b>9.268.910</b>	<b>811.597</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(2.411.614)	(1.759.943)	(2.408.692)	(1.758.487)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(24.760.085)	(4.048.471)	(24.564.185)	(3.827.880)
Perda/recuperação de valores ativos		9.038.027	669.317	9.038.027	669.317
		<b>(18.133.672)</b>	<b>(5.139.097)</b>	<b>(17.934.850)</b>	<b>(4.917.050)</b>
<b>Valor bruto</b>		<b>(8.864.762)</b>	<b>(4.327.500)</b>	<b>(8.665.940)</b>	<b>(4.105.453)</b>
Depreciação e amortização	12 e 13	(546.281)	(253.893)	(546.290)	(253.896)
<b>Valor líquido produzido pela Companhia</b>		<b>(9.411.043)</b>	<b>(4.581.393)</b>	<b>(9.212.230)</b>	<b>(4.359.349)</b>
<b>Valor recebido em transferência</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	11	19.877	(222)	-	-
Receitas financeiras		3.093.918	6.723.803	3.094.169	6.723.807
		<b>3.113.795</b>	<b>6.723.581</b>	<b>3.094.169</b>	<b>6.723.807</b>
<b>Valor total a distribuir</b>		<b>(6.297.248)</b>	<b>2.142.188</b>	<b>(6.118.061)</b>	<b>2.364.458</b>
<b>Distribuição do valor</b>		<b>(6.297.248)</b>	<b>2.142.188</b>	<b>(6.118.061)</b>	<b>2.364.458</b>
<b>Pessoal</b>					
Remuneração direta		177.796	154.051	180.095	155.327
Benefícios		65.440	60.566	66.085	60.725
FGTS		13.524	11.866	13.524	11.866
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>					
Federais		716.307	2.439.918	892.395	2.660.811
Estaduais		134.833	3.537	134.833	3.537

&gt;&gt; CONTINUA

&gt;&gt; CONTINUAÇÃO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Municipais		5.580	5.877	5.580	5.877
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>					
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)		2.635.397	4.055.746	2.635.552	4.055.688
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Prejuízo do exercício		(10.046.125)	(4.589.373)	(10.046.125)	(4.589.373)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Samarco Mineração S.A. - Em Recuperação Judicial ("Samarco", "Companhia" ou "Controladora"), empresa de capital fechado, é uma joint venture de propriedade da Vale S.A. ("Vale") e a BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton Brasil"), cada uma com 50% de participação acionária. Possui sede em Belo Horizonte – Minas Gerais (MG). A Samarco opera um empreendimento integrado, no qual compreende a lavra e o beneficiamento de minério de ferro de baixo teor bem como a movimentação desse minério concentrado por minerodutos, ligando as duas unidades operacionais da Companhia, de Minas Gerais (MG) ao Espírito Santo (ES). Na unidade de Ponta Ubu, no município de Anchieta/ES, ocorrem os processos de preparação e pelotização (transformação do minério concentrado filtrado em pelotas), nosso principal produto, e de escoamento da produção por terminal marítimo próprio (Anchieta/ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo.

As jazidas de minério de propriedade da Samarco, anterior ao rompimento da barragem de Fundão em novembro de 2015, foram baseadas em recursos minerais localizados nas áreas de Germano/Alegria, nos municípios de Mariana e Ouro Preto, MG, que correspondiam ao volume da ordem de 7.4 bilhões de toneladas (não auditado). De acordo com o contexto técnico e econômico e considerando o recurso mineral e suas características peculiares, as reservas recuperáveis (ou lavráveis) encontravam-se na ordem de 2.9 bilhões de toneladas (não auditado) até outubro de 2015.

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em 5 de novembro de 2015, descrito na nota explicativa 1(a) e nota explicativa 3, e a suspensão das operações nas áreas Germano/Alegria, a Companhia está revendo as reservas minerais.

### a) Rompimento da barragem de Fundão

Conforme detalhado na nota explicativa 3, em 5 de novembro de 2015, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as operações em Germano/

Alegria ("complexo de Mariana") foram temporariamente suspensas por determinação de órgãos governamentais - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ("SEMAD") e Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM"). Este último tornou-se a Agência Nacional de Mineração ("ANM"). A Companhia vem trabalhando para atender às exigências legais estabelecidas pelas autoridades em relação a remediação dos impactos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, por intermédio da Fundação Renova, conforme descrito na nota explicativa 3(d).

Em 02 de março de 2016, a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, firmaram Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, ("TTAC") conforme nota explicativa 3(d).

Em 23 de junho de 2016 a Samarco apresentou à SEMAD, o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA / RIMA) do processo de licenciamento para utilização de cava para a deposição de rejeitos – SDR Cava de Alegria Sul. Em dezembro de 2016 foram realizadas audiências públicas – coordenadas pela SEMAD - nos municípios de Mariana e Ouro Preto. Para este processo foi emitida em 13 de dezembro de 2017 a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI) nº 02. Em 28 de setembro de 2018, a Companhia firmou com o Ministério Público de Minas Gerais ("MPMG") Termo de Compromisso para contratação de auditoria técnica independente com o objetivo de acompanhar a implantação do SDR Cava de Alegria Sul. Considerando as revalidações das anuências concedidas pelos conselhos municipais de Mariana e Ouro Preto e esse importante alinhamento com o Ministério Público, a Samarco passou a estar apta para iniciar as atividades necessárias para as obras de preparação da Cava de Alegria Sul.

A Samarco celebrou também, com o Ministério Público de Minas Gerais e Ministério Público Federal, em 19 de setembro de 2019, termo de compromisso para realização de Auditoria Técnica Independente da análise da integridade do mineroduto II da Companhia.



Em 25 de Outubro de 2019, foi outorgada à Samarco a Licença de Operação Corretiva (LOC) nº 020/2019 para a retomada das atividades operacionais no Complexo de Germano. A licença foi aprovada pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM).

A obtenção da LOC significa que a Samarco possui todas as licenças ambientais necessárias para reiniciar suas operações.

Após cumprimento de todos os requisitos legais, em 27 de outubro de 2020 a ANM emitiu Auto de Desinterdição da Unidade de Tratamento de Minérios, possuindo então a Companhia todos os atos necessários, do ponto de vista regulatório mineral, para reinício de suas operações.

A Samarco reiniciou as suas operações em dezembro de 2020 utilizando novas tecnologias para o empilhamento de rejeitos a seco. Dessa forma, as atividades relacionadas à extração de minério de ferro, às plantas de beneficiamento em Germano, Mariana, e à planta de pelotização no Complexo de Ubu, estão ocorrendo após a implementação de um sistema de filtragem de rejeitos de minério. A operação da planta de filtragem ocorreu em 23 de novembro de 2020. Ainda em 2020, a Companhia executou as atividades de prontidão operacional, que inclui a manutenção de equipamentos, e que também foram de suma importância para o retorno de suas operações.

A retomada das atividades da Samarco é acompanhada por *auditoria independente* do Ministério Público de Minas Gerais, conforme Termo de Compromisso firmado pela Samarco e MPMG em 09 de setembro de 2019.

A Samarco, assim como seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, são mantenedoras da Fundação Renova. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, Vale e a BHP Billiton Brasil contribuíram com R\$4.300.135 ( R\$ 3.800.000 em 2020) , enquanto a Samarco aportou R\$3.699.865 (R\$ 9.263 em 2020) na Fundação Renova. Os aportes à Fundação Renova visam à continuidade dos programas de reparação e compensação, social e ambiental, para cumprir com as obrigações previstas no TTAC. Em Janeiro de 2021, mês em que a Companhia

ainda não havia geração de caixa próprio, as acionistas contribuíram com um total de R\$260.476 (R\$ 2.009.102 em 2020) na Samarco, referente empréstimos de curto prazo, com o intuito de apoiar os trabalhos de estabilização das barragens, às necessidades de capital de giro e dos programas do TTAC executados e controlados pela Samarco.

Conforme mencionado na nota explicativa 3(l), como resultado do rompimento da barragem, a Samarco é parte em vários processos judiciais e administrativos, cíveis, ambientais e trabalhistas, para os quais a Companhia não pode estimar, de forma precisa, os resultados e consequências finais.

#### **b) Continuidade (*Going Concern*)**

As principais operações da Samarco consistem no empreendimento integrado de mineração e concentração de minério de ferro de baixa qualidade no município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, bem como no transporte desse minério concentrado das usinas da Companhia localizadas em Minas Gerais para as plantas de preparação e pelotização no Espírito Santo, através de minerodutos, e consequente exportação através de terminal portuário próprio.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão em 5 de novembro de 2015, descrito na nota explicativa 1(a) e nota explicativa 3, as operações de extração e transformação foram suspensas. Isso afetou significativamente a capacidade da Companhia de gerar fluxos de caixa positivos e cumprir suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui patrimônio líquido negativo em R\$ 64.485.811 (R\$ 51.021.040 negativo em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e no Consolidado e o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 56.808.109 (R\$ 38.758.995 em 31 de dezembro de 2020) na Controladora e R\$ 56.760.927 (R\$ 38.734.486 em 31 de dezembro de 2020) no Consolidado. Para o exercício de 2021, a Companhia também reconheceu fluxos de caixa de operações de R\$ 1.041.307 (R\$ 2.284.147 negativo em 2020) na Controladora e R\$ 1.044.038 (R\$ 2.283.409 negativo em 2020) no Consolidado.



Conforme divulgado na nota explicativa 15, a Companhia não atendeu algumas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, os quais também refletem os juros acumulados sobre as parcelas vencidas e a aplicação de juros de mora. A Companhia possui empréstimos e financiamentos (incluindo encargos financeiros a pagar) no valor total de R\$ 37.380.505 (R\$ 33.081.251 em 31 de dezembro de 2020), na Controladora e no Consolidado, os quais estão classificados como circulante em 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a Samarco também é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais, conforme divulgado na nota explicativa 3(l). A Samarco negociou junto a entidades públicas o TTAC e outros acordos, em algumas ações relevantes, o que criou obrigações para a Companhia, de acordo com os termos de tais instrumentos. Além disso, em vários desses processos, a Companhia está sujeita a medidas cautelares, como depósitos judiciais compulsórios e bloqueio de contas, o que pode afetar ainda mais a sua disponibilidade de caixa. Resultados desfavoráveis relacionados a esses litígios existentes podem agravar significativamente a posição patrimonial da Companhia.

Vale ressaltar que em fevereiro de 2019, ocorreu uma mudança na legislação que envolve políticas de segurança de barragens (lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, Política Estadual de Segurança de Barragens). Em consonância com a lei supracitada, a resolução conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019, decreta, dentre outras determinações, a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos que utilizem ou utilizaram o método de alteamento a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes no estado de Minas Gerais.

Diante desta determinação, considerando-se ainda o Parecer Técnico nº 02/2019 – SPM/GSBM-GFAM/LPN-ESGJ, com novo entendimento, retorna a estrutura Cava

do Germano para o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração – CNBM, no Sistema Integrado de Gestão para Barragens de Mineração – SIGBM, inviabilizando-a como uma opção de disposição de rejeitos por ser uma estrutura que teve alteamento pelo método a montante.

Adicionalmente, face à nova legislação e visando maior segurança na retomada das operações (conforme mencionado na nota explicativa 1(a)), a Samarco revisou o projeto de disposição de rejeito, com destaque para: (i) retirada do dique de contenção da Cava de Alegria Sul, adotando, então, o sistema de disposição em “cava confinada”; e (ii) execução do Projeto da Filtragem que viabilizou o desaguamento dos rejeitos arenosos de forma a permitir a disposição desse material em pilhas, possibilitando assim o aumento da vida útil das estruturas já existentes.

Apesar de todo esse cenário desafiador, no final de novembro de 2020 a Companhia finalizou a prontidão operacional da Filtragem de rejeitos. Os avanços físicos da prontidão operacional dos sites de Germano, Mineroduto e Ubu foram praticamente concluídos na posição de dezembro de 2020. Os equipamentos de toda a cadeia produtiva foram testados nos comissionamentos a frio (sem carga) e a quente (com carga). O primeiro embarque de pelotas ocorreu em janeiro de 2021.

Com a volta das operações de forma gradual no final de 2020, a Samarco passou a ser capaz de contribuir parcialmente com o financiamento da Fundação Renova, cumprindo com os termos e exigências do TTAC. Juntamente com seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, no ano de 2021, foram realizados aportes nos montantes de R\$ 8.000.000 para a Fundação Renova. Os aportes são feitos de acordo com as necessidades mensais da Fundação Renova, previamente aprovados pelos órgãos de governança internos.

Cabe ressaltar que em 25 de fevereiro de 2022 a Samarco firmou Termo de Compromisso com o Estado de Minas Gerais para descaracterização da Barragem do Germano e Cava do Germano, em Mariana, conforme nota explicativa 33.



### c) Recuperação Judicial (RJ)

No final de 2020 e início de 2021 parte dos credores financeiros da Samarco ajuizaram três ações de execução no Brasil e três nos EUA visando o recebimento de aproximadamente USD 3.300.000 relacionados às emissões de Bonds e Contratos de Pré Pagamento de Exportação (PPE's) da Samarco. Frente à iminência de constrição de ativos e diante do período crítico para a retomada das operações após cinco anos de suspensão, como forma de permitir que a Samarco mantivesse as suas atividades de produção e preservasse sua função social de geração de emprego, renda e tributos, a Samarco distribuiu, em 09 de abril de 2021, pedido de Recuperação Judicial, autuado sob o nº 5046520-86.2021.8.13.0024, o qual está em trâmite perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte/MG.

A medida visa permitir a renegociação da dívida, em sua maioria financeira e em poder de fundos estrangeiros, de forma a adequá-la a nova realidade da Samarco. A dívida declarada sujeita ao concurso de credores da Recuperação Judicial é de aproximadamente R\$ 50.737.050. O valor pode sofrer alterações em razão de atualizações, liquidação de créditos decorrentes de discussões judiciais, julgamento de impugnações, variação da cotação do dólar, dentre outros.

Em decisão proferida em 12 de abril de 2021 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial da Samarco (fls. 5295/5302).

Em 19 de abril de 2021, a Samarco ingressou com um pedido auxiliar de insolvência nos Estados Unidos visando, liminarmente, proteger os seus ativos neste território em razão do deferimento do processamento da RJ, conforme previsto no Capítulo 15 do Código de Falências Norte Americano (Bankruptcy Code). Em 22 de abril de 2021, a Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York (United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York) proferiu uma decisão favorável à Samarco, em caráter liminar e provisório até a decisão final desta corte sobre o pedido de reconhecimento dos efeitos da RJ em território norte-americano.

O Edital com a relação de credores apresentada pela Samarco, de que trata o artigo 52, § 1º, da Lei nº 11.101/05, foi publicado no Diário

de Justiça Eletrônico em 30 de abril de 2021. Referido edital também foi disponibilizado pelos Administradores Judiciais, no sítio eletrônico ([recuperacaojudicialsamarco.com.br](http://recuperacaojudicialsamarco.com.br)), em 03 de maio de 2021. Nesta mesma data, a Samarco publicou em seu sítio eletrônico o edital acima mencionado, que pode ser acessado em: EDITAL20210430.PDF ([samarco.com](http://samarco.com)).

Em 13 de maio de 2021, a Corte do Distrito do Sul de Nova York emitiu uma ordem judicial que reconhece a recuperação judicial da Samarco como processo estrangeiro principal para os fins do Capítulo 15. Entre outros pontos, a decisão suspende medidas judiciais contra a empresa nos Estados Unidos.

Em 10 de junho de 2021 a Samarco apresentou a primeira versão do seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), na forma do artigo 53 da Lei nº 11.101/05. O PRJ contempla as condições de reestruturação da dívida da Samarco cuja viabilidade de seu cumprimento é comprovada pelos Laudos anexados ao PRJ.

Em 05 de julho de 2021 a Administração Judicial apresentou a sua Relação de Credores, nos termos de Art. 7º, §2º da LRF, sendo a mesma retificada e novamente apresentada nos autos no dia 03 de setembro de 2021. O Edital contendo a relação de credores retificada foi publicado no dia 28 de setembro de 2021 e encontra-se disponível no site da Administração Judicial ([recuperacaojudicialsamarco.com.br](http://recuperacaojudicialsamarco.com.br)).

Foi convocada Assembleia Geral de Credores para deliberação sobre o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Samarco. O Edital de convocação foi publicado no dia 07 de fevereiro de 2022 com a previsão de realização da AGC, em 1ª chamada, no dia 23 de fevereiro de 2022 e, em 2ª chamada, no dia 10 de março de 2022.

No dia 23 de fevereiro de 2022, a Samarco apresentou nova versão do seu plano de recuperação judicial, a qual foi posteriormente substituída pela versão protocolada no processo no dia 10 de março de 2022.

No dia 10 de março de 2022, a AGC para deliberação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Samarco foi instalada. Após a apresentação da versão mais recente do Plano de Recuperação Judicial,

os credores presentes aprovaram a suspensão da Assembleia, até o dia 1 de abril de 2022.

No dia 1 de abril de 2022, a AGC foi retomada e, após a apresentação de versão atualizada do Plano de Recuperação Judicial, os credores presentes solicitaram e aprovaram nova suspensão da Assembleia que será retomada no dia 18 de abril de 2022.

No dia 18 de abril de 2022, a AGC foi retomada e os credores deliberaram pela reprovação do PRJ apresentado pela Samarco. Conforme previsto no §4º do art. 56 da Lei 11.101/05, foi também aprovada a possibilidade de apresentação de plano de recuperação judicial alternativo a ser formulado pelos credores que cumprirem os requisitos legais no prazo de 30 (trinta) dias.

A Samarco segue interessada em uma negociação com os credores de todas as classes e empenhada em chegar a um acordo que seja economicamente viável e que permita a continuidade da operação e o cumprimento de todas as suas obrigações.

#### **d) Participações societárias da Companhia**

A Samarco participa nas seguintes empresas, e em conjunto com as mesmas é denominada Grupo.

- Samarco Iron Ore Europe B.V. ("Samarco Europe") - participação direta de 100% - sediada na Holanda, constituída em 13 de outubro de 2000, com o objetivo de prestar serviços de operações de *marketing* e vendas de minério de ferro produzido pela Samarco. Adicionalmente efetua suporte aos clientes por meio de seminários técnicos e estudos de mercado.
- Samarco Asia Ltd. ("Samarco Asia") - participação indireta de 100% - sediada em Hong Kong, adquirida em 10 de julho de 2001 pela Samarco Europe, com o objetivo de prestar serviços de *marketing* e vendas por meio de representação comercial na região do Pacífico Asiático.
- Samarco Finance Ltd. ("Samarco Finance") - participação direta de 100% - sediada nas Ilhas Cayman, constituída em 21 de fevereiro de 2000, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando promover a exportação (revenda) de

minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e, também, como via de captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras**

#### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado foi preparada adicionalmente conforme o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 20 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas 2.5 até 2.20.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as





premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.2.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

#### (b) Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e

estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### (a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12: Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Nota explicativa 3 (g) e 19: As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências

disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

Nota explicativa 28: Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda: quando não está claro como a legislação tributária se aplica a determinada transação ou circunstância.

#### (b) Uso de estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As informações sobre as incertezas relacionadas às estimativas e premissas em 31 de dezembro de 2021, que apresentam um risco significativo, com probabilidade de resultar em um ajuste relevante nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

#### (i) Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica é constituída quando da identificação de uma área impactada ou requerimento de reparação de danos incorridos, que geram uma obrigação presente para a Companhia. Este processo envolve estimativas complexas na determinação do montante de desembolso futuro esperado pela Administração e seus consultores externos, conforme divulgado na nota explicativa 3.

#### (ii) Imposto de renda

O Imposto de renda (corrente e diferido) é calculado de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro a qual é baseada em fluxos de caixa futuros, conforme divulgado na nota explicativa 28.



(iii) **Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

A Companhia avalia anualmente para os ativos com vida útil definida, a existência de indicadores de *impairment*, e em havendo indicadores a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, segregados por unidade geradora de caixa, é testada. Usualmente é utilizado o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada, conforme divulgado na nota explicativa 12.1.

(iv) **Reservas minerais e vida útil das minas**

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas, conforme divulgado na nota explicativa 13.1. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

(v) **Desmobilização de ativos**

A Companhia reconhece obrigação para desmobilização de ativos e recuperação ambiental no período em que elas ocorrerem. A referida provisão é apurada considerando o valor presente dos fluxos de caixa necessários para a desmobilização dos ativos e para realização da recuperação ambiental. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas

de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente, conforme divulgado em nota explicativa 20.

(vi) **Provisão para contingências**

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, e que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

## 2.3 Consolidação

As demonstrações financeiras, que incluem as demonstrações financeiras das controladas, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e os dispositivos legais aplicáveis. Saldos, quaisquer receitas, despesas e lucros não realizados e derivados de transações intragrupos são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

### a) Controladas

Compreendem todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na entidade e pode influenciar os seus retornos devido ao poder que exerce sobre elas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

### (b) Operações em conjunto

Uma operação em conjunto é um empreendimento conjunto que envolve o uso de ativos e outros recursos dos empreendedores. Cada empreendedor utiliza seus próprios recursos em busca de operações conjuntas.



As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizadas individualmente nas demonstrações financeiras. A Companhia possui participação de 49% na Usina Hidrelétrica de Guilman-Amorim, sendo que os 51% restantes da operação conjunta pertencem ao parceiro Arcelor Mittal Brasil S.A.

### (c) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras das empresas investidas. As demonstrações financeiras de investimentos sediados no exterior foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis compatíveis com as observadas pela Companhia. As controladas possuem a mesma moeda funcional da controladora, o Dólar norte-americano.

## 2.4 Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo foram mensurados em dólares norte-americanos (US\$) que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa.

### (b) Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondada para o milhar mais próximo, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos, utilizando-se a taxa de fechamento na data do respectivo balanço.
- Contas de resultado, resultado abrangente, demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado pelas taxas das datas das transações.
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referida são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial".

### (c) Transações e saldos

As operações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia são convertidas para a sua moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no resultado financeiro.



As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na moeda funcional US\$, estão demonstradas a seguir:

Balanco Patrimonial – US\$	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	357.362	15.367	358.551	16.119
Aplicações financeiras em caixa restrito	258	548	258	548
Contas a receber	80.315	424	79.920	24
Estoques	95.523	55.018	95.523	55.018
Tributos a recuperar	46.618	7.672	46.619	7.674
Despesas antecipadas	666	759	855	865
Adiantamento a fornecedores	9.088	3.370	9.088	3.370
Outras contas a receber	-	831	-	831
Demais ativos	2.419	2.002	2.420	2.003
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>592.249</b>	<b>85.991</b>	<b>593.234</b>	<b>86.452</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Depósitos judiciais	361.143	374.549	361.143	374.549
Tributos a recuperar	13.544	14.769	13.544	14.770
Estoques	27.570	55.362	27.570	55.362
Adiantamento a fornecedores	7.901	8.484	7.901	8.484
Demais ativos	3.556	2.943	3.556	2.943
Investimentos	8.464	4.721	-	-
Imobilizado	5.253.731	3.905.358	5.253.733	3.905.360
Intangível	55.134	39.896	55.134	39.896
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.731.043</b>	<b>4.406.082</b>	<b>5.722.581</b>	<b>4.401.364</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>6.323.292</b>	<b>4.492.073</b>	<b>6.315.815</b>	<b>4.487.816</b>

Balço Patrimonial – US\$	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	85.286	49.717	85.298	49.731
Empréstimos e financiamentos	5.527.640	5.449.047	5.527.640	5.449.047
Encargos financeiros a pagar	1.171.496	917.507	1.171.496	917.507
Salários, provisões e contribuições sociais	16.237	5.662	16.253	5.687
Tributos a recolher	135.090	102.452	135.085	102.452
Provisão para imposto de renda	-	-	9	2
Provisões diversas	3.801.881	1.001.875	3.801.881	1.001.875
Demais passivos	35.562	19.118	28.059	14.822
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>10.773.192</b>	<b>7.545.378</b>	<b>10.765.721</b>	<b>7.541.123</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Tributos a recolher	25.544	21.582	25.544	21.582
Dividendos	502.795	539.933	502.795	539.933
Provisões para contingências	9.062	25.562	9.062	25.562
Imposto de Renda Diferido	1.042.194	1.027.777	1.042.188	1.027.775
Provisões diversas	2.908.940	3.171.258	2.908.940	3.171.258
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	2.590.841	1.954.639	2.590.841	1.954.639
Demais passivos	27.642	25.205	27.642	25.205
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>7.107.018</b>	<b>6.765.956</b>	<b>7.107.012</b>	<b>6.765.954</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	409.774	409.774	409.774	409.774
Reservas de capital	1.620	1.619	1.620	1.619
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.043)	(1.189)	(1.043)	(1.189)
Prejuízo acumulado	(11.967.269)	(10.229.465)	(11.967.269)	(10.229.465)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>(11.556.918)</b>	<b>(9.819.261)</b>	<b>(11.556.918)</b>	<b>(9.819.261)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>6.323.292</b>	<b>4.492.073</b>	<b>6.315.815</b>	<b>4.487.816</b>

Demonstrações do resultado – US\$	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	1.656.286	24.658	1.656.286	24.658
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(475.907)	(258.933)	(475.907)	(258.933)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>1.180.379</b>	<b>(234.275)</b>	<b>1.180.379</b>	<b>(234.275)</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Vendas	(25.021)	(20.263)	(21.268)	(20.237)
Gerais e administrativas	(28.803)	(13.026)	(28.803)	(13.026)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.860.914)	(642.614)	(2.860.918)	(642.623)
Resultado de equivalência patrimonial	3.743	5	-	-
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>(1.730.616)</b>	<b>(910.173)</b>	<b>(1.730.610)</b>	<b>(910.161)</b>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>				
Receitas financeiras	4.578	9.866	4.622	9.867
Despesas financeiras	(461.802)	(702.123)	(461.809)	(702.128)
Variações cambiais, líquidas	534.558	1.335.942	534.538	1.335.958
<b>Prejuízo antes dos impostos sobre renda</b>	<b>(1.653.282)</b>	<b>(266.488)</b>	<b>(1.653.259)</b>	<b>(266.464)</b>
Imposto de renda corrente	(6.421)	-	(6.444)	(24)
Imposto de renda diferido	(78.101)	(352.263)	(78.101)	(352.263)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.737.804)</b>	<b>(618.751)</b>	<b>(1.737.804)</b>	<b>(618.751)</b>

Demonstrações do resultado abrangente – US\$	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.737.804)</b>	<b>(618.751)</b>
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	146	75
<b>Outros resultados abrangentes para o exercício</b>	<b>146</b>	<b>75</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(1.737.658)</b>	<b>(618.676)</b>



## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – US\$

	Capital social	Reservas de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	409.774	1.617	3	(1.265)	(9.610.714)	(9.200.585)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(618.751)	(618.751)
<b>Outros resultados abrangentes</b>						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	75	-	75
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	75	-	75
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	409.774	1.617	3	(1.190)	(10.229.465)	(9.819.261)
Prejuízo do exercício					(1.737.804)	(1.737.804)
<b>Outros resultados abrangentes</b>						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	147	-	147
<b>Resultado abrangente total</b>	-	-	-	147	-	147
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	409.774	1.617	3	(1.043)	(11.967.269)	(11.556.918)



## Demonstrações dos fluxos de caixa – US\$

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(1.653.282)	(266.488)	(1.653.259)	(266.464)
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	204.094	100.064	204.094	100.064
Provisão para perda de crédito esperada	208	1.364	208	1.364
Provisão para revisão de preços	9.974	-	9.974	-
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	206	(20)	206	(20)
Provisão (reversão) da provisão para perdas sobre ICMS – ES	8.734	(1.338)	8.734	(1.338)
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	3.043.125	599.954	3.043.125	599.954
Provisão (reversão) descomissionamento barragem de Germano	(85.571)	(65.323)	(85.571)	(65.323)
Provisão aportes na Fundação Renova	775.486	724.532	775.486	724.532
Provisão (reversão) para realização de outros ativos	181	140	181	140
Provisão (reversão) para contingências	(13.707)	2.359	(13.707)	2.359
Provisão (reversão) para outros passivos	11.132	541	11.132	541
Provisão (reversão) para perda desvalorização de ativo	(1.739.789)	(668.367)	(1.739.789)	(668.367)
Perda de ativo imobilizado	12	263	12	263
Equivalência patrimonial	(3.743)	(5)	-	-
Encargos financeiros	417.958	644.461	417.958	644.461
Variação cambial – ativos e passivos	(753.398)	(1.598.709)	(753.400)	(1.598.656)
	<b>221.620</b>	<b>(526.572)</b>	<b>225.384</b>	<b>(526.490)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>				
Contas a receber de clientes	(90.064)	967	(90.069)	967
Estoques	(12.919)	(15.299)	(12.919)	(15.299)
Tributos a recuperar	(18.197)	1.231	(18.195)	1.230
Depósitos judiciais	(14.301)	(12.533)	(14.301)	(12.533)
Despesas antecipadas	93	(74)	10	(77)
Demais ativos	(6.006)	4.107	(6.006)	4.106

>> CONTINUA



>> CONTINUAÇÃO

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Fornecedores	35.624	(11.841)	35.622	(11.844)
Impostos a recolher	45.957	9.241	45.953	9.240
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>				
Salários, provisões e contribuições sociais	2.172	323	2.163	336
Imposto de renda pago	(36.696)	(7.080)	(36.712)	(7.143)
Pagamento de juros de financiamentos	(996)	(164)	(996)	(164)
Demais passivos	17.561	18.237	14.352	18.181
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>143.848</b>	<b>(539.457)</b>	<b>144.286</b>	<b>(539.490)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisição de imobilizado e intangível	(36.620)	(48.588)	(36.621)	(48.590)
Recursos provenientes de alienação de imobilizado	-	-	-	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(36.620)</b>	<b>(48.588)</b>	<b>(36.621)</b>	<b>(48.590)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Aplicações financeiras em caixa restrito	290	74	290	74
Captação de financiamentos - partes relacionadas	232.758	586.292	232.758	586.292
Custo amortizado - Captação de financiamentos de terceiros	1.610	1.693	1.610	1.693
Pagamento de empréstimos e financiamentos – terceiros	(739)	(70)	(739)	(70)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>233.919</b>	<b>587.989</b>	<b>233.919</b>	<b>587.989</b>
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	848	(97)	848	(97)
<b>Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>341.995</b>	<b>(153)</b>	<b>342.432</b>	<b>(188)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.367	15.520	16.119	16.307
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	357.362	15.367	358.551	16.119

## Demonstrações do valor adicionado – US\$

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.679.822	26.312	1.679.822	26.312
Outras receitas	1.431	3.625	1.431	3.625
Receitas relativas à construção de ativos próprios	42.940	128.095	42.940	128.095
Provisão (reversão) da provisão para perda de crédito esperada	(208)	(1.364)	(208)	(1.364)
	<b>1.723.985</b>	<b>156.668</b>	<b>1.723.985</b>	<b>156.668</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(438.448)	(336.593)	(437.907)	(336.317)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.445.331)	(1.241.666)	(4.408.778)	(1.213.018)
Perda/recuperação de valores ativos	1.739.389	669.824	1.739.389	669.824
	<b>(3.144.390)</b>	<b>(908.435)</b>	<b>(3.107.296)</b>	<b>(879.511)</b>
<b>Valor bruto</b>	<b>(1.420.405)</b>	<b>(751.767)</b>	<b>(1.383.311)</b>	<b>(722.843)</b>
Depreciação e amortização	(204.094)	(100.064)	(204.094)	(100.064)
<b>Valor líquido produzido pela Companhia</b>	<b>(1.624.499)</b>	<b>(851.831)</b>	<b>(1.587.405)</b>	<b>(822.907)</b>
<b>Valor recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	3.743	5	-	-
Receitas financeiras	568.037	1.457.670	568.082	1.457.671
	<b>571.780</b>	<b>1.457.675</b>	<b>568.082</b>	<b>1.457.671</b>
<b>Valor total a distribuir</b>	<b>(1.052.719)</b>	<b>605.844</b>	<b>(1.019.323)</b>	<b>634.764</b>
<b>Distribuição do valor</b>	<b>(1.052.719)</b>	<b>605.844</b>	<b>(1.019.323)</b>	<b>634.764</b>
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	32.847	29.502	33.269	29.747
Benefícios	12.067	11.658	12.185	11.689
FGTS	2.491	2.280	2.491	2.280
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	120.692	365.229	153.520	393.884
Estaduais	25.237	769	25.237	769
Municipais	1.048	1.172	1.048	1.172
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	490.703	813.985	490.731	813.974
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Prejuízo do exercício	(1.737.804)	(618.751)	(1.737.804)	(618.751)

## 2.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

Categorias / mensuração	Condições para definição de categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios (MN) da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar a venda dos AF no MN da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

Para o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia tem como política investir seus recursos em bancos de primeira linha, com classificação mínima de rating A- pela Standard & Poor's ou equivalente (A- Fitch , A3 Moody's).

O contas a receber de clientes e outros recebíveis são classificados ao custo amortizado. Suas respectivas classificações entre custo

amortizado, VJR e VJORA estão apresentadas na nota explicativa 31.2.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do



prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

### Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores e obrigações com empresas ligadas e outras contas a pagar conforme divulgado na nota explicativa 31.2.

Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

### Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 – Instrumentos financeiros requer um modelo de perdas de crédito esperadas. O modelo de perdas de crédito esperadas requer que o Grupo contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário

que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas.

Especificamente, o CPC 48 requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- (1) Investimentos em instrumentos da dívida subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes,
- (2) Valores a receber de arrendamento,
- (3) Contas a receber e ativos de contrato, e
- (4) Contratos de garantia financeira aos quais as exigências de redução ao valor recuperável do CPC48 (IFRS 9) são aplicáveis.

Em particular, a CPC 48 requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), o Grupo deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses.

A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da provisão para risco de crédito. Para o contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, conforme divulgado na nota explicativa 6, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência ao longo da vida do instrumento financeiro, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

### 2.6 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou

prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para redução de preço de vendas é constituída com base na volatilidade do mercado de minério de ferro no cenário mundial. Baseado na tendência de queda do preço de minério de ferro. A Administração realiza avaliação individual dos contratos de cada cliente e constitui provisão no montante suficiente para cobrir eventuais perdas, conforme critérios já divulgados na nota explicativa 2.5.

## 2.7 Estoques

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Samarco utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

## 2.8 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está

localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas a depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas. Para os restantes a depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear considerando os anos divulgados na nota explicativa 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## 2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme nota explicativa 13 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

### Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério

O custo de estéril (custos associados à remoção de estéril e outros resíduos) incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciável do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

### Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são apresentados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

### 2.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que tem uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em

uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado do período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados, no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A partir de novembro de 2015, e ao incremento nos custos esperados com reparação socioambiental e socioeconômica, a Administração realiza anualmente testes para avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*), conforme divulgado nas notas explicativas 12 e 13.

### 2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus

benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### 2.12 Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

### 2.13 Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

#### (a) Obrigações com desmobilização de ativos

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida quando existe uma obrigação legal ou construtiva de realizar recuperação resultantes de distúrbios ambientais, com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

#### (b) Recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das

autoridades competentes, inclusive no âmbito dos acordos firmados em 2 de março de 2016 e 25 de junho de 2018 (notas explicativas 1 e 3). A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis, e, quando há uma estimativa confiável das obrigações.

### 2.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### 2.15 Imposto de renda

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, são constituídos créditos tributários diferidos na proporção da probabilidade que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Este é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados e apresentados pelo líquido no balanço caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia possui o benefício da exportação incentivada, o qual se refere à redução do imposto de renda com base na apuração do lucro da exploração de minerais abundantes.



A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, a qual considera inconstitucional a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") portanto, não tributa e recolhe a referida contribuição, conforme mencionado na nota explicativa 19.

## 2.16 Benefícios a empregados

### (a) Obrigação de aposentadoria

O plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados quando devidas.

Para a parcela de benefício definido, existente no plano (ValiaPrev), que representa a obrigação construtiva a Companhia realiza o cálculo atuarial. Quando os benefícios do plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida imediatamente no resultado.

A obrigação de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido, menos o valor justo dos ativos do plano na data do balanço e é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Entretanto, nenhum ativo é reconhecido por não haver previsão no estatuto do plano de reembolso à Companhia ou redução de contribuições futuras.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

### (b) Assistência médica

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos

empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

## 2.17 Capital social

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

## 2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

## 2.19 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

De acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, o reconhecimento de receita de contratos com clientes é baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas detalhadas a seguir: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que



sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente, conforme critérios já divulgados na nota explicativa 2.5.

#### **(a) Reconhecimento de receita de vendas de produtos**

A receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Em nosso caso, como a parte majoritária das vendas envolvem FOB (Free-on-Board), a obrigação de desempenho é atendida quando o produto é entregue ao transportador. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisória para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

#### **(b) Reconhecimento de receitas de serviços**

A Companhia vende serviços logísticos no porto de sua propriedade. A receita de serviços é reconhecida no momento que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor cuja recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecido como despesa.

#### **(c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

## **2.20 Arrendamento mercantil**

A Companhia reconhece o ativo referente ao direito de uso e um passivo correspondente ao arrendamento na data de início de um contrato que é, ou contém um arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo. A Companhia não reconhece os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e/ou para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos são reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual.



### 3. EVENTO SIGNIFICATIVO – ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Em virtude do rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Samarco incorreu em relevantes impactos contábeis, especialmente relacionados a gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem.

A Samarco incorreu em gastos e possui provisões para desembolsos futuros que foram contabilizados e divulgados de acordo com o CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

Os impactos contábeis relevantes, advindos do evento significativo, no Balanço Patrimonial, nas Demonstrações do Resultado e nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão descritos a seguir:

#### Balanço Patrimonial

<b>Ativo Circulante</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Adiantamento a fornecedores	(a)	14.881	10.430
<b>Total ativo circulante</b>		<b>14.881</b>	<b>10.430</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos Judiciais	(b)	300.387	349.946
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>300.387</b>	<b>349.946</b>
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores	(c)	(90.150)	(15.306)
Provisões diversas	(d)	(20.544.922)	(4.743.522)
Demais Passivos (SEMAD)	(e)	-	(30.985)
<b>Total passivo circulante</b>		<b>(20.635.072)</b>	<b>(4.789.813)</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisões diversas	(d)	(13.607.356)	(12.292.811)
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	(f)	(14.456.634)	(10.156.499)
Demais Passivos LP (SEMAD)	(e)	-	(15.359)
<b>Total não circulante</b>		<b>(28.063.990)</b>	<b>(22.464.669)</b>
<b>Passivo Líquido</b>		<b>(48.383.794)</b>	<b>(26.894.106)</b>

## Demonstração do Resultado

	Nota	2021	2020
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(g)	(274.361)	(27.121)
<b>Prejuízo bruto</b>		<b>(274.361)</b>	<b>(27.121)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Provisão aportes na Fundação Renova	(f)	(4.300.135)	(3.800.000)
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(d)	(16.588.979)	(3.216.112)
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(h)	(327.181)	(194.160)
Despesas aporte patrimonial Fundação Renova	(d)	(3.699.865)	(9.263)
<b>Prejuízo (lucro) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(25.190.521)</b>	<b>(7.246.656)</b>
Despesas financeiras provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica		(425.332)	(1.663.636)
Juros SEMAD		(65)	(1.422)
<b>Resultado financeiro</b>	(i)	<b>(425.397)</b>	<b>(1.665.058)</b>
<b>Prejuízo antes dos impostos sobre renda</b>		<b>(25.615.918)</b>	<b>(8.911.714)</b>
Imposto de renda diferido		-	-
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(25.615.918)</b>	<b>(8.911.714)</b>



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(25.615.918)	(8.911.714)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>		
Provisão (reversão) para recuperação socioambiental e socioeconômica	16.588.979	3.216.112
Provisão aporte Fundação Renova pelos acionista Vale/BHP Billiton Brasil	4.300.135	3.800.000
Encargos Financeiros	425.332	1.663.636
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		
Depósitos judiciais	49.559	(12.149)
Adiantamento a fornecedores	(4.451)	(2.341)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	74.844	(13.137)
Outros Passivos ( SEMAD )	(46.344)	(29.157)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(4.227.864)</b>	<b>(288.750)</b>
<b>Redução total líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.227.864)</b>	<b>(288.750)</b>

### (a) Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 14.881 (R\$ 10.430 em 31 de dezembro de 2020) refere-se principalmente a adiantamento a fornecedor relativo a ; (i) contratação dos especialistas e de consultorias de suporte ao Ministério Público Federal; ii) Aquisição de materiais e contratação de serviços relacionados ao programa de

remoção de rejeitos remanescentes na barragem da UHE de Candonga.

### (b) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de depósitos judiciais está registrado no ativo no montante de R\$ 300.387 (R\$ 349.946 em 31 de dezembro de 2020) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Civeis	298.917	348.047
Ambientais	155	148
Trabalhista	1.315	1.751
<b>Total</b>	<b>300.387</b>	<b>349.946</b>

### (c) Fornecedores

Refere-se aos valores a pagar de R\$ 90.150 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 15.306 em 31 de dezembro 2020), relacionados aos gastos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

### (d) Provisões diversas

Em 02 de março de 2016, a Samarco, em conjunto com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil, firmou o TTAC, nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG, no sentido de estabelecer os programas, que compreendem medidas e ações para reparações e compensações socioambientais e socioeconômicas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Importante notar que figuram como partes do TTAC, além da Companhia e de seus acionistas: (i) no âmbito federal, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Agência Nacional de Águas (ANA), o DNPM e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI); (ii) no âmbito de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) e a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM); e (iii) no âmbito do Espírito Santo, o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo (AGERH).

A própria extensão do TTAC revela a amplitude do seu alcance, contendo 42 (quarenta e dois) programas, sendo que desses: (i) 23 (vinte e três) de natureza socioeconômica; e (ii) 19 (dezenove) de natureza socioambiental. Vale ressaltar que através de tais programas, medidas de cunhos reparatório e compensatório serão implementadas. O TTAC ainda prevê a possibilidade de revisões extraordinárias dos programas, com a revisão de prazos e obrigações, desde que tecnicamente justificada.

O referido instrumento é estruturado de forma que autoridades públicas competentes poderão opinar, avaliar, e aprovar os projetos desenvolvidos dentro dos programas, e supervisionarão a execução de todos os programas, por meio de um Comitê Interfederativo ("CIF"). Além disso, com base no TTAC e TAC-Gov, foram concebidas, respectivamente, figuras de experts e Câmaras técnicas consultivas a fim de emitir opiniões não necessariamente vinculativas à respeito de controvérsias técnicas de forma científica, embasada e, principalmente, célere.

O TTAC previu a constituição de uma fundação de direito privado, denominada Fundação Renova, que desenvolve e implementa os programas cuja gestão é sujeita a auditoria independente. O prazo do TTAC é de 15 anos a partir de sua assinatura, renovável por períodos de um ano, sucessivamente, até que todas as obrigações previstas no TTAC sejam cumpridas.

Atendendo ao TTAC, em 2 de agosto de 2016, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, com a finalidade de desenvolver e implementar os programas ambientais e socioeconômicos para reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, instituíram a Fundação Renova.

Nos termos do TTAC, a Samarco e seus acionistas são mantenedores da Fundação Renova pela duração do referido acordo, conforme aportes que se façam necessários de tempos em tempos. Na medida em que a Samarco não for capaz de cumprir suas obrigações de financiamento de acordo com o TTAC, a Vale e a BHP Billiton Brasil têm obrigações subsidiárias de financiamento à proporção de 50% cada.

Para o exercício findo de 2021, a Samarco e suas acionistas proveram recursos para a Fundação Renova, conforme abaixo:

- R\$ 8.000.000 em 2021 (R\$ 3.921.427 em 2020), sendo que destes, o montante de R\$ 4.300.135 (R\$ 3.800.000 em 2020) aportados por Vale e BHP Billiton Brasil, na proporção de 50% cada, através de depósitos na Fundação Renova em nome da Samarco, e o montante de R\$ 3.699.865 (R\$ 9.263 em 2020) aportado diretamente pela Samarco na Fundação Renova;

- O montante de R\$ 109.731 (R\$ 112.164 em 2020) foi desembolsado diretamente pela execução da Samarco nos programas do TTAC.

Em 2022, o montante total estimado a ser aportado na Fundação Renova é de R\$ 10.400.000. Adicionalmente, está estimado um montante de R\$ 566.552 para cobrir os programas executados na Samarco, incluindo o programa de recuperação do reservatório da UHE Risoleta Neves (PG009). De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação Renova serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação Renova na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período.

Em 25 de junho de 2018 foi estabelecido o TAC Governança que prevê a extinção da fase de conhecimento da Ação Civil Pública no valor de R\$ 20.000.000, suspensão da Ação Civil Pública no valor de R\$ 155.000.000, ratificação parcial do TTAC e sua declaração formal de validade para as partes envolvidas.

Este acordo estabelece, entre outros assuntos, inovações na governança da Fundação Renova para assegurar uma maior participação das pessoas afetadas e um processo para lidar com uma possível renegociação dos programas destinados a reparar os impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, que conta com o trabalho de Especialistas contratados pela Samarco para assessorar o Ministério Público Federal. Sua homologação ocorreu em 8 de agosto de 2018 na 12ª Vara Federal de Minas Gerais.

Algumas questões pontuais relacionadas à execução dos programas da Fundação Renova foram objeto de judicialização, perante a 12ª Vara Federal, pelos signatários dos acordos sobreditos, o que levou a algumas decisões judiciais que incrementam ações desses programas, à cargo da Fundação Renova.

Em 6 de abril de 2021, foi realizada a primeira reunião sob a presidência do ministro Luiz Fux, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que lidera as discussões sobre a repactuação no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e ações de

reparação e compensação de danos conduzidas pela Fundação Renova.

Em 22 de junho de 2021 a Companhia, suas Acionistas e os signatários do TTAC e TAC GOV, com exceção da AGU, firmaram Carta de Princípios que pautarão as negociações. Reuniões ocorreram ao longo de 2021 e ainda estão sendo realizadas com o objetivo de se alcançar um novo acordo definitivo entre as partes envolvidas visando garantir a reparação integral, tanto ao meio ambiente quanto aos atingidos, dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Baseado no descrito acima, a Administração, assessorada por consultores externos e especialistas, vem elaborando estudos e planos de ação para a reparação e remediação de danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem, assim como a execução de programas compensatórios conforme estabelecido no TTAC. Em 31 de dezembro de 2020, foi registrada provisão para desembolsos futuros relacionados à obrigação presente que foi gerada pelo rompimento da barragem de Fundão. A extensão, o escopo completo, assim como a temporalidade e o custo dos programas de reparação e remediação futuros estão sujeitos a um elevado grau de incerteza porque dependem da conclusão dos estudos dos especialistas, da elaboração dos planos de ações e também do resultado dos julgamentos das demandas judiciais.

A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando a taxa livre de risco de 5,413% ao ano, em termos reais, baseada em título de 20 anos do Brasil no mercado internacional com data de vencimento para 07 de janeiro de 2041 obtido na Bloomberg (EH995062), em linha com o fluxo de desembolso esperado nos próximos 20 anos.



(a) Composição

<b>Provisão para:</b>		<b>2021</b>	<b>2020</b>
Programas reparatórios	(d.1)	29.964.482	12.669.086
Programas compensatórios	(d.2)	3.061.124	3.279.625
Outras ações não contempladas no TTAC	(d.3)	1.126.672	1.087.622
		<b>34.152.278</b>	<b>17.036.333</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>20.544.922</b>	<b>4.743.522</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>13.607.356</b>	<b>12.292.811</b>

(b) Movimentação

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo em 01 de Janeiro</b>	<b>17.036.333</b>	<b>12.171.751</b>
Realização da provisão	(327.181)	(194.160)
Realização da provisão - aporte Samarco para Fundação Renova	(3.699.865)	(9.263)
Reversão de provisão de recursos para a Fundação Renova pelos acionistas Vale / BHP Billiton Brasil	(4.300.135)	(3.800.000)
Atualização financeira	425.332	1.663.636
Aumento (redução) da provisão	25.017.794	7.204.369
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>34.152.278</b>	<b>17.036.333</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>20.544.922</b>	<b>4.743.522</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>13.607.356</b>	<b>12.292.811</b>

Conforme evolução das ações e conhecimento dos impactos, mudanças nas premissas chave podem resultar em futuras alterações substanciais nos valores provisionados em publicações futuras, destacando:

- Método de remoção dos rejeitos remanescentes nos rios: as soluções técnicas se baseiam nas decisões tomadas no âmbito dos Planos de Manejo de Rejeito (PMR) elaborados para os trechos, neste caso são os trechos de 1 a 11. Nos PMRs são feitas análises de impactos e, a partir desta análise detalhada, são definidas e implantadas soluções que têm como princípio

o menor impacto ao meio ambiente e ao entorno, inclusive comunidades. Com base nesse princípio, as ações de retirada dos rejeitos serão concentradas em Barra Longa (MG), único município com área urbana atingida diretamente pela lama, e na Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (Candonga). As demais áreas receberão ações de recuperação ambiental e social.

- Método de remoção dos rejeitos remanescentes na barragem da UHE de Candonga: a remoção dos rejeitos remanescentes na barragem será efetuada por dragagem.



- ACP 155 Bi: processos judicializados, conforme decisões da 12ª Vara da Justiça Federal, considerando os seguintes eixos prioritários:
  - Eixo 1 - Recuperação ambiental extra e intracalha;
  - Eixo 2 - Risco à saúde humana e risco ecológico;
  - Eixo 6 - Medição de performance e acompanhamento;
  - Eixo 8 - Retomada das atividades econômicas; e
  - Eixo 9 - Abastecimento de água para consumo humano.
- Critérios de indenização dos impactados: o Programa de Indenização Mediada teve início efetivo em outubro de 2016, com o intuito de elaborar e executar um programa de ressarcimento e de indenizações. Em 2020, ocorreu uma mudança nesse cenário, com a implementação, pelo juízo da 12ª Vara Federal de Minas Gerais, do Novo Sistema Indenizatório, conhecido como Novel. O Novel surgiu como uma nova modalidade de indenização concedida aos indivíduos, de forma simplificada. A partir da criação do Novel e diversos aspectos das indenizações por danos gerais passaram a ser definidos através do processo de judicialização, com base nas decisões proferidas pelo juízo da 12ª Vara da Justiça Federal.

Considerando o cenário exposto, os atingidos passaram a ter a opção de recebimento de indenização via Programa de Indenização Mediada, via Novo Sistema Indenizatório, ou, ainda, como ajuizamento de ação indenizatória individual.

Além dos processos judicializados, o programa inclui as seguintes indenizações:

- Indenizações de Mariana: referentes aos impactos sofridos em decorrência do deslocamento físico definitivo ou temporário;
- Fatalidades e desaparecimento; e
- Danos morais da água: considera os moradores dos municípios que tiveram

suspensão de distribuição de água potável, por mais de 24 horas, em novembro de 2015.

(d.1) Programas reparatórios: compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem, definidos no TTAC, cujos principais programas são: levantamento e cadastro dos impactados; proteção e melhoria da qualidade de vida dos povos tradicionais e indígenas; saúde e proteção social; recuperação das escolas; retomadas das atividades agropecuárias; preservação da memória histórica, cultural e artística; engajamento, participação, diálogo e controle social; reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga; assistência aos animais; auxílio financeiro emergencial aos impactados; revegetação e recuperação ambiental; conservação da biodiversidade aquática; monitoramento da água; manejo dos rejeitos decorrentes considerando conformação e estabilização in situ, escavação, dragagem, transporte, tratamento e disposição; melhoria dos sistemas de abastecimento de água.

(d.2) Programas compensatórios: compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, nos termos dos programas, definidos no TTAC, cujos principais são: apoio à pesquisa para desenvolvimento e utilização de tecnologias socioeconômicas aplicadas à remediação dos impactos; recuperação e diversificação da economia regional com incentivo à indústria; estímulo à contratação local; recuperação de áreas de preservação permanente (APP); recuperação de nascentes; fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduo sólido; educação ambiental; preparação para emergências ambientais; criação de fundo para Covid-19; repasses para os projetos estruturantes da Agenda Integrada, firmados com os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, com o objetivo de alavancar as ações voltadas à proteção social, saúde, educação, diversificação da economia e fortalecimento das capacidades institucionais dos municípios atingidos.



(d.3) Outras ações não contempladas no TTAC: compreendem outros desembolsos necessários para o cumprimento de ações derivadas do rompimento da barragem de Fundão, mas que não foram classificadas nos programas do TTAC.

**(e) Demais Passivos**

A Samarco foi autuada pela SEMAD em R\$ 127.500. A Samarco requereu o parcelamento do valor em 60 meses. A primeira parcela, correspondente à 5% (cinco por cento) do montante, foi paga em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 30.985 refere-se a 12 parcelas de curto prazo e o valor de R\$ 15.359 refere-se as parcelas de longo prazo, atualizadas pela SELIC, conforme nota explicativa 21. Todos os valores foram quitados no exercício de 2021.

**(f) Outras contas a pagar no país de partes relacionadas**

Em 30 de dezembro de 2016 foram firmados contratos entre Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil em reconhecimento da obrigação da Samarco em pagar aos seus acionistas os valores aportados pelos mesmos para a Fundação Renova. Os aportes são para cumprir com as obrigações primárias da Samarco previstas no TTAC. No exercício de 2021, o

montante aportado pelos acionistas diretamente na Fundação Renova foi de R\$ 4.300.135 (R\$ 3.800.000 em 2020) totalizando até 31 de dezembro de 2021 um valor total aportado de R\$ 14.456.634 (R\$10.156.499 até 31 de dezembro de 2021).

**(g) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados**

A Companhia incorreu em custos para manutenção e reparação de instalações afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (sobre serviços de terceiros, materiais de construção, combustíveis, dentre outros). Do valor total, o montante de R\$ 172.727 (R\$ 42.286 em 31 de dezembro de 2020) foi registrado como capacidade ociosa, conforme nota explicativa 24.

**(h) Outras despesas operacionais**

*Despesas para recuperação socioambiental e socioeconômica*

A composição das despesas desembolsadas pela Samarco, incorridas em 2021 e 2020, relacionadas às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos impactos ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem de Fundão, encontram-se demonstradas abaixo:

	2021	2020
Programas reparatórios	(162.142)	(19.972)
Programas compensatórios	(459)	(429)
Ações não contempladas no TTAC	(164.580)	(173.759)
	<b>(327.181)</b>	<b>(194.160)</b>

A descrição da natureza de cada uma das despesas incluídas no quadro acima, estão detalhadas na nota explicativa 3(d).

**(i) Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é composto de:

(i) despesa financeira no montante de R\$425.332 (R\$ 1.663.636 em 31 de dezembro de 2020) proveniente da atualização da provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica, calculada a valor presente. A taxa utilizada está descrita na nota explicativa 3(d);

(ii) R\$ 65 (R\$ 1.422 em 31 de dezembro de 2020) de juros incorridos da multa ambiental aplicada pela SEMAD conforme descrito na nota explicativa 3(e).

**(j) Investigações**

Logo após o rompimento da barragem de Fundão, a Companhia, em conjunto com seus acionistas, contratou investigação externa com objetivo de identificar as causas do rompimento da barragem de Fundão. A divulgação pública dos resultados foi realizada ao final do mês de agosto de 2016.



Os resultados, que também foram compartilhados com a Polícia Federal e o Ministério Público, entre outros órgãos envolvidos com os processos de investigação. Além de subsidiar os inquéritos policiais em andamento e as medidas judiciais, as informações fornecidas auxiliarão a Companhia e o setor mineral como um todo na busca por padrões mais elevados de segurança operacional, para que ocorrências dessa natureza nunca mais se repitam.

Em 22 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra a Companhia, suas acionistas e 22 pessoas físicas, referente ao rompimento da Barragem de Fundão, e foi autuada sob o nº 0002725-15.2016.4.01.3822. Foram imputados à Companhia os crimes ambientais previstos nos artigos 29, caput, §1º, incisos I e II, § 4º, incisos I, III, V e VI, art. 33, art. 38, art. 38-A, art. 40, caput, §2º, art. 49, art. 50, art. 53, incisos I e II, alíneas “c”, “d” e “e”, art. 54, § 2º, incisos I, III, IV e V c/c art. 58, inciso I, art. 62, inciso I, todos da Lei n. 9.605/98, em concurso com os crimes previstos nos artigos. 68, 69 e, por duas vezes, no art. 69-A, §2º, da Lei nº 9.605/98. A denúncia foi recebida em 17 de novembro de 2016. Após o exame minucioso dos documentos e questões jurídicas relacionadas ao objeto do processo, a resposta da Samarco à acusação foi apresentada dentro do prazo legal. Após apreciação de todas as defesas apresentadas no processo, o Juízo Federal de Ponte Nova deu seguimento à regular tramitação do processo. O TRF1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), ao julgar habeas corpus impetrado por acusados (pessoas físicas) afastou a acusação de homicídio doloso e, ainda, trancou a ação penal em relação a alguns acusados. Com isso, o Juízo, na mesma linha da decisão proferida pelo TRF1, além de excluir várias pessoas físicas da acusação, alterou o rito de tramitação do processo – até então submetido ao rito do tribunal do júri, adotando, agora, o rito ordinário. Atualmente o processo encontra-se tramitando de forma regular.

#### (k) Seguros

##### (i) Seguros Operacionais e Outras Naturezas

A Companhia mantém vigente os principais seguros que cobrem os riscos relacionados à sua atividade, dentre eles os seguros de riscos operacionais e o de responsabilidade civil. Com relação a apólices anteriores, vigentes à

época do rompimento da barragem de Fundão, a Companhia ainda mantém contato com suas seguradoras e negocia alguns recebimentos de indenizações de apólices que cobriam os riscos de sua atividade.

Em 2021, a Companhia continuou obtendo ressarcimentos de custos de defesa cobertos pela apólice de Responsabilidade Civil de Administradores e mantém ativo o canal de negociações para que valores adicionais dispendidos e cobertos por suas apólices de seguro sejam ressarcidos.

Quaisquer pagamentos adicionais de indenizações ainda dependem de conclusão das negociações, definições das coberturas, franquias e alocação do montante das perdas cobertas pelas apólices.

##### (ii) Garantia pecuniária atendimento ao TTAC

É mantido em vigor desde 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC – Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG. O seguro foi constituído com o objetivo de garantir o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o Tomador necessite realizar em virtude do inadimplemento das obrigações de custeio e financiamento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, nos autos da Ação Civil Pública nº0069758-61.2015.4.01.3400 (“Ação”). A ação encontra-se em trâmite perante o Segurado e é, movida pela União Federal, Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Agência Nacional de Águas (ANA), DNPM, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo, Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em face do tomador e outros. Pagamentos de indenização pela seguradora ocorrerão em igualdade de condições com outras apólices de seguro apresentadas nos autos da Ação.

## (l) Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Essas ações movidas por indivíduos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e entidades públicas e governamentais buscam remediação e compensação dos impactos ambientais e socioeconômicos, danos materiais e morais e perda de vidas, além de uma série de compensações para os municípios afetados.

Esses processos judiciais incluem ações civis públicas movidas por promotores estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensores públicos estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensoria da União e procuradores federais. Dada a situação de todos esses processos, e das ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, que estão detalhadas nos próximos parágrafos, não é possível neste momento fornecer uma gama de resultados possíveis ou uma estimativa confiável de exposições futuras.

Conforme definido no TTAC, as reivindicações de vários processos movidos contra a Samarco estão abrangidas no acordo mencionado. As perdas estimadas nas pretensões endereçadas pelo TTAC foram incluídas como parte das diversas provisões para reparação de danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Companhia foi autuada pelas agências ambientais, sendo autuada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) devido aos alegados danos ambientais causados pela descarga de resíduos sólidos e líquidos (rejeitos de mineração) nas águas do Rio Doce, e autuada pela SEMAD e IEMA-ES (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) por alegadamente causar poluição e degradação ambiental resultando em danos aos recursos hídricos. A Samarco apresentou sua defesa contra essas acusações e está aguardando uma resposta das agências. Os autos de infração totalizam R\$ 1.206.396 (R\$ 1.435.077 em 31 de dezembro de 2020). Destaca-se que quatro Autos de Infração lavrados pelo IBAMA já esgotaram a esfera administrativa, dos quais um está em avaliação pela Companhia, e três estão sendo discutidos

na esfera judicial no âmbito de Ação Anulatória e Execuções Fiscais. As perdas e saídas resultantes são classificadas como possíveis.

Em relação à Ação Civil Pública nº 0043356-50.2015.8.13.0400, proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais visando a reparação integral aos atingidos de Mariana, existe ação cautelar, na qual foi bloqueado o valor de R\$ 300.000 na conta bancária da Samarco para uso compensatório e medidas de remediação exigidas por essa Ação Civil Pública. A Samarco recorreu desta decisão. No entanto, em 4 de dezembro de 2017, o Tribunal de Justiça negou o recurso e manteve a decisão que bloqueou tal quantia. Parte do valor foi desbloqueado em decorrência de investimentos em ações emergenciais/recuperação mediante acordo com o MPMG. Em 02 de outubro de 2018, Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil e Ministério Público de Minas Gerais firmaram acordo para tratar do pagamento de indenizações naquela comarca mediante utilização dos recursos bloqueados na ação cautelar. Conquanto a ação tenha sido extinta, os valores originalmente bloqueados na ação cautelar serão empregados para o pagamento de parte das indenizações.

Em 30 de novembro de 2015, o Governo Federal do Brasil, estados do Espírito Santo e Minas Gerais e outras autoridades públicas instauraram coletivamente uma Ação Civil Pública perante a 12ª Vara Federal de Belo Horizonte contra a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, buscando a criação de um fundo de até R\$ 20.000.000 para reparação do meio ambiente e compensação pelos danos causados à comunidade.

Em 3 de maio de 2016, o Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública contra a Samarco e seus acionistas visando a reparação integral, indenização e danos morais por conta dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão, requerendo (i) adoção de medidas para mitigar os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e outras medidas de emergência, (ii) pagamento de indenização à comunidade e (iii) pagamento de dano moral coletivo. O valor da ação inicial reivindicado pelo Ministério Público Federal é de R\$ 155.000.000.



Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal, a Samarco e seus acionistas assinaram um acordo preliminar (“TAP” ou “Acordo Preliminar”) com o Ministério Público Federal, que delinea o processo e cronograma para novas negociações para um acordo sobre as ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000. Este Acordo Preliminar prevê a nomeação de especialistas para avaliar os programas em matéria de remediação ambiental e social e avaliação e acompanhamento de programas no âmbito do TTAC.

As conclusões dos consultores especializados não vinculados a Samarco, a Vale, a BHP Billiton Brasil, serão consideradas na negociação de um acordo final com o Ministério Público.

Nos termos do Acordo Preliminar, a Samarco e seus acionistas concordaram também em ofertar garantias (“Caução Provisória”) no montante de R\$ 2.200.000, a contratação de especialistas aos procuradores federais e a realização de audiências públicas.

Em 24 de janeiro de 2017, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil apresentaram as garantias ao Tribunal que permaneceriam em vigor por 30 (trinta) meses da homologação do TAC Governança.

O Acordo Preliminar firmado na Ação Civil Pública de Ponte Nova prevê a destinação de R\$ 200.000 para serem empregados em ações reparatórias nas regiões circunscritas naquela Comarca. Esta quantia foi aportada para programas na Fundação Renova, e não representou acréscimo no valor de aportes previstos para 2018.

Em 25 de junho de 2018, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, e demais partes envolvidas, o Ministério Público e as Defensorias Públicas celebraram o TAC Governança que extingue a fase de conhecimento da Ação Civil Pública de R\$ 20.000.000 e aumenta a participação da comunidade nas decisões relacionadas ao processo de reparação.

O TAC de Governança, foi homologado pela 12ª Vara Federal de Minas Gerais no dia 8 de agosto de 2018, produzindo entre outros efeitos, (i) a extinção da fase de

conhecimento da ACP de R\$ 20.000.000 e (ii) suspensão da Ação Civil Pública de R\$ 155.000.000 por um período de 2 anos a partir da homologação, até o encerramento do processo de repactuação.

O TAC Governança mantém a garantia provisória prestada no âmbito do Acordo Preliminar por um período de 30 meses, após o qual a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil serão requeridos a fornecer a segurança de um valor equivalente ao orçamento anual da Fundação Renova até o limite de R\$ 2.200.000.

A partir de janeiro de 2020, algumas questões pontuais relacionadas à execução dos programas da Fundação Renova foram objeto de judicialização, perante a 12ª Vara Federal, pelos signatários dos acordos sobreditos, o que levou a algumas decisões judiciais que incrementam ações a serem desempenhadas no âmbito desses programas, todas elas à cargo da Fundação Renova.

No final de 2020, o Ministério Público Federal fez um pedido para que fosse retomado o curso da ACP de R\$ 155.000.000. Samarco e suas acionistas responderam ao mencionado pleito. Posteriormente o Ministério Público Federal requereu a suspensão do pedido de retorno da ação até o final de abril de 2021, sendo que a ACP permanece suspensa.

Essas principais Ações Cíveis Públicas objetivam a compensação integral, indenizações de danos morais e materiais decorrentes do Rompimento da Barragem de Fundão. Assim sendo, a administração também considerou outras reivindicações classificadas como possíveis e / ou prováveis que se encontram na fase inicial e que apresentam incertezas significativas devido a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, à definição dos montantes envolvidos, ao prazo de compensação, e outras decisões judiciais e extrajudiciais. Além dos pedidos judiciais para reunião das ações judiciais na 12ª Vara Federal, Samarco entende que as contingências dessas outras reivindicações já estão cobertas nessas principais Ações Cíveis Públicas.

Outros processos e investigações governamentais relacionados ao rompimento da barragem de Fundão podem ser movidos contra a Companhia. Até que novos fatos sejam desenvolvidos e as incertezas já mencionadas resolvidas, não é possível fornecer uma gama de resultados ou uma estimativa confiável das obrigações da Samarco decorrentes dessas questões. Como tal, uma provisão não foi reconhecida ou um passivo contingente quantificado para estas reivindicações. Somente na plenitude do tempo e no desenvolvimento natural das disputas e da maturidade do processo, com novos assentamentos alcançados e / ou decisões legais, será possível compreender a magnitude real dos impactos e a exposição da Companhia. Esses itens podem levar

a impactos significativos nas provisões e resultar em novos ajustes às provisões existentes e / ou no reconhecimento de novas provisões para desembolsos que não podem ser projetados e / ou mensurados atualmente. A partir de 2019, as ações estimadas como perdas prováveis relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão foram registradas como parte da provisão ambiental e socioambiental.

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2021	2020
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.991.993	1.640.249
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	483.538	549.239
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.148.043	1.376.462
		<b>3.623.574</b>	<b>3.565.950</b>

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

Caixa e bancos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
No país		7.794	43	7.794	43
No exterior	(a)	27	76.127	6.658	80.035
<b>Aplicações financeiras</b>					
No exterior	(b)	1.986.324	3.768	1.986.323	3.768
		<b>1.994.145</b>	<b>79.938</b>	<b>2.000.775</b>	<b>83.846</b>

- (a) Contas correntes denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior.
- (b) Aplicações financeiras de curto prazo denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos são atrelados a taxas pré-fixadas, de 0,05% a.a. em 31 de dezembro de 2021 e 0,05% a.a. em 31 de dezembro de 2020. A Companhia tem como política investir seus recursos em bancos de primeira linha, conforme política descrita na nota explicativa 2.5.

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CAIXA RESTRITO

A composição do saldo das aplicações financeiras, em caixa restrito, encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Aplicações financeiras em caixa restrito	1.438	2.848
	<b>1.438</b>	<b>2.848</b>

Em 31 de dezembro de 2021, o valor em caixa restrito de R\$ 1.438 (R\$ 2.848 em 31 de dezembro de 2020), refere-se a recursos mantidos e aplicados em contas bancárias específicas ("collection accounts") vinculadas a alguns empréstimos e financiamentos bancários, cujos contratos estão passando por um processo de renegociação no âmbito da Recuperação Judicial, conforme descrito na nota explicativa 1(c); e também a recursos mantidos para garantia de obrigações contratuais relacionados principalmente a contratos de transmissão de energia.

## 6. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo das contas a receber encontra-se detalhada a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Cientes no país	(a)	7.793	6.906	7.793	6.906
Cientes no país partes relacionadas (nota 30)		-	-	-	-
Cientes no exterior	(b)	516.397	13.723	518.701	15.871
Cientes no exterior partes relacionadas (nota 30)		2.288	2.131	-	-
		<b>526.478</b>	<b>22.760</b>	<b>526.494</b>	<b>22.777</b>
Perda de crédito esperada	(c)	(22.625)	(20.486)	(24.897)	(22.602)
Provisão de redução de preço	(d)	(55.654)	-	(55.654)	-
		<b>448.199</b>	<b>2.274</b>	<b>445.943</b>	<b>175</b>

(a) O valor a receber de clientes no país está relacionado à venda de energia, locação de área portuária e venda de estoque de suprimentos.

(b) O saldo consolidado de R\$ 516.397 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 15.871 em 31 de dezembro de 2020) de clientes no exterior, originou-se dos valores a receber de clientes de minério fora do país.

(c) As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa totalizam R\$ 22.625 em 31 de dezembro de 2021, na controladora

e R\$ 24.897 no consolidado (R\$ 20.486 e R\$ 22.602 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). São constituídas provisões para perdas relativas a crédito (risco de recebimentos de clientes), conforme política divulgada na nota explicativa 2.5. A provisão na Controladora não inclui valores a receber de vendas efetuadas para a controlada Samarco Finance.

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldo em 01 de Janeiro</b>	<b>20.486</b>	<b>11.849</b>	<b>22.602</b>	<b>13.490</b>
Adições	1.418	244	1.418	244
Reversões	(324)	(119)	(324)	(119)
<b>Total movimento desconsiderando variação cambial</b>	<b>1.094</b>	<b>125</b>	<b>1.094</b>	<b>125</b>
Variação cambial	1.045	8.512	1.201	8.987
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>22.625</b>	<b>20.486</b>	<b>24.897</b>	<b>22.602</b>

- (d) Conforme descrito na nota explicativa 2.19 (a), a receita é reconhecida no momento em que as obrigações de performance contratuais são atendidas. Devido a queda de preço no mercado internacional, foi necessária a constituição de uma provisão de R\$ 55.654 referente à redução de preço em 2021.

A movimentação da provisão de redução de preço e a movimentação está representada conforme tabela abaixo:

	<b>Controladora e Consolidado</b>
	<b>2021</b>
<b>Saldo em 01 de Janeiro</b>	-
Constituição da provisão	13.354
Adições	11.949
<b>Total movimento desconsiderando variação cambial</b>	<b>25.303</b>
Variação cambial	30.351
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>55.654</b>

A composição do saldo das contas a receber, classificadas por vencimento, encontra-se detalhada abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
A vencer	499.760	105	498.835	105
Vencidos até 30 dias	11.812	23	11.812	23
Vencidos de 31 a 60 dias	525	-	525	-
Vencidos de 61 a 90 dias	463	231	463	263
Vencidos há mais de 90 dias	13.917	22.401	14.859	22.386
	<b>526.477</b>	<b>22.760</b>	<b>526.494</b>	<b>22.777</b>



## 7. ESTOQUES

A composição e a movimentação do saldo dos estoques encontram-se detalhadas a seguir:

(a) Composição	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Produtos acabados	148.112	34.902
Produtos em elaboração	33.712	42.993
Insumos	75.139	135.451
Materiais de consumo e manutenção	435.440	386.799
Provisão para obsolescência de materiais	(45.734)	(41.516)
Adiantamentos a fornecedores	40.178	14.919
<b>Total</b>	<b>686.847</b>	<b>573.548</b>
Ativo circulante	533.007	285.879
Ativo não circulante	153.840	287.669
<b>Total</b>	<b>686.847</b>	<b>573.548</b>

(b) Movimentação dos produtos acabados	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
<b>Saldo em 01 de Janeiro</b>	<b>34.902</b>	<b>2.041</b>
Adições	1.681.740	23.822
Baixas por venda	(1.576.578)	(3.521)
Adição por ajuste de inventário	(13.123)	121
Conversão	21.171	12.439
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>148.112</b>	<b>34.902</b>

(c) Movimentação da provisão para obsolescência de estoque	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
<b>Saldo em 01 de Janeiro</b>	<b>(41.516)</b>	<b>(32.282)</b>
Adições	(2.667)	(187)
Reversões	1.557	298
Conversão	(3.108)	(9.345)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(45.734)</b>	<b>(41.516)</b>

A Companhia avaliou os seus estoques em 31 de dezembro de 2021, e concluiu que os mesmos não excedem aos valores de realização.

Adicionalmente, a Companhia realizou uma análise para utilização de seus materiais no curto e longo prazo considerando o retorno parcial das operações que ocorreu em dezembro de 2020 (conforme divulgado na nota explicativa 1).

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
ICMS – Minas Gerais (MG)	(a)	75.520	76.688	75.520	76.688
ICMS – Espírito Santo (ES)	(b)	1.523.510	1.478.965	1.523.510	1.478.965
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(b)	(1.523.316)	(1.478.965)	(1.523.316)	(1.478.965)
PIS e COFINS	(c)	72.043	1.636	72.043	1.636
Imposto de renda a recuperar	(d)	187.876	36.841	187.876	36.841
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras		45	24	45	24
Outros		21	1.420	29	1.431
<b>Total</b>		<b>335.699</b>	<b>116.609</b>	<b>335.707</b>	<b>116.620</b>
Ativo circulante		260.125	39.866	260.132	39.877
Ativo não circulante		75.574	76.743	75.575	76.743
<b>Total</b>		<b>335.699</b>	<b>116.609</b>	<b>335.707</b>	<b>116.620</b>

- (a) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado.
- (b) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos por não ter expectativa de utilização.
- (c) Os créditos de PIS e de COFINS, referem-se principalmente às aquisições de materiais e serviços classificados como insumos, energia

elétrica e de ativo imobilizado. O acréscimo monetário em relação ao ano de 2020, se deu pela admissibilidade de novamente mensurarmos os créditos destes tributos em razão da retomada operacional, que ocorreu em dezembro/2020, no qual, foram apropriados somente os créditos referentes às aquisições de energia elétrica.

- (d) Imposto de renda a recuperar referente a estimativas mensais recolhidas a maior.



## 9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021, não há saldo à receber de indenização de energia elétrica relativa a diferença entre a energia mensal contratada versus a energia medida consolidada, e à venda de excedentes de energia elétrica adquiridas para o processo produtivo, visto que, com o retorno parcial das operações em dezembro de 2020, o consumo da energia elétrica atual está superior ao volume mensal contratado. Em 31 de dezembro de 2020 o montante total a receber foi de R\$ 4.319.

## 10. DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Seguros a recuperar	4.006	1.923	4.006	1.923
Consórcio UHE Guilman-Amorim (nota 2.3(b) e nota 21)	3.757	3.994	3.757	3.994
Adiantamentos a empregados	5.999	4.509	5.999	4.509
Outros	12	12	75	76
<b>Circulante</b>	<b>13.774</b>	<b>10.438</b>	<b>13.837</b>	<b>10.502</b>
COHESA (A)	17.275	17.275	17.275	17.275
(-) Ajuste a valor presente COHESA (a)	(4.613)	(3.749)	(4.613)	(3.749)
Adiantamento a empregados	4.224	393	4.224	393
Empréstimos a terceiros LP	1.588	-	1.588	-
Outras contas a receber Ponta Ubu Agropecuária (nota 30) (B)	1.327	1.327	1.327	1.327
Outros	41	42	41	42
<b>Não circulante</b>	<b>19.842</b>	<b>15.288</b>	<b>19.842</b>	<b>15.288</b>

(a) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS,

ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos, praticados pela Companhia.

(b) Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no valor de R\$ 1.327, referem-se a despesas de responsabilidade da Ponta Ubu Agropecuária, que foram desembolsados pela Companhia.

## 11. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou resultado positivo de equivalência patrimonial em suas controladas de R\$ 19.877 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 222 negativo em 31 de dezembro de 2020). Em 2021 e 2020 a Companhia não recebeu dividendos provenientes de investimentos em controladas. Nenhuma das investidas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Participação	Quantidade de ações ou quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Custos e despesas	Resultado do exercício
<b>2021</b>											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	2.463	-	2.463	2.272	191	2.463	4	(20)	(16)
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	45.537	7.094	52.631	5.591	47.040	52.631	26.458	(6.565)	19.893
		<b>Total</b>	<b>48.000</b>	<b>7.094</b>	<b>55.094</b>	<b>7.863</b>	<b>47.231</b>	<b>55.094</b>	<b>26.462</b>	<b>(6.585)</b>	<b>19.877</b>
<b>2020</b>											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	2.309	-	2.309	2.116	193	2.309	5	(45)	(40)
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	23.936	6.393	30.329	5.990	24.339	30.329	2.557	(2.739)	(182)
		<b>Total</b>	<b>26.245</b>	<b>6.393</b>	<b>32.638</b>	<b>8.106</b>	<b>24.532</b>	<b>32.638</b>	<b>2.562</b>	<b>(2.784)</b>	<b>(222)</b>

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Saldo em 01 de Janeiro</b>	<b>24.532</b>	<b>19.010</b>
Participações no resultado (equivalência patrimonial)	19.877	(222)
Ajustes de conversão	2.822	5.744
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>47.231</b>	<b>24.532</b>

## 12. IMOBILIZADO

Em 2021, assim como em 2020, os investimentos realizados corresponderam às necessidades atuais da Companhia.

A composição do saldo das contas de ativo imobilizado encontra-se detalhada abaixo:

Custo	Consolidado										Controladora
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de process. dados e Móveis e utensílios	Embarcações e Veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>285.935</b>	<b>17457.664</b>	<b>9.613.199</b>	<b>1.094.502</b>	<b>284.445</b>	<b>589.048</b>	<b>348.067</b>	<b>22.908</b>	<b>833.236</b>	<b>30.529.004</b>	<b>30.527.395</b>
Adições (a)	-	-	-	-	6	-	-	14.726	668.193	682.925	682.919
Provisão Baixa (CEMIG) Reversão (b)	-	1.200	5.278	-	-	-	-	-	-	6.478	6.478
Avaliação de Estudo do Descomissionamento de Planta (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	609.330	609.330	609.330
Transferências – Entradas (c)	1.387	793.860	147.034	609.330	24.195	1.642	4.716	-	-	1.582.164	1.582.164
Transferências – Saídas	-	(560)	-	-	-	-	-	-	(1.581.604)	(1.582.164)	(1.582.164)
Baixa custo imobilizado (b)	-	(2.393)	(5.228)	-	(744)	(114)	(9)	(18.317)	(462)	(27.267)	(27.267)
Efeito das variações das taxas de câmbio (d)	83.823	5.191.054	2.805.882	(110.735)	83.474	170.681	102.150	124	27.703	8.354.156	8.353.654
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>371.145</b>	<b>23.440.825</b>	<b>12.566.165</b>	<b>1.593.097</b>	<b>391.376</b>	<b>761.257</b>	<b>454.924</b>	<b>19.441</b>	<b>556.396</b>	<b>40.154.626</b>	<b>40.152.509</b>
Adições (a)	-	-	-	-	9	-	-	131.041	229.563	360.613	360.604
Avaliação de Estudo do Descomissionamento de Planta (e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.164.482)	(1.164.482)	(1,164,482)
Transferências – Entradas (c)	8.060	98.829	82.103	(1,164,482)	5.932	5.876	11.157	-	-	(952.525)	(952.525)
Transferências – Saídas	-	-	-	-	-	-	-	-	952.525	952.525	952.525
Baixa custo imobilizado (b)	-	(3)	-	-	(2.019)	-	(2)	-	-	(2.024)	(2,024)
Efeito das variações das taxas de câmbio (d)	29.974	1.646.337	936.403	(49.096)	24.404	57.288	34.016	1.898	1.290	2.682.514	2.682.357
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>409.179</b>	<b>25.185.988</b>	<b>13.584.671</b>	<b>379.519</b>	<b>419.702</b>	<b>824.421</b>	<b>500.095</b>	<b>152.380</b>	<b>575.292</b>	<b>42.031.247</b>	<b>42.028.964</b>



Depreciação acumulada, perda por redução ao valor recuperável (impairment) e variação das taxas de câmbio	Consolidado										Controladora
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de process. dados e Móveis e utensílios	Embarcações e Veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(138.389)</b>	<b>(10.201.539)</b>	<b>(4.789.355)</b>	<b>(986.207)</b>	<b>(259.524)</b>	<b>(464.388)</b>	<b>(223.984)</b>	<b>(21.104)</b>	<b>(634.001)</b>	<b>(17.718.491)</b>	<b>(17.716.889)</b>
Depreciação no período	-	(140.141)	(6.219)	(29.226)	(14.432)	(27.270)	(8.970)	(20.357)	-	(246.615)	(246.612)
Provisão Baixa (CEMIG) Reversão	(b)	(163)	(856)	-	-	-	-	-	-	(1.019)	(1.019)
Baixa depreciações acumulada	(b)	994	1.108	-	691	105	7	18.317	-	21.222	21.222
Impairment – constituição/ reversão	(f)	18.682	225.568	316.575	(259.159)	(1.899)	33.637	17.582	4.705	293.191	648.882
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	-	(1.752.893)	(541.625)	(14.909)	(75.677)	(133.923)	(46.584)	(353)	-	(2.565.964)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(119.707)</b>	<b>(11.868.174)</b>	<b>(5.020.372)</b>	<b>(1.289.501)</b>	<b>(350.841)</b>	<b>(591.839)</b>	<b>(261.949)</b>	<b>(18.792)</b>	<b>(340.810)</b>	<b>(19.861.985)</b>	<b>(19.859.879)</b>
Depreciação no período	-	(349.176)	(85.469)	(43.396)	(17.214)	(23.768)	(8.817)	(11.133)	-	(538.973)	(538.964)
Baixa depreciações acumulada	(b)	3	-	-	1.987	-	2	-	-	1.992	1.992
Impairment – constituição/ reversão	(f)	119.707	4.490.527	2.591.581	1.208.855	34.992	80.839	86.028	1.517	340.810	8.954.856
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	-	(854.742)	(294.925)	(2.988)	(28.612)	(64.019)	(25.099)	(1.442)	-	(1.271.827)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>(8.581.562)</b>	<b>(2.809.185)</b>	<b>(127.030)</b>	<b>(359.688)</b>	<b>(598.787)</b>	<b>(209.835)</b>	<b>(29.850)</b>	<b>-</b>	<b>(12.715.937)</b>	<b>(12.713.668)</b>

Saldo	Consolidado										Controladora
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de process. dados e Móveis e utensílios	Embarcações e Veículos	Ferramentas e bens de massa	Direito de Uso	Bens em construção	Total	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>251.438</b>	<b>11.572.651</b>	<b>7.545.793</b>	<b>303.596</b>	<b>40.535</b>	<b>169.418</b>	<b>192.975</b>	<b>649</b>	<b>215.586</b>	<b>20.292.641</b>	<b>20.292.630</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>409.179</b>	<b>16.604.426</b>	<b>10.775.486</b>	<b>252.489</b>	<b>60.014</b>	<b>225.634</b>	<b>290.260</b>	<b>122.530</b>	<b>575.292</b>	<b>29.315.310</b>	<b>29.315.296</b>



(a) Em 31 de dezembro de 2021, as adições relacionadas aos bens em construção resultaram em um montante de R\$ 229.563 (R\$ 668.193 em 2020). Deste total de adições, cabe destacar o principal projeto, abaixo detalhado:

- R\$ 42.970 – aquisição sobressalentes germano/ubu

Conforme descrito na nota explicativa 1(b), em decorrência da nova legislação e visando maior segurança na retomada das operações, a

Samarco readequou seu processo operacional para tratativa de rejeitos, de forma que implementou novas tecnologias e procedimentos para disposição de rejeito arenoso de flotação e de lamas buscando soluções mais seguras e que otimizem espaço.

O sistema desaguamento rejeito arenoso e lama tem por objetivo viabilizar a operação da Planta de Germano para os concentradores II e III.

A composição das adições por natureza são como segue:

Denominação do Projeto	Data de início	Data final	2021	2020
Sobressalentes Germano/ Ubu	2014	2022	42.970	35.624
Sistema de desaguamento de rejeito arenoso e lama	2018	2022	35.287	281.808
Reforma e aquisição de componentes - Frota da Mina	2020	2022	16.157	45.943
Recuperação estrutural Ubu	2018	2022	15.872	21.630
Recuperação estrutura recuperadora 56RC00	2020	2022	15.640	7.783
Recuperação Reservatório UHE Risoleta	2021	2022	9.869	-
Drenagens supressão e revegetação pder sul	2021	2022	8.981	-
Adequação taludes planta de reagentes	2021	2022	8.092	-
Recuperação estrutural Germano	2020	2022	7.758	6.549
Adequação barragem Norte	2018	2022	4.019	4
Terrenos	2018	2022	3.477	6.503
Sistema automatizado acionamento sirenes	2021	2022	3.469	-
PCN - reposição de rejeitos na cava	2016	2022	3.219	28.037
Monitoramento disposição rejeito instrumentação cava sul	2021	2022	3.080	-
Pelotas e psc mercado interno	2021	2022	2.738	-
Sistema alerta emergencia muniz freire	2021	2022	2.363	-
Adequação talude do sistema extravasor barragem	2021	2022	2.359	-
Realocação escritório e oficina alegria norte	2020	2022	2.122	3.619
Drenagem bacias alegria sul	2020	2022	2.117	2.513
Reforma equipamentos patio e porto	2021	2022	2.008	-
Graneis solidos pelo porto	2021	2022	1.530	-

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

Denominação do Projeto	Data de início	Data final	2021	2020
Adequação sistema alfandegário	2020	2022	1.296	2.964
Retrofit Componentes Sistema Elétrico Substação	2021	2022	1.260	-
Captação de água em Santarém	2020	2022	1.214	4.809
Equipamentos capitalizáveis - Ubu	2021	2022	1.200	-
Equipamentos capitalizáveis – gmg	2020	2022	1.107	3.712
Realocação almoxarivado P3-P4	2021	2022	959	-
Gastos de capital UHE Guilman Amorim	2016	2022	877	726
Projetos TI - Prontidão Operacional Hardwares	2019	2022	860	10.249
Prontidão operacional mineroduto 3	2021	2022	620	-
Adequação vídeomonitoramento da área portuária	2020	2022	373	19.037
Condicionante ambiental hídrica	2018	2022	180	26.548
Adequação do dique Macacos e oficina	2018	2022	84	5.052
Adequação barragem Matipó	2018	2022	2	2.490
Barramento Eixo 1	2019	2022	1	66.946
Aquisição de refratário para fornos	2020	2021	-	2.973
Recuperação estrutural do quebra-mar	2020	2021	-	2.590
Centralização do SDCI	2020	2021	-	2.512
Retorno do concentrador 2	2018	2021	-	2.352
Condicionante ambiental atmosférica – ubu	2020	2021	-	2.198
Recuperação das estacas do píer	2020	2021	-	1.658
Outros	-	-	26.403	71.364
<b>TOTAL</b>			<b>229.563</b>	<b>668.193</b>

(b) As alienações ocorridas no ano de 2021 correspondem principalmente às baixas por sucatagem resultante da troca de equipamentos inoperantes. O valor residual baixado foi de R\$ 32.

(c) Os investimentos em ativo imobilizado e intangível são registrados na rubrica bens em construção. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) dos

bens para as respectivas contas de imobilizado e intangível, obedecendo a natureza contábil de cada bem.

(d) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

(e) O estudo de avaliação de descomissionamento das plantas industriais



foi revisado a taxa de desconto e resultou em uma redução de aproximadamente R\$ 1.164.482 (aumento de R\$ 609.330 em 2020) conforme nota explicativa 20.

- (f) A Companhia reconheceu, no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a reversão total de impairment de R\$ 8.954.856 no valor de seus ativos imobilizados conforme detalhado na nota explicativa 12.1.

### **12.1 Análise do valor recuperável (impairment)**

Em 31 de dezembro 2021, o valor em uso do segmento Mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com a comercialização das pelotas de minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da commodity e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados com o plano de mina revisado, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada das minas da Samarco; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente a vida útil estimada; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC); (iv) projeções de mercado em relação às taxas de câmbio (Real/Dólar Americano); (v) projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro (BF e DR). Para cálculo do impairment foram considerados os valores registrados no ativo imobilizado e intangível.

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC de 9,92% (9,14% em 2020); taxa de câmbio média para 2022 de R\$5,58 (R\$ 5,27 em 2021); preço médio da pelota BF e DR, conforme índice Platts e prêmio de pelota projetado por analistas de mercado e referências internacionais de frete marítimo.

Diante principalmente das projeções revisadas para gastos e investimento de longo prazo, a Companhia reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a reversão total do impairment no valor de R\$ 9.040.117 (R\$ 8.954.856 em imobilizado e R\$ 85.262 em intangível) que foi reconhecido no resultado das demonstrações financeiras.

### **12.2 Valor residual**

A Companhia adota como política estender ao máximo a vida útil de seus ativos, por meio da realização de manutenções preventivas e corretivas. Tais políticas permitem manter seus ativos em perfeito funcionamento e produzindo por longos períodos de tempo até que efetivamente se tornem obsoletos ou sucateados. Portanto não há expectativa de recuperação de valores na venda de ativos imobilizados, ou que seus valores residuais aproximam-se de zero.

### **12.3 Bens em garantia**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía bens dados em garantia para lastrear processos judiciais. Esses bens estão registrados como ativo imobilizado e compreendem máquinas e equipamentos, terrenos e sistemas correlatos, cujo valor contábil líquido é de R\$ 2.253.658 (R\$ 2.331.821 em 2020). O valor é composto pelo custo de aquisição do ativo menos a depreciação e não inclui o resultado da redução ao valor recuperável.

### **12.4 Vida útil**

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia concluiu no decorrer do ano de 2021 que as vidas úteis residuais de seu complexo industrial transcorreram normalmente, haja vista que não ocorreram alterações no uso esperado do ativo, que é avaliado com base na capacidade ou na produção física esperada do mesmo. Portanto não houve mudanças nos padrões de uso do imobilizado da Samarco em 2021, ou seja, suas vidas úteis estão compatíveis com o benefício esperado de seu complexo industrial.

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo imobilizado, assim como a vida útil por natureza contábil dos bens, utilizada para calcular a depreciação, com base no método



das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e o método linear de depreciação para os restantes:

Item	Descrição das contas	2021		2020	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Edifícios	Prédios, galpões, guaritas, pavimentações e benfeitorias de obras civis.	27	10 a 50	28	10 a 50
Máquinas e equipamentos	Forno, discos de pelotização, ship loader, carregadeiras, precipitadores, moinhos de bolas, carros de grelha e outros afins.	16	10 a 50	17	10 a 50
Mineroduto e sistemas correlatos	Tubulação para o transporte de minério e instalações industriais, tais como, transportadores de correia, cabeamento e outros.	14	1 a 31	15	1 a 31
Descomissionamento de planta	Obrigações ambientais de descontinuidade do mineroduto e instalações industriais de Germano e Ubu.	36	43	37	43
Equipamentos de processamento de dados	Microcomputadores, impressoras, monitores, notebooks, servidores, interfaces ópticas, coletores, switch, hub, patch painel, racks etc.	4	5	4	5
Móveis e utensílios	Cadeiras, mesas, armários, e outros mobiliários afins.	5	10	5	10
Embarcações	Barcos, balsas, lanchas e dragas.	16	9 a 24	17	9 a 24
Veículos	Automóveis, caminhões, empilhadeiras, guindastes, tratores, carregadeiras.	7	4 a 25	7	4 a 25
Ferramentas	Chaves de impacto, multímetros, taquímetros, microscópicos e outros aparelhos de pequeno porte.	6	10 a 25	7	10 a 25
Bens de rodízio	Partes e peças de máquinas e equipamentos e instalações industriais.	19	10 a 27	19	10 a 27
Bens de massa	Disjuntores, capacitores, bombas hidráulicas e outros bens de pequeno porte.	13	5 a 24	14	5 a 24

### 12.5 Ativos de Direito de Uso

Conforme descrito na nota explicativa 2.20, os diversos ativos como: imóveis, veículos, equipamentos de produção e equipamentos de TI, eram classificados anteriormente como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo.

A partir de 2019, com a implantação do CPC 06(R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer ativos de direito de uso, ou seja, esses arrendamentos passaram a constituir o grupo de imobilizado no balanço patrimonial. A taxa de desconto utilizada para os arrendamentos foi de 8% a.a.

### 13. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível encontra-se detalhada abaixo:

Custo	Consolidado							Controladora	
	Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>34.490</b>	<b>50.980</b>	<b>2.322</b>	<b>31.114</b>	<b>159.761</b>	<b>205.969</b>	<b>4.632</b>	<b>489.268</b>	<b>489.259</b>
Adições (a)	-	-	-	-	-	-	6.313	6.313	6.313
Transferências – Entradas	84	-	-	-	-	5.110	-	5.194	5.194
Transferências – Saídas	-	-	-	-	-	-	(5.194)	(5.194)	(5.194)
Baixa custo intangível	-	-	-	-	-	(83)	-	(83)	(83)
Efeito das variações das taxas de câmbio (b)	9.975	14.750	671	9.002	46.222	60.183	263	141.066	141.062
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>44.549</b>	<b>65.730</b>	<b>2.993</b>	<b>40.116</b>	<b>205.983</b>	<b>271.179</b>	<b>6.014</b>	<b>636.564</b>	<b>636.551</b>
Adições (a)	-	-	-	-	-	-	4.388	4.388	4.388
Transferências – Entradas	19	-	-	-	-	441	-	460	460
Transferências – Saídas	-	-	-	-	-	-	(460)	(460)	(460)
Efeito das variações das taxas de câmbio (b)	3.293	4.855	217	2.961	15.214	20.038	3.844	50.422	50.421
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>47.861</b>	<b>70.585</b>	<b>3.210</b>	<b>43.077</b>	<b>221.197</b>	<b>291.658</b>	<b>13.786</b>	<b>691.374</b>	<b>691.360</b>

Amortização	Consolidado								Controladora
	Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(21.035)</b>	<b>(40.438)</b>	<b>(2.322)</b>	<b>(24.771)</b>	<b>(66.831)</b>	<b>(198.759)</b>	<b>(3.524)</b>	<b>(357.680)</b>	<b>(357.671)</b>
Amortização do período (c)	(296)	(163)	-	(627)	(19)	(6.176)	-	(7.281)	(7.281)
Baixa amortizações acumulada	-	-	-	-	-	50	-	50	50
Impairment – constituição/reversão (d)	1.043	618	-	1.381	7.817	2.052	3.200	16.111	16.111
Efeito das variações das taxas de câmbio (b)	(4.419)	(10.862)	(671)	(5.592)	(28)	(58.887)	-	(80.459)	(80.455)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(24.707)</b>	<b>(50.845)</b>	<b>(2.993)</b>	<b>(29.609)</b>	<b>(59.061)</b>	<b>(261.720)</b>	<b>(324)</b>	<b>(429.259)</b>	<b>(429.246)</b>
Amortização do período (c)	(296)	(163)	-	(627)	(884)	(5.347)	-	(7.317)	(7.317)
Impairment – constituição/reversão (d)	6.620	3.695	-	6.681	59.014	8.928	324	85.262	85.262
Efeito das variações das taxas de câmbio (b)	(1.948)	(3.931)	(217)	(2.554)	(1.443)	(22.330)	-	(32.423)	(32.422)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(20.331)</b>	<b>(51.244)</b>	<b>(3.210)</b>	<b>(26.109)</b>	<b>(2.374)</b>	<b>(280.469)</b>	<b>-</b>	<b>(383.737)</b>	<b>(383.723)</b>

Saldo	Consolidado								Controladora
	Direito de Passagem	Direitos Minerários	Outros Direitos	Remoção de Estéril	Direito Conexão-Uso Rede Básica LT 345KV	Sistemas Aplicativo Softwares	Bens em construção	Total	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>19.842</b>	<b>14.885</b>	<b>-</b>	<b>10.507</b>	<b>146.922</b>	<b>9.459</b>	<b>5.690</b>	<b>207.305</b>	<b>207.305</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>27.530</b>	<b>19.341</b>	<b>-</b>	<b>16.968</b>	<b>218.823</b>	<b>11.189</b>	<b>13.786</b>	<b>307.637</b>	<b>307.637</b>

(a) Os investimentos e os gastos relativos ao intangível são registrados na rubrica bens em construção no ativo imobilizado. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) desses bens para as respectivas contas de intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.



A composição das adições por natureza são como segue:

Denominação do Projeto	Data de início	Data final	2021	2020
Aquisição de softwares	2021	2022	2.217	-
Sustentação da operação de rede	2021	2022	929	-
Atualização software gestão energia elétrica	2021	2022	356	-
Demandas TI	2021	2022	192	-
Tratamento de dados sensíveis - LGPD	2021	2022	187	-
Softwares de planejamento de mina	2018	2021	-	1.699
Atualização ativos críticos redes	2020	2021	-	1.178
Atualização serviço de telefonia	2020	2021	-	899
Software especialista geotecnia	2020	2021	-	827
Outros			507	1.710
<b>TOTAL</b>			<b>4.388</b>	<b>6.313</b>

- (b) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).
- (c) Para os direitos de passagem e direitos minerários, a amortização do intangível é calculada segundo expectativa de vida útil das minas de minério de ferro de propriedade da Companhia. Para os demais é aplicado o método linear.
- (d) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma reversão total do impairment de R\$ 85.262 no valor de seus ativos intangíveis conforme detalhado na nota explicativa 12.1.

### 13.1 Vida útil

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo intangível, assim como a vida útil por natureza contábil:

Item	Descrição das contas	2021		2020	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Direitos de passagem	Direitos adquiridos para utilização da faixa de servidão do solo, para a passagem dos minerodutos.	30	43	31	43
Direitos minerários	Direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro.	32	43	33	43
Remoção de estéril	Custos de remoção de estéril, incorridos em mina de superfície durante a fase de produção da mina.	20	25	21	25
Direito rede básica LT 345KV	Direito de conexão-uso a rede básica LT 345KV	23	25	24	25
Sistemas aplicativos software	Softwares e licenças.	4	5	4	5

### 13.2 Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia efetuou desembolso referente a gastos com pesquisas e desenvolvimento no montante de R\$ 18.570 (R\$ 23.538 em 2020); os mesmos foram reconhecidos como outras despesas operacionais líquidas no ano de 2021 conforme nota explicativa 26.

## 14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercado interno	466.935	245.189	466.943	245.206
Mercado externo	7.246	13.132	7.255	13.167
Partes relacionadas (nota 30)	1.503	-	1.503	-
	<b>475.684</b>	<b>258.321</b>	<b>475.701</b>	<b>258.373</b>



## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos utilizados para financiar os projetos e necessidades diversas da Companhia.

Como consequência da paralisação de suas atividades operacionais, após o rompimento da

barragem de Fundão em 2015, a Companhia não atendeu algumas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos, todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, refletindo um aumento nos valores de provisão de juros.

Empréstimos e Financiamentos		Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Operações no Exterior	Bonds	12.254.315	11.403.067
	EPPs (receita de exportação)	8.905.520	8.292.976
Operações no país	BNDES Finame	139.323	139.323
	Mútuo Petrobrás	1.811	5.882
	Debêntures (nota 30)	9.542.708	8.472.544
<b>Total</b>		<b>30.843.677</b>	<b>28.313.792</b>
<b>Circulante</b>		<b>30.843.677</b>	<b>28.313.792</b>

No exercício de 2021, a Companhia contratou operações de empréstimos com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil através de emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações. As emissões de Vale e BHP Billiton Brasil possuem condições idênticas quanto ao valor, prazo e juros (LIBOR acrescida de 1,15% ao ano).

Todas as emissões que venceram no exercício de 2021, foram repactuadas, e tiveram seus vencimentos prorrogados.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, que representavam 68,6% do total dos empréstimos e financiamentos (73,5% em 31 de dezembro 2020), se apresentava como segue:

Encargos financeiros a pagar – moeda estrangeira USD	Controladora e Consolidado			
	2021		2020	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
2% a 3%	2.711.831	625.050	2.525.305	478.672
3% a 4%	6.193.689	1.585.212	5.767.671	1.126.147
Acima de 4%	12.254.315	4.156.471	11.403.067	2.981.745
	<b>21.159.835</b>	<b>6.366.733</b>	<b>19.696.043</b>	<b>4.586.564</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os juros sobre os empréstimos e financiamentos em moeda local, que representavam 31,4% (26,5% em 31 de dezembro de 2020) do total dos empréstimos e financiamentos, se apresentava como segue:

Encargos financeiros a pagar – moeda local BRL	Controladora e Consolidado			
	2021		2020	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
2% a 3%	9.682.031	168.380	8.611.867	174.734
3% a 4%	-	-	-	-
Acima de 4%	1.811	1.715	5.882	6.161
	<b>9.683.842</b>	<b>170.095</b>	<b>8.617.749</b>	<b>180.895</b>

As emissões de debêntures em moeda local possuem taxas de juros atreladas à Libor.

O custo médio da dívida em 2021 em moeda estrangeira foi de 4,3% a.a. e em moeda local foi de 1,5% a.a. Em 2020 o custo médio da dívida em moeda estrangeira e moeda local foram respectivamente 4,3% a.a. e 2,3% a.a.

Em 2021, o movimento de empréstimos e financiamentos e encargos financeiros a pagar é representado conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
<b>Empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar em 01 de janeiro</b>	<b>33.081.251</b>	<b>23.064.846</b>
Adição captação de financiamentos	1.231.872	2.987.545
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.071)	(366)
Adição encargos financeiros	1.538.979	1.361.470
Pagamento de encargos financeiros	(5.455)	(831)
Variação Cambial, líquida	1.531.042	5.668.127
Custo amortizado	6.888	460
<b>Empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar em 31 de dezembro</b>	<b>37.380.506</b>	<b>33.081.251</b>



## Garantias e obrigações dos empréstimos e financiamentos

Em decorrência da situação não operacional da Companhia, desde o rompimento da barragem de Fundão, conforme já citado, algumas obrigações (covenants) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos não foram cumpridas, como o índice de endividamento (Net Debt/EBITDA limitado a 4:1). Além disso, a Companhia deixou de pagar valores de principal e juros de empréstimos vencidos no exercício.

Para o cálculo do índice Net Debt/EBITDA a Companhia utiliza um EBITDA ajustado como base de cálculo dos financial covenants, este em consonância com as definições incluídas nos diversos contratos vigentes com os credores. Para tal critério são excluídos ganhos e perdas extraordinárias não caixa, tais como provisões, a fim de refletir no EBITDA a expectativa de geração de caixa, portanto avaliando a solidez e liquidez financeira da Companhia e sua capacidade de pagar toda a dívida num determinado período de tempo.

A Companhia contratou o J.P. Morgan para atuar como assessor financeiro na renegociação da sua dívida. O processo de negociação com os credores ainda está em curso. No dia 09 de abril de 2021, a Samarco protocolou o pedido de Recuperação Judicial, conforme descrito na nota explicativa 1(c).

### (a) Class Action Complaint (ação coletiva).

Em 14 de novembro de 2016, uma ação coletiva (class action) putativa foi proposta no Tribunal Distrital dos Estados Unidos - Distrito Sul de Nova York - em nome de todos os compradores de "bond notes", papéis que foram adquiridos entre 31 de outubro de 2012 e 30 de novembro de 2015, e com vencimento em dez anos (2022, 2023 e 2024), contra Samarco e seu ex-diretor presidente. A ação contém reivindicações sob as leis federais de valores mobiliários dos EUA e indica que o requerente buscará a aprovação da corte americana para proceder com uma ação coletiva.

Em 6 de março de 2017, esta ação coletiva putativa foi alterada para incluir a BHP Group Ltd, a BHP Group Plc, a BHP Billiton Brasil Ltda, e a Vale S.A. e executivos da Samarco,

incluindo quatro membros do seu Conselho de Administração, que é composto por representantes da Vale e da BHP Billiton Brasil. Em 05 de abril de 2017 os autores apresentaram pedido de desistência da ação contra as pessoas físicas, sendo mantidas apenas a ação contra as pessoas jurídicas.

Em 31 de agosto de 2017 foi apresentada a "Motion to Dismiss the Amended Complaint" elaborada em conjunto pelas rés. Em junho de 2019 a defesa prévia foi acolhida julgando a ação extinta em sua fase preliminar.

A referida decisão de extinção foi objeto de recurso de Apelação pelos Autores. Tal recurso foi igualmente rejeitado em março de 2021.

Da decisão que rejeita a apelação, caberia recurso à Suprema Corte. Contudo, não houve a interposição de recurso pelos Autores até a presente data e a chance de êxito em eventual novo recurso, de acordo com os advogados da Companhia, é estimada como baixa.

### b) Ações de Execução dos Bonds emitidos em 2012, 2013 e 2014

Em 2 de setembro de 2020, o Bank of New York Mellon, Trustee em nome de certos credores financeiros da Samarco, iniciou três ações na Suprema Corte do Estado de Nova York, Divisão Comercial pretendendo da Samarco o pagamento dos valores devidos em três notas globais (global bonds), somando aproximadamente R\$15,2 bilhões (US\$2,7 bilhões).

Todas as três ações foram removidas para a Corte Federal no Distrito Sul de Nova York e, além de atender a um pedido de prorrogação de prazo, a Corte abriu a oportunidade para apresentarem cartas de pré-moção com os principais argumentos de seus requerimentos. Samarco informou que buscava o arquivamento/suspensão do processo e a Autora informou que pediria a busca e penhora de bens antes de findo o processo.

A corte permitiu a apresentação tanto da moção da Samarco quanto do Autor e definiu um cronograma para manifestação das partes a partir de 30 de outubro de 2020. Tanto Samarco quanto o Bank of New York Mellon apresentaram suas razões nos

prazos fixados, sendo que o Autor pediu ainda a designação de audiência e a oitiva de representante da Samarco.

### (c) Capítulo 15 do Código de Falências Norte Americano (Bankruptcy Code)

Em 19 de abril de 2021, a Samarco ingressou com um pedido auxiliar de insolvência nos Estados Unidos visando, liminarmente, proteger os seus ativos neste território em razão do deferimento do processamento da RJ, conforme previsto no Capítulo 15 do Código de Falências Norte Americano (Bankruptcy Code). Em 22 de abril de 2021, a Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York (United States Bankruptcy Court for the Southern District of New York) proferiu uma decisão favorável à Samarco, em caráter liminar e provisório até a decisão final desta corte sobre o pedido de reconhecimento dos efeitos da RJ em território norte-americano.

Em 13 de maio de 2021, a Corte do Distrito do Sul de Nova York emitiu uma ordem judicial que reconhece a recuperação judicial da Samarco como processo estrangeiro principal para os fins do Capítulo 15. Entre outros pontos, a decisão suspende medidas judiciais contra a empresa nos Estados Unidos.

Esse processo encontra-se classificado como prognóstico de perda possível, conforme nota explicativa 19.

## 16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 16.1 Benefícios de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (ValiaPrev), caracterizada por ser uma entidade multipatrocinada, com multiplano, administrando planos de benefícios com independência patrimonial e assegurando aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica. O plano oferecido é de contribuição definida e engloba os seguintes benefícios:

- » Renda de aposentadoria normal
- » Renda de aposentadoria antecipada
- » Suplementação da aposentadoria por invalidez
- » Suplementação de pensão por morte
- » Renda de pensão por morte
- » Renda de benefício diferido por desligamento

- » Suplementação de abono anual
- » Renda de abono anual
- » Resgate

### (a) Plano de aposentadoria de contribuição definida

Para custeio do plano são realizadas contribuições ordinárias em valor exatamente igual ao do participante, limitadas a 9% na parcela do salário-de-participação excedente a 10 unidades referenciais do plano, e ainda contribuições para garantir os benefícios de risco (invalidez e morte em atividade e abono anual) e para o custeio administrativo do plano.

No exercício de 2021 a Companhia efetuou contribuições para o plano de contribuição definida no montante de R\$ 6.155 (R\$ 7.132 em 2020).

### (b) Parcela de benefício definido do plano de aposentadoria

Os custos e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem, são registrados com base em laudo de avaliação atuarial específico.

O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos, no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste.



O laudo atuarial avaliou a parcela de benefício definido, existente no plano, que representa a obrigação construtiva referente às suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominadas Plano de Risco, e a renda de aposentadoria.

### 1 – Mudança no valor presente das obrigações

	2021	2020
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	68.037	64.195
Custo do serviço corrente	818	737
Custo de juros sobre valor presente da obrigação atuarial	4.650	4.646
(Ganhos)/Perdas atuariais - Experiência	4.991	3.565
(Ganhos)/Perdas atuariais - premissas demográficas	(353)	-
(Ganhos)/Perdas atuariais - premissas financeiras	(12.585)	(1.206)
Benefícios pagos pelo plano	(4.122)	(3.900)
<b>Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício</b>	<b>61.436</b>	<b>68.037</b>

### 2 – Mudança no valor justo dos ativos

	2021	2020
Valor justo dos ativos no início do exercício	99.495	99.635
Retorno real dos investimentos	(993)	3.424
Contribuições pagas pela Companhia	1	336
Benefícios pagos pelo plano	(4.122)	(3.900)
<b>Valor justo dos ativos no final do exercício</b>	<b>94.381</b>	<b>99.495</b>

### 3 – Mudança no superávit irrecuperável

	2021	2020
Superávit irrecuperável no final do exercício anterior	31.457	35.441
Juros sobre o superávit irrecuperável	2.215	2.640
Mudança no superávit irrecuperável durante o período	(728)	(6.624)
<b>Superávit irrecuperável no final do exercício corrente</b>	<b>32.944</b>	<b>31.457</b>



#### 4 – Custos do benefício definido

<b>4.1 – Resultado do exercício</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Custo do serviço corrente da Companhia	818	737
Juros líquido sobre o passivo/(ativo) líquido	-	(13)
<b>Custo do benefício definido no resultado</b>	<b>818</b>	<b>724</b>

<b>4.2 – Outros resultados abrangentes (ORA)</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
(Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	4.991	3.565
(Ganhos)/Perdas atuariais de alterações de premissas	(12.938)	(1.206)
<b>(Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período</b>	<b>(7.947)</b>	<b>2.359</b>
Rendimentos sobre ativos do plano (maior)/ menor que taxa de desconto	7.857	3.877
Mudança no superávit irrecuperável	(728)	(6.624)
<b>Remensuração dos efeitos em outros resultados abrangentes</b>	<b>(818)</b>	<b>(388)</b>

<b>4.3 – Custo do benefício definido</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Custo do serviço corrente	818	737
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	-	(13)
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(818)	(388)
<b>Custo do benefício definido</b>	<b>-</b>	<b>336</b>



## 5 – Movimentação do passivo/ativo líquido

<b>5.1 – (Passivo)/ativo líquido</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Valor presente da obrigação (VPO)	(61.436)	(68.037)
Valor justo dos ativos	94.381	99.495
<b>(Passivo)/ativo líquido total a ser reconhecido</b>	<b>32.945</b>	<b>31.458</b>

<b>5.2 – Reconciliação do (passivo)/ativo líquido total</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
(Passivo)/ativo líquido total no início do exercício	-	-
Custo do Serviço	818	(737)
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(1)	13
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(818)	388
Contribuições pagas pela Companhia	1	336
<b>(Passivo)/ativo líquido total no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 6 – Custo estimado do benefício definido para 2022

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custo do serviço corrente	605	818
Juros líquido sobre passivo (ativo) líquido	-	-
<b>Custo a ser reconhecido no resultado</b>	<b>605</b>	<b>818</b>

## 7 – Fluxo de caixa esperado

	<b>Esperado</b>	<b>Real</b>
Contribuições da Companhia	-	1
Benefícios pagos pelo plano	4.373	4.122

## 8 – Premissas atuariais

	2021	2020
<b>Econômicas</b>		
Taxa de desconto	8,68% ao ano	7,04% ao ano
Taxa de crescimento salarial	5,32% ao ano	5,32% ao ano
Inflação	3,25%	3,25%
Crescimento de benefícios	3,25% ao ano	3,80% ao ano
Retorno de ativos de longo prazo	8,68% ao ano	7,04% ao ano
<b>Demográficas</b>		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic	AT-2000 (H)
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO-1980	CSO-1980
Tábua de entrada em invalidez	RGPS 1992-2002 55%	RGPS 1992-2002 55%
Tábua de rotatividade	Experiência Valiaprev 2016-2020 de 25 até 55 anos	0% até 55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	85%	100%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Os cônjuges masculinos 4 anos mais velhos do que as esposas	Esposas são 5 anos mais jovens que maridos

### 8.1 Análise de sensibilidade

	2021		2020	
	Análise de sensibilidade	VPO	Análise de sensibilidade	VPO
Taxa de desconto	9,68%	55.771	Aumento de 1%	60.879
Taxa de desconto	7,68%	68.200	Redução de 1%	76.749



## 9 - Sumário de dados dos participantes

	2021	2020
<b>Empregados ativos e autopatrocinados</b>		
Número	1.510	1.381
Idade média	42,12	41,58
Tempo médio de serviço (anos)	11,37	11,72
Média salarial anual	103.626	94.369
<b>Participantes com benefício assistido</b>		
Número	133	131
Média salarial anual	32.431	31.670

## 10 – Os ativos do plano são administrados como segue:

Ativos por categoria	2021	2020
Renda fixa	749.580	719.621
Renda variável	122.616	150.373
Investimentos estruturados	113.651	88.059
Investimentos no exterior	34.590	736
Empréstimos	27.900	23.547
	<b>1.048.337</b>	<b>982.336</b>



## 16.2 Outros benefícios a empregados

A Companhia oferece ainda outros benefícios a empregados, tais como o plano de assistência médica de autogestão e coparticipativo (referente a despesas realizadas), que se estende aos dependentes dos empregados, denominado Assistência Médica Supletiva (AMS). Esse plano concede aos beneficiários os serviços de assistência à saúde nos procedimentos ambulatorial, hospitalar, odontológico e farmácia, sendo assegurado por Acordo Coletivo de Trabalho e do qual a Companhia assume integralmente a taxa administrativa. As despesas com outros benefícios foram reconhecidas no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração e encargos	(193.510)	(171.658)	(195.865)	(172.958)
Encargos previdenciários	(47.975)	(40.353)	(47.975)	(40.353)
Benefícios de plano de aposentadoria	(7.007)	(7.899)	(7.007)	(7.899)
Vale alimentação	(17.964)	(15.249)	(17.964)	(15.249)
Assistência médica	(16.578)	(12.235)	(16.578)	(12.235)
Outros	(21.335)	(19.225)	(21.981)	(19.385)
	<b>(304.369)</b>	<b>(266.619)</b>	<b>(307.370)</b>	<b>(268.079)</b>

## 17. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para participação nos resultados	49.500	-	49.500	-
Provisão de férias	25.905	22.769	25.990	22.896
INSS de empregados	8.674	3.790	8.674	3.790
FGTS a pagar	2.270	1.544	2.270	1.544
Outros	4.171	1.243	4.176	1.246
<b>Total</b>	<b>90.520</b>	<b>29.346</b>	<b>90.610</b>	<b>29.476</b>



## 18. TRIBUTOS A RECOLHER

O saldo de tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS a recolher	3.499	3.332	3.499	3.332
DIFAL de ICMS a recolher	1.661	1.137	1.661	1.137
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados (a)	116.704	129.336	116.704	129.336
IRRF sobre juros e remessa para exterior (b)	682.778	495.729	682.778	495.729
Transação tributária NJP (c)	50.124	-	50.124	-
IRRF a recolher	6.042	4.322	6.018	4.322
ISS retido	4.912	3.872	4.912	3.872
INSS de terceiros a recolher	3.624	3.916	3.624	3.916
PIS/COFINS sob receitas financeiras	1.867	92	1.867	92
Outros	25.107	2.753	25.108	2.753
<b>Total</b>	<b>896.318</b>	<b>644.489</b>	<b>896.295</b>	<b>644.489</b>
Passivo Circulante	753.784	532.347	753.761	532.347
Passivo Não Circulante	142.534	112.142	142.534	112.142
<b>Total</b>	<b>896.318</b>	<b>644.489</b>	<b>896.295</b>	<b>644.489</b>

(a) Em 20 de dezembro de 2013 a Samarco aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS IV, conforme Lei nº 12.865/13. A primeira parcela foi paga no momento da adesão. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 99.112 (R\$ 112.142 em 31 de dezembro de 2020) refere-se as parcelas de longo prazo, atualizados pela SELIC. As parcelas de curto prazo totalizam um valor de R\$ 17.592 (R\$ 17.194 em 31 de Dezembro de 2020). A consolidação dos débitos foi realizada junto à Receita Federal do Brasil (modalidades “demais débitos” com 78 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2021 e “previdenciários” com 80 parcelas a pagar em 31 de dezembro de 2021) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (modalidade “demais débitos” com 76 parcelas em 31 de dezembro de 2021), em setembro de 2017 e fevereiro de 2018, respectivamente,

mantendo-se a Companhia regularmente ativa neste parcelamento.

(b) Refere-se basicamente à provisão de tributos incidente sobre:

(i) os serviços prestados pela controlada Samarco Europe referente à intermediação de vendas de minério de ferro.

(ii) a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos no país.

(c) Em 12 de Julho de 2021 a Samarco celebrou Negócio Jurídico Processual – NJP com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio do qual foram incluídos em Transação Tributária débitos de natureza previdenciária e penalidade por

descumprimento de obrigação acessória. As primeiras parcelas foram pagas no momento da adesão. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 43.422 refere-se as parcelas de longo prazo, atualizados pela SELIC. As parcelas de curto prazo totalizam um valor de R\$ 6.702, mantendo-se a Companhia regularmente ativa neste parcelamento.

## 19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis,

trabalhistas e ambientais. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Em 2021, as provisões para contingências prováveis estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais no montante de R\$ 50.460 (R\$ 132.726 em 2020). O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R\$ 2.015.142 (R\$ 1.946.192 em 2020) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Depósitos judiciais tributários	1.700.988	1.586.696
Depósitos judiciais cíveis	300.005	346.186
Depósitos judiciais trabalhistas	10.464	9.633
Depósitos judiciais ambientais	3.685	3.677
	<b>2.015.142</b>	<b>1.946.192</b>

Segue movimentação para as provisões para contingências prováveis da Companhia.

	Controladora e Consolidado				
	2019	Adições	Reversões	Encargos	2020
Ações tributárias	146.404	513	-	1.339	148.256
( - ) Depósitos judiciais tributários	(77.811)	-	-	(849)	(78.660)
Ações cíveis	7.092	6.361	(438)	802	13.817
( - ) Depósitos judiciais cíveis	(105)	(2.252)	-	(58)	(2.415)
Ações trabalhistas	62.253	12.592	(20.198)	13.382	68.029
( - ) Depósitos judiciais trabalhistas	(10.782)	(3.032)	2.360	(5.145)	(16.599)
Ações ambientais	269	-	-	29	298
	<b>127.320</b>	<b>14.182</b>	<b>(18.276)</b>	<b>9.500</b>	<b>132.726</b>

<b>Controladora e Consolidado</b>					
	<b>2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Reversões</b>	<b>Encargos</b>	<b>2021</b>
Ações tributárias	148.256	791	(64.822)	1.421	85.646
( - ) Depósitos judiciais tributários	(78.660)	(791)	-	(1.277)	(80.728)
Ações cíveis	13.817	22	(5.945)	1.553	9.447
( - ) Depósitos judiciais cíveis	(2.415)	-	-	(138)	(2.553)
Ações trabalhistas	68.029	10.853	(28.042)	4.385	55.225
( - ) Depósitos judiciais trabalhistas	(16.599)	(1.830)	4.719	(2.912)	(16.622)
Ações ambientais	298	-	(261)	8	45
	<b>132.726</b>	<b>9.045</b>	<b>(94.351)</b>	<b>3.040</b>	<b>50.460</b>

A composição das provisões ocorre conforme o quadro a seguir:

<b>Controladora e Consolidado</b>							
		<b>2021</b>			<b>2020</b>		
		<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Líquido</b>	<b>Provisão</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Líquido</b>
ECE - ES	(a.1)	43.064	(43.064)	-	42.465	(41.531)	934
ECE - MG	(a.1)	34.403	(34.403)	-	33.934	(33.934)	-
Honorários advocatícios	(a.2)	4.721	-	4.721	4.578	-	4.578
Outros		3.458	(3.260)	198	67.279	(3.195)	64.084
Ações Tributárias		85.646	(80.727)	4.919	148.256	(78.660)	69.596
Ações cíveis	(a.3)	9.447	(2.553)	6.894	13.817	(2.415)	11.402
Ações trabalhistas		55.225	(16.623)	38.602	68.029	(16.599)	51.430
Ações ambientais		45	-	45	298	-	298
		<b>150.363</b>	<b>(99.903)</b>	<b>50.460</b>	<b>230.400</b>	<b>(97.674)</b>	<b>132.726</b>

(a) Provisões reconhecidas pela Companhia para litígios:

Nota	Descrição	Posição	Controladora e Consolidado	
			2021	2020
(a.1)	Ação judicial visando à declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude de vícios técnicos quando da instituição dessas exações.	ES – Processo em fase de liquidação com provimento parcialmente favorável à Samarco em relação à energia elétrica autoproduzida pela empresa.  MG – Processo com trânsito em julgado desfavorável à Companhia, aguardando conversão do depósito em renda.	77.467	76.399
(a.2)	Provisão relacionada a honorários advocatícios referentes a processos que estejam classificados como perda remota.	-	4.721	4.578
(a.3)	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos cíveis.	Processos em esfera judicial, em diversas fases processuais.	9.447	13.817
(a.4)	Processos relativos ao pagamento de PLR para cargos gerenciais.	Processos incluídos em transação tributária por meio de Negócio Jurídico Processual – NJP celebrado com a PGFN em 2021.	-	11.828
(a.5)	Processos relativos à antiga Usina Hidrelétrica Guilman Amorim, extinta por cisão e posterior incorporação, referentes a inclusão na base de cálculo da COFINS de receita de arrendamento.	Processos aguardando análise de Mandado de Segurança em segunda instância judicial	197	195
Outros	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos tributários	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	3.261	55.256
Trabalhistas	Processos trabalhistas relacionados, sobretudo, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	55.225	68.029
Ambientais	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos ambientais	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	45	298
			<b>150.363</b>	<b>230.400</b>

(b) Contingências possíveis:

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação

de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2021	2020
Autos de Infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" nos anos-calendário de 2007 a 2014 e mandado de segurança envolvendo o período de 2013 em diante.	As cobranças de CSLL 2007/2008 e 2009/2010, bem como multa isolada referente ao período 2007/2008 estão com exigibilidade suspensa por decisão judicial liminar. A exigência da CSLL 2011/2012 está suspensa na esfera administrativa aguardando análise de leading cases pelo STF. Pendente apreciação referente à multa isolada em última instância administrativa. Para o período de 2013 em diante a Samarco possui mandado de segurança com decisão favorável em primeira e segunda instâncias, considerando a inconstitucionalidade da cobrança da CSLL em face da Companhia.	6.066.242	5.861.459
Execução Fiscal relativa aos anos de 2000 a 2003, 2007 a 2008 e Autos de Infração referentes aos períodos de 2009 a 2014 por suposta apuração incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da exportação de minerais e discussão a respeito da dedutibilidade do custo de aquisição de direito minerário.	Processos relativos ao período de 2000 a 2003 e 2007 a 2008 objeto de cobrança na esfera judicial com garantia integral do débito, pendente de análise em primeira instância. Período de 2009 e 2010 com decisão parcialmente favorável em primeira instância judicial pendente de análise em segunda instância. Em relação ao período de 2011 a 2014, foi proferida em fevereiro de 2021 sentença em primeira instância favorável a Companhia, pendente de análise de recurso da União.	4.659.250	4.539.459
Autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Mineração por alegado recolhimento a menor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).	Cobranças relativas ao período de out/1998 a 2017. Em relação às execuções fiscais que cobram débitos relativos ao período de 1998 a 2005, está pendente a análise de recurso da Companhia em segunda instância. As cobranças referentes ao período de 2008 a 2017 estão pendentes de análise na esfera administrativa pela ANM.	1.686.422	1.667.509
Execuções Fiscais relativas à base de cálculo da contribuição ao PIS referentes aos períodos de setembro de 1989 a dezembro de 1993.	1 processo aguardando decisão em primeira instância judicial e 1 processo pendente de apreciação pelo juízo de segunda instância.	23.118	22.942
Autos de infração relativos à exigência de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos feitos aos seus segurados empregados a título de Prêmio "Campo de Ideias" e Bolsa de Estudos, entre outros assuntos, tais como (i) multa por deixar de arrecadar contribuições sociais; (ii) multa por falta de informações nas GFIPs; e (iii) adicional GILRAT em hipótese de exposição a ruído.	Aguardando análise na esfera administrativa.	5.585	4.623

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

Descrição	Posição	2021	2020
Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS do período de abril de 2006 a dezembro de 2007 e 2008 a 2010 com débitos de IRPJ de estimativa mensal apurada no mesmo período, entregando as PER/DCOMP's individualizadas por trimestre e origem de créditos (créditos de PIS e COFINS).	Aguardando análise na esfera administrativa	350.978	316.040
Autuação referente à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta/ES.	Decisão favorável em segunda instância, aguardando trânsito em julgado.	25.554	24.145
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	6.133.035	1.772.294
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	577.530	653.074
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.569.928	1.739.572
Em 2 de setembro de 2020, o Bank of New York Mellon, Trustee de credores, iniciou três ações na Suprema Corte do Estado de Nova York, Divisão Comercial pretendendo da Samarco o pagamento dos valores devidos em três notas globais.	Diante da notícia do pedido de RJ no Brasil, o juiz responsável pelas referidas ações convocou as partes para esclarecimentos e restou acordado, em conferência telefônica realizada entre as partes em 13 de abril de 2021, que o processo seria suspenso e que as partes atualizariam a corte a respeito de novos desdobramentos. O deferimento do Capítulo 15 irá suspender as ações.	Conforme nota explicativa 15 (b)	Conforme nota explicativa 15 (b)
Outros	-	113.780	458.007
		<b>21.211.422</b>	<b>17.059.124</b>



## 20. PROVISÕES DIVERSAS

		Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Provisão energia elétrica	(a)	15.919	3.714
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	20.544.922	4.743.522
Provisão passivo ambiental barragem Germano	(c)	653.274	458.607
<b>Total circulante</b>		<b>21.214.115</b>	<b>5.205.843</b>

		Controladora e Consolidado	
		2021	2020
Provisão direitos minerários (nota 30)	(d)	112.222	112.222
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	(e)	1.171.838	2.186.132
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	13.607.356	12.292.811
Provisão passivo ambiental barragem Germano	(c)	1.340.181	1.887.010
<b>Total não circulante</b>		<b>16.231.597</b>	<b>16.478.175</b>

- (a) Aquisição de energia para utilização no processo produtivo, não faturada pelas concessionárias no período.
- (b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(d).
- (c) Conforme nota explicativa 1 (b) , em fevereiro de 2019, ocorreu uma mudança na legislação que envolve políticas de segurança de barragens ( lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, instituiu a Política Estadual de Segurança de Barragens). Em consonância com a lei supracitada, a resolução conjunta SEMAD/FEAM nº 2.784, de 21 de março de 2019, decreta, dentre outras determinações, a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos que utilizem ou utilizaram o método de alteamento a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes no estado de Minas Gerais.

Nesse sentido, o processo de fechamento da Barragem e Cava do Germano pressupõe a retirada da função de barragem, interrompendo-se o processo de disposição de rejeito (o que a torna uma estrutura inativa), não havendo mais acúmulo de água com formação de lago permanente e requer, dentro de uma visão de longo prazo, a adoção conjunta de soluções voltadas à estabilidade física, química e biológica da estrutura.



A movimentação da provisão para descomissionamento da Barragem e Cava do Germano está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 01 de Janeiro	2.345.617	2.533.811
Realização da provisão	(469.158)	(125.193)
Atualização Financeira	110.675	158.519
Aumento (redução) da provisão	6.321	(221.520)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.993.455</b>	<b>2.345.617</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>653.274</b>	<b>458.607</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.340.181</b>	<b>1.887.010</b>

(d) A Companhia paga à acionista Vale pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Esses valores são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos pagos.

(e) A movimentação de provisão com obrigação para desmobilização de ativos está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo em 01 de Janeiro	2.186.132	1.477.776
Acréscimo de provisão (atualização financeira)	150.188	99.026
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	(1.164.482)	609.330
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.171.838</b>	<b>2.186.132</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.171.838</b>	<b>2.186.132</b>

O plano de fechamento conceitual das unidades é elaborado por aproximações sucessivas, em evolução dos níveis de estudos voltados às ações de fechamento ao longo da vida útil do

empreendimento até que se alcance o nível de detalhe para projetos executivos próximo ao período de fechamento, que dependem do tipo de operação, da abrangência socioambiental





e da vida útil do empreendimento. Este plano abrange um diagnóstico da situação atual dos sites, avalia potenciais impactos e riscos do fechamento dos empreendimentos em diversas esferas como econômica, ambiental, social, jurídica e de engenharia, estabelece medidas a serem adotadas antes, durante e após o fechamento para se alcançar os objetivos desejados e minimizar os riscos, estima um cronograma físico financeiro de fechamento a partir da vida útil dos ativos do empreendimento e estima os custos de fechamento conforme a fase do plano.

A política da Companhia é de revisar esse plano a cada três anos, ou sempre que houver mudanças significativas no empreendimento ou nas condições do entorno. Em dezembro de 2021 o estudo de avaliação de

descomissionamento das plantas industriais de Germano, Ubu e Minerodutos foi atualizado a taxa de desconto. Este resultou em uma redução de R\$ 1.164.482 (aumento de R\$ 609.330 em 31 de dezembro de 2020) do passivo referente a provisão para desmobilização de ativos.

A provisão para desmobilização de ativos foi baseada em informações atuais incluindo a tecnologia disponível e preços correntes. A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando como taxa de desconto 5,4130 % ao ano, baseada nos parâmetros adotados pela Companhia para avaliações econômico-financeiras.

## 21. DEMAIS PASSIVOS

Os outros passivos estão representados como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Comissões/serviços a pagar no exterior a partes relacionadas (nota 30)	(a)	41.936	22.383	-	-
Demurrage a pagar	(b)	1.187	1.158	1.187	1.158
Valores a pagar (materiais/serviços)	(c)	2.172	3.254	2.172	3.254
Consórcio UHE Guilman-Amorim (nota 2.3(b) e nota 10)		3.757	3.994	3.757	3.994
Multas ambientais Parcelas – SEMAD	(d)	-	46.344	-	46.344
Passivo de arrendamento		121.905	2.291	121.905	2.291
TEP - contrato de GN com a Petrobrás Distribuidora – BR	(e)	168.824	144.807	168.824	144.807
Outros		13.073	5.636	13.197	5.758
<b>Total</b>		<b>352.854</b>	<b>229.867</b>	<b>311.042</b>	<b>207.606</b>
<b>Passivo circulante</b>		<b>198.614</b>	<b>98.900</b>	<b>156.802</b>	<b>76.639</b>
<b>Passivo não circulante</b>		<b>154.240</b>	<b>130.967</b>	<b>154.240</b>	<b>130.967</b>

(a) Refere-se à serviços de marketing prestados pela controlada Samarco Europe.

(b) Valor devido pela Samarco referente ao tempo adicional utilizado no carregamento ou na descarga do produto no porto.

(c) Valores referentes a materiais e bens adquiridos cujo registro fiscal não foi realizado, pois a respectiva nota não havia sido emitida pelo fornecedor. Os bens e materiais, já estão contabilizados em estoque e custo.

(d) Multas ambientais oriundas dos danos causados pelo rompimento da barragem, conforme divulgado na nota explicativa 3(e). Todos os valores foram quitados no exercício de 2021.

(e) Refere-se ao débito relacionado ao TEP (Termo de Encerramento de Pendência) assinado entre Samarco e Petrobrás Distribuidora – BR em 11 de agosto de 2020 relacionado ao contrato de gás natural, atualizado mensalmente pelo

IGPM a partir de abril/2020, sendo dividido em 30 parcelas a serem pagas após seis meses da retomada das operações da Samarco.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 22.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é de R\$ 297.025 dividido em 5.243.298 ações ordinárias nominativas conforme abaixo:

	2021	2020
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.621.649	50
Vale S.A.	2.621.649	50
	<b>5.243.298</b>	<b>100</b>

### 22.2 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2014 no montante de R\$ 2.805.548, sendo que: (i) o montante R\$ 2.104.161 refere-se a dividendos adicionais e ; (ii) o montante de R\$ 701.387 trata-se de dividendos obrigatórios registrados no passivo não circulante.

Conforme Estatuto Social da Companhia os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido nos termos da lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia acumulou prejuízo de R\$ 55.234.957 (R\$ 42.852.153 em 31 de dezembro de 2020).

### 22.3 Resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Estoques	244.790	239.106
Imobilizado e Intangível	17.656.683	16.227.995
Empréstimos e Financiamentos	12.784	15.814
Custo	1.909.928	1.362.793
Variação cambial	(29.274.029)	(23.870.420)
Outros	(a) (2.434.377)	(2.440.044)
<b>Ajustes acumulados de conversão</b>	<b>(b) (11.884.221)</b>	<b>(8.464.756)</b>
<b>Remensuração de benefício pós-emprego</b>	<b>(c) (2.814)</b>	<b>(3.632)</b>
	<b>(11.887.035)</b>	<b>(8.468.388)</b>

- (a) O montante refere-se à ajustes acumulados de conversão de adiantamento a fornecedores, despesas e receitas antecipadas, equivalência patrimonial, custo de produtos vendidos e outras (receitas) despesas, líquidas.
- (b) Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, Real.
- (c) Referem-se aos ganhos e perdas atuariais de evolução do passivo, alterações de hipóteses, rendimentos sobre os ativos do plano e mudança no superávit irrecuperável (nota explicativa 16).

### 23. RECEITAS

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de pelotas de minério de ferro: PDR - Pelota para redução direta e PBF - Pelota para alto-forno. O excedente da produção de concentrado de minério de ferro é comercializado como finos (pellet feed).

Devido ao rompimento da barragem de Fundão e subsequente suspensão das licenças de exploração, as operações foram temporariamente

suspensas em novembro de 2015, não havendo produção até novembro de 2020. Conforme divulgado na nota explicativa 1, a Samarco retomou suas operações de forma gradual em dezembro de 2020, reiniciando assim as atividades relacionadas à extração de minério de ferro, às plantas de beneficiamento e de pelotização.

Em 2020, a Companhia realizou vendas para o mercado interno e externo, comercializando pellet feed para países das Américas e Ásia e pelotas para o Brasil. Além das receitas de produtos e subprodutos, a Companhia obteve receitas com excedentes de energia elétrica e receitas com serviços logísticos no porto de sua propriedade, tais como aluguel de rebocadores e disponibilização de áreas.

Em 2021, a Companhia retornou com aproximadamente 26% de sua capacidade, realizando vendas de pelotas e pellet feed para os mercados externo e interno, comercializando para os países das Américas, Europa, África, Oriente Médio e Ásia e pelotas para o Brasil.

Além das receitas das vendas dos seus produtos, pelotas e concentrado de minério de ferro, a Companhia continuou a ter receitas com serviços logísticos no porto de sua propriedade, tais como aluguel de rebocadores e disponibilização de áreas, registrados na rubrica "Outros produtos e serviços".

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Pelotas - País	588.969	-
Pelotas - Exterior	8.375.143	-
Finos - Exterior	46.282	55.365
Energia elétrica	20	42.873
Disponibilização de Berço do Porto	-	18.618
Outros produtos e serviços	17.836	7.060
<b>Total da receita bruta</b>	<b>9.028.250</b>	<b>123.916</b>
Impostos sobre vendas	(129.537)	(8.239)
Devoluções de vendas	(65)	(31)
<b>Receita líquida</b>	<b>8.898.648</b>	<b>115.646</b>

## 24. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Insumos	(323.723)	-	(323.723)	-
Depreciação e amortização	(318.595)	-	(318.595)	-
Serviços contratados	(296.518)	-	(296.518)	-
Materiais	(176.519)	-	(176.519)	-
Energia elétrica	(143.561)	-	(143.561)	-
Despesas com pessoal	(113.285)	-	(113.285)	-
Conversão de moeda (a)	(547.135)	(242.918)	(547.135)	(242.918)
Venda de energia elétrica	1.106	(8.242)	1.106	(8.242)
Disponibilização de berço do porto	(2.276)	(5.465)	(2.276)	(5.465)
CFEM	(35.375)	(1.653)	(35.375)	(1.653)
Capacidade ociosa (b)	(283.049)	(1.082.507)	(283.049)	(1.082.507)
TFRM	(12.975)	-	(12.975)	-
Amortização direto de uso	(11.133)	(20.357)	(11.133)	(20.357)
Provisão (reversão) para reforço instalações da barragem (c)	(101.634)	15.165	(101.634)	15.165
Outros	(195.355)	(2.105)	(195.379)	(2.085)
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<b>(2.560.027)</b>	<b>(1.348.082)</b>	<b>(2.560.051)</b>	<b>(1.348.062)</b>

(a) O efeito das variações a taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (real).

(b) A Samarco reiniciou as operações de forma gradual em dezembro de 2020 (nota explicativa 1). Dessa forma, os custos fixos da Samarco das unidades de Germano, MG e Ubu, ES até 31 de novembro de 2020, foram alocados diretamente ao custo, na rubrica "capacidade ociosa".

A partir da retomada das operações, os custos foram alocados de acordo com o volume de produção e, os custos fixos decorrentes da ociosidade de ambas as unidades foram alocados diretamente ao custo na rubrica “capacidade ociosa”, conforme detalhado a seguir:

	2021	2020
Insumos	(66)	(969)
Materiais	(23.455)	(87.991)
Serviços	(31.692)	(259.566)
Mão de Obra	(1.523)	(149.157)
Energia Elétrica	(12.154)	(28.857)
Depreciação	(35.069)	(206.702)
Manutenção/Conservação –Estruturas Remanescentes	(172.727)	(42.286)
TEP - contrato de GN com a Petrobrás Distribuidora - BR	-	(124.175)
Prontidão operacional	-	(175.635)
TEP –White Martins Gases Industriais	(4.000)	-
Outros	(2.363)	(7.169)
<b>Total</b>	<b>(283.049)</b>	<b>(1.082.507)</b>

Parte do saldo registrado na rubrica “capacidade ociosa”, no valor de R\$ 172.727 (R\$ 42.286 em 2020, refere-se aos serviços de terceiros destinados para a manutenção e reparação das instalações da Samarco afetadas pelo rompimento da barragem divulgado na nota explicativa 3(g).

- (c) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(g).

## 25. DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Despesas com vendas</b>				
Serviços contratados	(26.776)	(39.660)	(27.194)	(39.975)
Despesas com pessoal	(18.450)	(15.989)	(21.452)	(17.449)
Depreciação e amortização	(17.062)	(10.184)	(17.067)	(10.187)
Materiais auxiliares	(12.022)	(9.170)	(12.027)	(9.170)
Despesas de embarque, líquidas	4.836	(192)	4.836	(192)
Provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa	(1.094)	(6.786)	(1.094)	(6.786)
Provisão (reversão) tributos sob remessa exterior	674	(2.357)	674	(2.357)
Despesas comerciais das controladas (nota 30)	(26.008)	(2.389)	-	-
Despesas atividades manutenção	(6.644)	(4.190)	(6.644)	(4.190)
Despesas gerais	(9.898)	(2.799)	(12.532)	(3.472)
<b>Total</b>	<b>(112.444)</b>	<b>(93.716)</b>	<b>(92.500)</b>	<b>(93.778)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Serviços contratados	(42.941)	(16.227)	(42.941)	(16.227)
Despesas com pessoal	(85.763)	(42.108)	(85.763)	(42.108)
Depreciação e amortização	(9.796)	(1.254)	(9.796)	(1.254)
Materiais auxiliares	(1.955)	(354)	(1.955)	(354)
Despesas gerais	(5.482)	(6.101)	(5.482)	(6.101)
<b>Total</b>	<b>(145.937)</b>	<b>(66.044)</b>	<b>(145.937)</b>	<b>(66.044)</b>



## 26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Reversão para perdas sobre ICMS – ES	(44.350)	7.173	(44.350)	7.173
Provisões para contingências	74.894	(12.367)	74.894	(12.367)
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica (a)	(16.588.979)	(3.216.112)	(16.588.979)	(3.216.112)
Despesa com recuperação socioambiental e socioeconômica (a)	(327.181)	(194.160)	(327.181)	(194.160)
Provisão aportes na Fundação Renova (nota 30) (a)	(4.300.135)	(3.800.000)	(4.300.135)	(3.800.000)
Provisão (reversão) para descomissionamento da barragem de Germano	462.837	346.713	462.837	346.713
Despesas com passivo ambiental barragem Germano	(469.158)	(125.193)	(469.158)	(125.193)
Provisão (reversão) para perda desvalorização ativo – UGC (nota 12.1)	9.040.118	664.993	9.040.118	664.993
Despesas Tributárias	(62.277)	(26.265)	(62.277)	(26.265)
Despesas com investimentos e projetos sociais	(27.615)	(18.240)	(27.615)	(18.240)
Despesas com Fundação Renova (a)	(3.699.865)	(9.263)	(3.699.865)	(9.263)
Gastos com pesquisas (nota 13)	(18.570)	(23.538)	(18.570)	(23.538)
Honorários advocatícios e periciais	(5.602)	(4.398)	(5.602)	(4.398)
Ajuste de estoque (almoxarifado)	(3.855)	(4.096)	(3.855)	(4.096)
Reversão para baixa ativo permanente	-	5.459	-	5.459
Outras provisões	(2.057)	(670)	(2.057)	(670)
Participações dos empregados	(49.500)	-	(49.500)	-
Outras, líquidas	(62.905)	147.823	(62.925)	147.778
Conversão de moeda (b)	(37)	2.770.214	(37)	2.770.214
<b>Total</b>	<b>(16.084.237)</b>	<b>(3.491.927)</b>	<b>(16.084.257)</b>	<b>(3.491.972)</b>



- (a) Provisões e despesas referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3.
- (b) O efeito das variações a taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (real).

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

Receitas financeiras	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Rendimento sobre depósitos judiciais (a)	12.708	49.283
Rendimentos com aplicações financeiras	472	82
Descontos obtidos	7.069	12
Outras receitas financeiras	2.705	1.215
<b>Receitas financeiras - consolidado</b>	<b>22.954</b>	<b>50.592</b>
Receitas registradas das controladas	(245)	(5)
<b>Receitas financeiras – controladora</b>	<b>22.709</b>	<b>50.587</b>

Despesas financeiras	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.538.979)	(1.349.736)
Juros sobre contingências (A)	5.143	(1.977)
Juros moratórios e fiscais	(11.131)	(8.607)
Comissões e juros bancários	(18.853)	(19.502)
IRRF sobre juros - remessa para exterior	(187.723)	(197.840)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7.876)	(1.459)
Despesas financeiras provisão recuperação socioambiental e socioeconômica (B)	(425.332)	(1.663.636)
Despesas financeiras com passivo de arrendamento	(242)	(396)
Outras despesas financeiras	(293.133)	(297.000)
<b>Despesas financeiras - consolidado</b>	<b>(2.478.126)</b>	<b>(3.540.153)</b>
Despesas registradas das controladas	41	25
<b>Despesas financeiras controladora</b>	<b>(2.478.085)</b>	<b>(3.540.128)</b>



- (a) Refere-se a atualização dos depósitos judiciais e das provisões para contingências referentes aos processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais.
- (b) Atualização financeira das provisões referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme divulgado na nota explicativa 3(i).

O saldo de variação cambial está representado como segue:

<b>Variações cambiais</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Caixa	8.440	3.624
Clientes	(5.566)	(174)
Tributos a recuperar	(11.227)	(24.689)
Depósitos judiciais	(152.573)	(512.129)
Fornecedores	(980)	30.134
Salários, provisões e contribuições sociais	2.549	3.466
Tributos a recolher	53.013	137.108
Dividendos	202.818	719.811
Contingência	14.908	55.692
Imposto de renda diferido	349.870	274.841
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	761.564	1.591.916
Provisões Diversas	1.689.575	3.785.096
Outras	1.398	92.984
<b>Variações cambiais, líquidas – consolidado</b>	<b>2.913.789</b>	<b>6.157.680</b>
Variações cambiais, líquidas – registradas das controladas	108	(82)
<b>Variações cambiais, líquidas – controladora</b>	<b>2.913.897</b>	<b>6.157.598</b>

## 28. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 25%.

### 28.1 Imposto de renda a pagar

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Saldo do início do exercício</b>	-	-	9	167
Provisões do período	45.622	36.787	45.741	36.983
Pagamentos	(196.658)	(36.787)	(196.740)	(37.141)
Imposto de renda a recuperar	151.036	-	151.036	-
<b>Saldo do final do exercício</b>	-	-	46	9

### 28.2 Imposto de renda diferido

A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo não circulante constituído sobre provisões temporariamente não dedutíveis a alíquotas de 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste lucro real.

Em função da incerteza da retomada das atividades operacionais da Companhia (nota explicativa 1(b)), foi realizada uma análise referente a realização do imposto de renda diferido constituído até 31 de dezembro de 2021.

E, por entender que os lucros fiscais futuros e passíveis de tributação a alíquota de 25% não serão suficientes para suportar a utilização do imposto de renda diferido e do prejuízo fiscal, a

Companhia optou por efetivar a baixa do Imposto de renda diferido.

### 28.3 Imposto de renda diferido sobre os itens não monetários

As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional Dólar norte-americano (US\$) para o Real (R\$), que é a moeda de apresentação, enquanto a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda Real (R\$). Dessa forma, a flutuação na taxa pode ter um efeito significativo no valor das despesas de imposto de renda, principalmente sobre os ativos não monetários.

Composição do imposto de renda diferido de itens monetários e não monetários, líquidos:

	2021	2020
<b>Valores constituídos pela alíquota de:</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
Provisão para perdas sobre ICMS – ES e MG	380.829	369.741
Provisão de retificações de redução de preços	13.913	-
Provisão para participação nos resultados	12.375	-
Provisão para ações cíveis	2.362	3.455

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

	2021	2020
Valores constituídos pela alíquota de:	25%	25%
Provisão para ações tributárias	14.022	16.084
Provisão para ações trabalhistas	13.806	16.982
Provisão para ações ambientais	11	75
Provisão para direitos minerários	28.055	28.055
Provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	8.538.070	4.259.083
Provisão outras contas a pagar de partes relacionadas	3.614.158	2.539.125
Provisão ambiental barragem de Germano	498.364	586.404
Passivo Atuarial	(1.407)	-
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	123.371	85.192
Variação cambial não realizada	3.266.603	2.521.568
Provisão impairment	-	2.260.029
Prejuízo fiscal	-	3.374.556
Provisão para perda do prejuízo fiscal	-	(3.374.556)
Outras	(33.646.769)	168.125
Provisão para perda do ativo	17.142.271	(12.680.787)
<b>Total ativo consolidado</b>	<b>34</b>	<b>173.131</b>
Depreciação fiscal	(1.336.602)	(1.229.470)
Receita financeira sobre depósito judiciais	-	(163.155)
Conversão – diferença de moeda funcional	(4.478.734)	(4.120.926)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>(5.815.336)</b>	<b>(5.513.551)</b>
<b>Total líquido consolidado</b>	<b>(5.815.302)</b>	<b>(5.340.420)</b>
Provisões registradas nas controladas	(34)	(12)
<b>Total líquido controladora</b>	<b>(5.815.336)</b>	<b>(5.340.432)</b>

A Samarco alterou para o ano-base 2021 o critério de apuração do IRPJ, deixando de adotar o incentivo fiscal de alíquota de 18% sobre a atividade de exportação de mineral abundante, e passando a recolher o imposto conforme regra geral do Lucro Real com a incidência da alíquota final de 25%. Não obstante a Companhia possua decisão transitada em julgado que lhe assegure a apuração com a incidência de alíquota diferenciada de 18%, desde o ano-base 2000 a Receita Federal do Brasil promoveu reiteradas autuações questionando a forma de apuração adotada pela Companhia, as quais ainda são discutidas no âmbito administrativo e judicial. Com o recente retorno operacional e com o intuito de promover maior previsibilidade à Companhia, optou-se por não utilizar o incentivo fiscal no período, de modo a se evitar novos questionamentos pelas autoridades fiscais quanto a este tema, não obstante a Companhia entenda legítima a apuração com a aplicação da alíquota incentivada, e prosseguirá com as discussões pretéritas em andamento.

A expectativa de realização do imposto de renda diferido de conversão e de depreciação fiscal encontra-se detalhada abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	De 8 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total 2021
Conversão – diferença de moeda funcional	157.860	304.122	365.661	1.040.099	484.756	2.126.201	4.478.699
Depreciação fiscal	-	-	-	-	-	1.336.603	1.336.603
<b>Total consolidado</b>	<b>157.860</b>	<b>304.122</b>	<b>365.661</b>	<b>1.040.099</b>	<b>484.756</b>	<b>3.462.804</b>	<b>5.815.302</b>
Provisões nas controladas	34	-	-	-	-	-	34
<b>Total controladora</b>	<b>157.894</b>	<b>304.122</b>	<b>365.661</b>	<b>1.040.099</b>	<b>484.756</b>	<b>3.462.804</b>	<b>5.815.336</b>

## 28.4 Imposto de renda no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Prejuízo antes do imposto de renda</b>	<b>(9.525.601)</b>	<b>(2.216.288)</b>	<b>(9.525.482)</b>	<b>(2.216.091)</b>
Diferença de moeda funcional - art.62 da Lei 12.973/2014	(4.853.680)	(15.314.687)	(4.853.680)	(15.314.687)
<b>Prejuízo líquido tributável</b>	<b>(14.379.281)</b>	<b>(17.530.975)</b>	<b>(14.379.162)</b>	<b>(17.530.778)</b>
<b>Diferenças permanentes:</b>				
Equivalência patrimonial	(22.636)	(8.204)	-	-
Lucros auferidos no exterior	20.990	213	20.990	213
Multas fiscais não dedutíveis	638	1.834	638	1.834
Doações não dedutíveis	10.345	10.771	10.345	10.771
Variação realizada (regime caixa)	66.851	-	44.215	-
Outras adições (exclusões) permanentes	18.627	166	18.627	(8.038)
<b>Diferenças temporárias:</b>				
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	21.416.080	8.664.583	21.416.080	8.664.583
Provisão para descaracterização barragem de Germano	-	(188.195)	-	(188.195)
Provisão para baixa de ativos imobilizado	-	(5.459)	-	(5.459)
Depreciação fiscal	(428.529)	(585.790)	(428.529)	(585.790)
Rendimentos sobre depósitos judiciais	(10.193)	(47.435)	(10.193)	(47.435)
Variação cambial não realizada	2.489.585	6.638.515	2.489.585	6.638.515
Impairment	(9.040.117)	(664.993)	(9.040.117)	(664.993)
Outras adições (exclusões) temporárias	118.379	268.969	118.260	268.772
<b>Lucro (Prejuízo) fiscal antes da compensação</b>	<b>260.739</b>	<b>(3.446.000)</b>	<b>260.739</b>	<b>(3.446.000)</b>
Compensação prejuízo fiscal	(78.250)	-	(78.250)	-
Lucro (Prejuízo) Fiscal após a compensação	182.489	(3.446.000)	182.489	(3.446.000)
Alíquota nominal	25%	25%	25%	25%
<b>Imposto de renda apurado</b>	<b>(45.622)</b>	<b>861.500</b>	<b>(45.622)</b>	<b>861.500</b>
Imposto de renda diferido depreciação fiscal	(107.132)	(146.481)	(107.132)	(146.481)
Imposto de renda diferido adições (exclusões) temporárias	4.920.280	3.519.878	4.920.280	3.519.878
Imposto de renda das empresas do exterior	-	-	(119)	(197)

>> CONTINUA

>> CONTINUAÇÃO

Provisão para perda imposto de renda diferido adições temporárias	(4.949.807)	(3.519.878)	(4.949.807)	(3.519.878)
Provisão para perda de prejuízo fiscal	19.563	(861.500)	19.563	(861.500)
Imposto de renda diferido de conversão	(357.808)	(2.226.604)	(357.808)	(2.226.604)
<b>Imposto de renda no resultado</b>	<b>(520.526)</b>	<b>(2.373.085)</b>	<b>(520.645)</b>	<b>(2.373.282)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>3,11%</b>	<b>13,54%</b>	<b>3,11%</b>	<b>13,54%</b>

A seguir, apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda segregado entre corrente e diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda corrente	(45.622)	-	(45.741)	(197)
Imposto de renda diferido prejuízo fiscal	-	861.500	-	861.500
Provisão para perda de imposto de renda diferido prejuízo fiscal	19.563	(861.500)	19.563	(861.500)
Provisão para imposto de renda diferido	4.324.936	3.519.878	4.324.936	3.519.878
Provisão para perda imposto de renda diferido	(4.461.595)	(3.666.359)	(4.461.595)	(3.666.359)
Imposto de renda diferido sobre itens não monetários	(357.808)	(2.226.604)	(357.808)	(2.226.604)
<b>Despesas de imposto de renda diferido e corrente</b>	<b>(520.526)</b>	<b>(2.373.085)</b>	<b>(520.645)</b>	<b>(2.373.282)</b>

## 29. COMPROMISSOS (Commitments)

A Companhia possui contratos de longo prazo para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado, conforme mostra a tabela a seguir:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2021	Total 2020
Gastos de capital para ampliação e renovação de imobilizado	383.412	24	-	-	-	383.436	399.940
Serviços e outros	1.518.220	827.675	379.803	237.037	20.909	2.983.644	2.114.026
Aquisição de minério de ferro	-	-	-	-	-	-	3.746.734
Fornecimento de energia e matéria-prima	628.188	263.922	117.770	240.733	-	1.250.613	1.201.986
Custos de fretamento e logística	-	-	-	-	-	-	3.472
	<b>2.529.820</b>	<b>1.091.621</b>	<b>497.573</b>	<b>477.770</b>	<b>20.909</b>	<b>4.617.693</b>	<b>7.466.158</b>

Os *commitments* demonstram os compromissos que a Samarco possui que são as obrigações contratuais de longo prazo com os fornecedores para renovação e ampliação de ativo fixo, bem como para a prestação de serviços diversos objetivando a manutenção das unidades fabris e administrativas, aquisição de

minério de ferro junto a terceiros, fornecimento de energia e insumos, assim como custos de fretamento com embarques.

### 30. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Acionistas		Entidade sob controle comum	Controladas		Controladora		Consolidado		
	BHP Billiton Brasil	Vale	Ponta Ubu Agropecuária	Samarco Finance	Samarco Europe	2021	2020	2021	2020	
<b>Ativo circulante</b>										
Contas a receber (nota 6) (a)	-	-	-	2.288	-	2.288	2.131	-	-	
<b>Ativo não circulante</b>										
Adiantamento a fornecedores (b)	-	44.085	-	-	-	44.085	44.085	44.085	44.085	
Demais ativos (nota 10)	-	-	1.327	-	-	1.327	1.327	1.327	1.327	
Imobilizado (c)	-	10.831	-	-	-	10.831	11.424	10.831	11.424	
<b>Passivo circulante</b>										
Fornecedores (Nota 14)	-	1.503	-	-	-	1.503	-	1.503	-	
Demais passivos (comissões/serviços a pagar) nota 21	-	-	-	-	41.936	41.936	22.383	-	-	
Empréstimos e Financiamentos (nota 15)	4.771.354	4.771.354	-	-	-	9.542.708	8.472.544	9.542.708	8.472.544	
Encargos Financeiros	67.278	67.278	-	-	-	134.556	147.660	134.556	147.660	
<b>Passivo não circulante</b>										
Dividendos (nota 22)	1.402.774	1.402.774	-	-	-	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548	
Direitos Minerários (nota 20) (d)	-	112.222	-	-	-	112.222	112.222	112.222	112.222	
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas (e)	7.228.317	7.228.317	-	-	-	14.456.634	10.156.499	14.456.634	10.156.499	
<b>Demonstração do resultado</b>										
Despesas com vendas, gerais e administrativas (nota 25)	-	-	-	-	(26.008)	(26.008)	(2.389)	-	-	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 26) (e)	(2.150.067)	(2.150.067)	-	-	-	(4.300.134)	(3.800.000)	(4.300.134)	(3.800.000)	
Despesas financeiras	6.552	6.552	-	-	(241)	12.863	(28.191)	13.104	(28.191)	

- (a) O saldo de contas a receber e receitas da controlada Samarco Finance refere-se à venda de minério de ferro, adquirido da Controladora e vendido no mercado externo a terceiros.
- (b) Pagamento antecipado de R\$ 44.085, à Vale pelo arrendamento parcial dos direitos minerários de “Conta História Norte” e “Alegria” (áreas de exploração minerária). A Vale é responsável pela manutenção integral dos direitos até a data de averbação do arrendamento, pela autoridade competente.
- (c) Bens cedidos em comodato para a Vale.
- (d) A Companhia celebrou em novembro de 1989, com a Vale, um contrato de transferência de direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro. O contrato rege que a Vale cedeu e transferiu à Samarco direitos de exploração sobre duas reservas minerais.

O valor do contrato observou o pagamento dos direitos minerários: (i) Pagamento único efetuado no montante de R\$ 19.972, e (ii) Pagamentos variáveis correspondentes a 4% sobre o valor bruto dos dividendos pagos pela Samarco aos seus acionistas até a exaustão das reservas.

O preço pactuado no contrato não é fixo, sendo estabelecido como um percentual sobre os dividendos brutos pagos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve pagamentos.

- (e) Aporte dos Acionistas Vale e BHP Billiton Brasil para a Fundação Renova, conforme divulgado na nota explicativa 3(f).

#### Remuneração do pessoal-chave da administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Remuneração (i)	13.153	7.994
Plano de assistência médica	52	28
Previdência privada	628	592
Seguro de vida	97	92
	<b>13.930</b>	<b>8.706</b>

- (i) Inclui ordenados, salários e indenização.

São consideradas pessoas chave da Administração os membros da diretoria e os gerentes gerais.



## 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 31.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos financeiros a pagar e outros passivos.

A Administração desses instrumentos visa assegurar a máxima liquidez, rentabilidade e segurança possíveis. A gestão financeira

leva em conta a análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.) e das políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, sempre aprovadas por seu Comitê de Finanças.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

### 31.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme abaixo:

Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	1.994.145	79.938	2.000.775	83.846
Aplicações financeiras em caixa restrito	1.438	2.848	1.438	2.848
Contas a receber	448.199	2.274	445.943	175
Outras contas a receber (nota 9)	-	4.319	-	4.319
Demais ativos (nota 10)	13.774	10.439	13.837	10.502
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.457.556</b>	<b>99.818</b>	<b>2.461.993</b>	<b>101.690</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Demais ativos (nota 10)	19.842	15.288	19.842	15.288
<b>Total do ativo</b>	<b>2.477.398</b>	<b>115.106</b>	<b>2.481.835</b>	<b>116.978</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	475.684	258.321	475.701	258.373
Empréstimos e financiamentos	30.843.677	28.313.792	30.843.677	28.313.792
Encargos financeiros a pagar	6.536.828	4.767.459	6.536.828	4.767.459
Demais passivos (nota 21)	198.614	98.901	156.802	76.640
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>38.054.803</b>	<b>33.438.473</b>	<b>38.013.008</b>	<b>33.416.264</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Demais passivos (nota 21)	154.240	130.967	154.240	130.967
<b>Total do passivo</b>	<b>38.209.043</b>	<b>33.569.440</b>	<b>38.167.248</b>	<b>33.547.231</b>

### 31.3 Fatores de risco financeiro

As atividades regulares da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito,

risco de mercado (incluindo risco de preço, risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio) e risco de liquidez, conforme segue:

#### (a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, objetivando mitigar riscos de não recebimento das vendas em aberto e aquelas a serem realizadas. A Companhia utiliza uma metodologia robusta de análise de crédito de suas contrapartes (clientes), que combina ferramentas externas e internas para a classificação do risco. As ferramentas utilizam-se de informações quantitativas (como

informações financeiras da contraparte), bem como informações qualitativas (posição estratégica da contraparte e o histórico de relacionamento comercial). Com base no risco de crédito atribuído para a contraparte, a Companhia utiliza diferentes estratégias para mitigação do risco, como pagamento antecipado, cartas de crédito, garantias corporativas, entre outros.

Considerando o retorno parcial das operações em dezembro de 2021, a receita bruta de vendas foi de R\$ 9.028.950 em 2021 (R\$ 123.916 em 2020), enquanto a perda de crédito esperada em 2021 foi de R\$ 24.897 (R\$ 22.602 em 2020), no Consolidado.

A exposição ao risco de crédito dos recebíveis está distribuída conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Oriente Médio / África	26,66%	8,8%
Ásia	34,98%	91,2%
Europa	26,21%	-
Américas	12,15%	-

#### (i) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem impactos inesperados em função da oscilação das taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros, bem como da inflação. A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é estabelecida em Dólares norte-americanos. Do total dos empréstimos e financiamentos R\$ 12.394 milhões são relacionados a taxas fixas e R\$ 18.450 milhões a taxas flutuantes, sendo estas correspondentes majoritariamente à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual. A Companhia não possui proteção para a variação da LIBOR, em conformidade com suas diretrizes internas e de seus acionistas. O risco de taxa de juros decorre também de pequena parcela da dívida referenciada ao IGP-DI.

(ii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras (moedas diferentes da moeda funcional) utilizadas pela Companhia para aquisição de insumos e/ou serviços nacionais, pagamento de tributos, dividendos e outros. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos, em Reais, que podem exercer influência, sobre o resultado da mesma, pela variação da taxa de câmbio:

**(<sup>1</sup>) Exposição do ativo**

Ativo circulante	Consolidado	
	2021	2020
Caixas e equivalentes de caixa	7.794	43
Aplicações financeiras em caixa restrito	1.438	1.355
Contas a receber no país	956	203
Tributos a recuperar	260.132	39.877
Despesas antecipadas	4.771	4.497
Outras contas a receber	-	4.319
Demais ativos	13.837	10.502
<b>Ativo não circulante</b>		
Depósitos judiciais	2.015.142	1.946.192
Tributos a recuperar	75.575	76.743
Demais ativos	19.842	15.288
	<b>2.399.487</b>	<b>2.099.019</b>



## (<sup>2</sup>) Exposição do passivo

Passivo circulante	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores	(468.446)	(245.206)
Empréstimos, financiamentos e encargos	(9.853.937)	(8.798.645)
Salários, provisões e contribuições sociais	(90.610)	(29.476)
Tributos a recolher	(753.761)	(532.347)
Provisão para imposto de renda	(46)	(9)
Provisões diversas	(21.214.115)	(5.205.843)
Demais Passivos	(196.465)	(74.555)
<b>Passivo não circulante</b>		
Tributos a recolher	(142.534)	(112.142)
Provisões para contingências	(50.460)	(132.726)
Imposto de renda diferido	(5.815.302)	(5.340.420)
Dividendos	(2.805.548)	(2.805.548)
Provisões diversas	(16.231.597)	(16.478.175)
Outras contas a pagar no país de partes relacionadas	(14.456.634)	(10.156.499)
Demais passivos	(150.928)	(126.960)
	<b>(72.230.383)</b>	<b>(50.038.551)</b>

## (<sup>3</sup>) Exposição não registrada no balanço:

	2021	2020		2021	2020
<b>Ações tributárias</b>			<b>Ações cíveis</b>		
Expectativa de perda remota	(2.418.485)	(2.400.150)	Expectativa de perda remota	(182.742)	(156.079)
Expectativa de perda possível	(12.930.929)	(12.894.184)	Expectativa de perda possível	(6.133.036)	(1.772.294)
<b>Ações trabalhistas</b>			<b>Ações ambientais</b>		
Expectativa de perda remota	(236.515)	(61.114)	Expectativa de perda remota	(74.300)	(363)
Expectativa de perda possível	(577.530)	(653.074)	Expectativa de perda possível	(1.569.928)	(1.739.572)

<b>Resumo da exposição de taxa de câmbio</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Exposição registrada no balanço <sup>(1 + 2)</sup>	(69.830.896)	(47.939.532)
Exposição não registrada no balanço <sup>(3)</sup>	(24.123.465)	(19.676.830)
<b>Exposição líquida total</b>	<b>(93.954.361)</b>	<b>(67.616.362)</b>

A Companhia não realiza operações financeiras de proteção aos seus ativos e passivos em Reais, em conformidade com suas diretrizes internas. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo US\$1,00 equivalente a R\$ 5,5799 em 31 de dezembro de 2021 e US\$ 1,00 equivalente a R\$ 5,1961 em 31 de dezembro de 2020.

(iii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

#### Caixa e equivalentes de caixa

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo</b>				
Grau de Investimento ( <i>Investment Grade</i> )	1.994.145	79.938	2.000.775	83.846
	<b>1.994.145</b>	<b>79.938</b>	<b>2.000.775</b>	<b>83.846</b>

Foram incluídas nessa categoria contas correntes e aplicações financeiras em bancos.



## Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Contrapartes com Classificação Externa de Crédito (S&amp;P)</b>				
Grau de Investimento ( <i>Investment Grade</i> )	375.936	6	375.957	6
<b>Contrapartes sem Classificação Externa de Crédito (S&amp;P)</b>				
Grupo 1 – clientes com até 5 anos de relacionamento	47	-	47	-
Grupo 2 - clientes com mais de 5 anos com baixo histórico de inadimplência	142.702	15.848	142.697	15.865
Grupo 3 – clientes no país e que não são de minério de ferro	7.793	6.906	7.793	6.906
<b>Despesas de imposto de renda diferido e corrente</b>	<b>526.478</b>	<b>22.760</b>	<b>526.494</b>	<b>22.777</b>

### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos prazos devidos.

A Administração da Companhia tem enfrentado desafios em sua gestão de risco de liquidez, em decorrência da suspensão de suas operações produtivas após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, como, por exemplo, o não cumprimento de certas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A liquidez da Companhia em 2020 foi suportada por recursos provindos de seus Acionistas, via emissão de debêntures privadas não conversíveis, como detalhado na nota explicativa 15. Com o retorno gradual de suas atividades operacionais ao final de 2020, o fluxo de caixa começou a apresentar as entradas de recursos novamente.

Os valores contábeis dos fluxos de caixa dos passivos financeiros (excluindo empréstimos e contas a pagar a acionistas) são:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>2021</b>		
	<b>Valor</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 – 10 anos</b>
Fornecedores	475.701	475.701	-
Empréstimos e financiamentos	21.300.969	21.300.969	-
Encargos financeiros a pagar	6.366.734	6.366.734	-

O valor dos fluxos de caixa não descontados contratados está demonstrado assim:

<b>Passivos financeiros</b>	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>2022</b>	
			<b>0 - 6 meses</b>	<b>6- 12 meses</b>
Fornecedores	475.701	475.701	474.906	795
Empréstimos e financiamentos	21.300.969	21.300.969	21.300.969	-
Encargos financeiros	6.366.734	6.366.734	6.366.734	-
<b>Total</b>	<b>28.143.404</b>	<b>28.143.404</b>	<b>28.142.609</b>	<b>795</b>

Conforme explicado na nota explicativa 3(d), além dessas obrigações financeiras constantes na tabela, há aquelas estabelecidas nos termos do TTAC, que afetam a liquidez da Companhia. É importante ressaltar que, na medida em que a Samarco não disponha de recursos para cumprir com tais obrigações financeiras, cada um de seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil o fará, conforme suas participações de 50% cada no capital social da Samarco.

### (c) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos financeiros atrelados a passivos que possuem indexação a principalmente à Libor, no caso dos financiamentos externos de longo prazo e do IGP-DI para operações no país.



Com o intuito de identificar a sensibilidade do indexador, nas dívidas de natureza de longo prazo, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes, de forma a abranger o período dos 12 meses seguintes. Com base no índice acumulado de IGP-DI e na taxa Libor válida para 6 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2021, a Companhia definiu um cenário provável e outros dois cenários adicionais, a partir do primeiro - cenários II e III, com elevação de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos no exterior	Libor	0,3387%	0,4234%	0,5081%
Juros em 31 de dezembro de 2021		38.178	47.722	57.267
Empréstimos e financiamentos no país	IGP-DI	17,743%	22,179%	26,615%
Juros em 31 de dezembro de 2021		626	782	939

A simulação considera os saldos das respectivas dívidas (em dólar e em moeda local) em 31 de dezembro de 2021 com repagamento apenas no final do período.

De forma a identificar a sensibilidade de variações decorrentes de moeda estrangeira às quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2021, foram definidos três cenários diferentes para as contas ativo e passivo, sendo que os cenários II e III contemplam redução da taxa cambial de 25% e 50%, respectivamente, a partir do primeiro, denominado cenário provável I.

Passivo financeiro	Exposição (R\$)	Cenário provável I (US\$)	Cenário II (US\$)	Cenário III (US\$)
Taxa cambial - (Risco - R\$/US\$)	-	5,5799	4,1849	2,7900
Total ativo	2.399.487	430.023	573.364	860.046
Total passivo	(72.230.383)	(12.944.745)	(17.259.660)	(25.889.490)
<b>Exposição líquida em Reais registrada no balanço</b>	<b>(69.830.896)</b>	<b>(12.514.722)</b>	<b>(16.686.296)</b>	<b>(25.029.444)</b>



### 31.4 Garantias bancárias

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia possui fianças bancárias de instituições financeiras emitidas por prazo indeterminado, em sua maioria para garantia de suspensão de exigibilidade de processos de execução fiscal no montante total, atualizado em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 1.122.027 (31 de dezembro de 2020 de R\$ 1.095.795). O montante total originalmente contratado é de R\$ 1.080.468.

Os saldos das fianças foram atualizados de acordo com os saldos das CDAs durante o ano de 2021.

Banco	Valor contratado	Valor atualizado	Indexador	Prazo
Bradesco	607.850	530.981	Selic	Indeterminado
Bradesco	27.956	25.101	VRTE	Indeterminado
Votorantim	100.948	177.093	Selic	Indeterminado
Itaú	276.052	388.852	Selic	Indeterminado
Itaú	67.662	-	IPCA-E	Indeterminado
<b>Total</b>	<b>1.080.468</b>	<b>1.122.027</b>		

### 31.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a liquidez, gerenciando o custo do capital de forma a minimizá-lo, e, ao mesmo tempo, oferecer retorno sustentável e adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração usualmente monitora seu nível de endividamento, alinhado à sua política de dividendos, que, por sua vez, segue as diretrizes dos acionistas.

Em condições normais de operação, a Companhia monitora e gerencia os níveis de alavancagem financeira de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos na forma de financial covenants (Net Debt/EBITDA). O Net Debt/EBITDA é um índice que corresponde à dívida líquida em comparação com a geração

de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Em dezembro de 2020, a Samarco, após contar com poucos dias de receita após seu retorno operacional, não conseguiu cumprir o limite do Net Debt/ EBITDA de 4:1 em seus contratos financeiros.



Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida como abaixo:

	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos	37.380.505	33.081.251
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito	(2.002.213)	(86.694)
<b>Dívida líquida</b>	<b>35.378.292</b>	<b>32.994.557</b>
Total do patrimônio líquido	(64.485.811)	(51.021.040)
<b>Total do capital</b>	<b>(29.107.519)</b>	<b>(18.026.483)</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	<b>(122%)</b>	<b>(183%)</b>

Em condições normais, a análise dos referidos indicadores, suporta o processo de gestão de capital de giro, de forma a manter o grau de alavancagem da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera adequado.

### 31.6 Hierarquia de valor justo

A Companhia considera "valor justo" como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo premissas acerca de riscos e os riscos inerentes aos inputs utilizados na técnica de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para recorrer à mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Conseqüentemente, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de inputs observáveis e minimiza o uso de inputs não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo com base nos inputs observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os inputs utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes:

- **Nível 1.** Mercado ativo: preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como

cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associações de mercado por entidades que visam ter preços divulgados por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2.** Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, uma análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais.
- **Nível 3.** Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em ações/participações acionárias ou patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivativos que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações/participações não negociadas.

	Saldo em 2021	Hierarquia de valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	37.380.505	16.432.252*	20.948.253	-

(\*) Valor referente apenas aos Bonds, os demais empréstimos e financiamentos foram classificados como nível 2.

O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado conforme a seguir:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Bonds (i)	16.410.787	9.883.823	14.384.812	10.071.290
EPPs (export pre payments) (ii)	10.490.732	7.049.605	9.419.123	7.953.814
Outros	10.478.986	8.797.565	9.277.316	8.720.218
	<b>37.380.505</b>	<b>25.730.993</b>	<b>33.081.251</b>	<b>26.745.322</b>

- (i) O valor justo das operações de *bonds* é obtido pela cotação do título no mercado secundário (utilizado o valor de fechamento, informado pela *Bloomberg*);
- (ii) Para as operações de empréstimo na modalidade EPP (Export Pre-Payment), as operações de debêntures e outras operações de valores pouco representativos, que não possuem divulgação em mercado secundário de dívida, ou para as quais o referido mercado não apresenta liquidez suficiente, o cálculo do valor justo também foi feito com base na cotação dos *bonds* no mercado secundário.

A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, tais como contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e, fornecedores, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações

significativas em relação aos respectivos valores justos.

## 32. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar riscos e considerando a natureza de suas operações, a Companhia mantém sob contrato diversas modalidades de apólices de seguro. As apólices estão em linha com a política de gestão de riscos, as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras empresas na mesma linha de negócios da Samarco. As coberturas dessas apólices incluem: seguro de ativos operacionais, seguro de vida e de acidentes pessoais, frota de veículos, seguros de responsabilidade civil, riscos diversos, garantias e outros.

A apólice de responsabilidade civil e de operações da Companhia foi devidamente renovada e tem vencimento em 09 de maio de 2022, e as tratativas para renovação da apólice estão em andamento. As coberturas para barragens, diques, descarte de rejeitos e similares estão excluídas da apólice.

Além disso, a Samarco mantém uma apólice de seguro de responsabilidade civil com cobertura para diretores e administradores, com vigência até abril de 2022 e possui limite máximo de cobertura no valor de R\$45.000. Este seguro cobre os membros do conselho de administração, diretoria, conselho fiscal e qualquer outro órgão mencionado no estatuto social, bem como determinados empregados nos níveis de gestão, tanto na Companhia como em suas controladoras (coletivamente denominadas “Seguradas”). A apólice cobre perdas financeiras resultantes de reclamações contra o segurado por atos e omissões no exercício de suas funções de contratação. Abrange também os acordos previamente autorizados pela seguradora com a finalidade de encerrar ações judiciais ou administrativas e cobertura para pagamento de custos de defesa do segurado, se e quando incorridos.

O seguro de riscos operacionais da Samarco, foi contratado em 29 de dezembro de 2021, com vigência até 29 de dezembro de 2022. O instrumento visa amparar os bens pertencentes à Companhia, danos materiais de causa externa e interna e perdas econômicas decorrentes dessas ocorrências. Os danos diretos e consequentes de quaisquer eventos relacionados a barragem e similares estão excluídos da apólice em vigor.

É mantido em vigor desde 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC – Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, conforme descrito em nota explicativa 3(k).

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### a) Termo de Compromisso para descaracterização da Barragem do Germano e Cava do Germano.

Em 25 de fevereiro de 2022 a Samarco firmou Termo de Compromisso com o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e o Ministério Público Federal (MPF), e interveniência da Agência Nacional de Mineração (ANM), para descaracterização da Barragem do Germano e Cava do Germano, em Mariana.

O Termo de Compromisso foi firmado em razão da inviabilidade técnica de cumprimento do prazo de 03 anos previsto na Lei Estadual nº 23.291/2019, conforme atestam os quatro pareceres técnicos e os projetos e cronogramas apresentados previamente pela Samarco aos órgãos competentes. O acordo tem por objetivo garantir que a descaracterização das estruturas da empresa seja concluída em prazo adequado e que as atividades continuem sendo acompanhadas por equipe técnica externa independente até que sejam encerradas. O acordo também prevê o custeio de projetos voltados à preservação ambiental e ao aprimoramento da atuação pública relacionada à segurança de barragens de rejeitos de mineração, no montante de R\$ 116.280 a serem desembolsados em 8 parcelas anuais, atualizadas pelo IPCA.

As obras de descaracterização, iniciadas antes mesmo da lei de 2019, seguem em estágio avançado e são, desde o início, acompanhadas por meio de auditoria independente especializada, atendendo às normas estaduais e federais vigentes.

#### b) Adendo à Licença Operacional Corretiva da Samarco

Em 25 de março de 2022 foi aprovado o adendo (35 ha) à Licença de Operação Corretiva - LOC pela Câmara de Atividades Minerárias (CMI), do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), que permite a ampliação de lavra nas minas de Alegria Norte e Sul, em Germano.

A licença obtida pela Companhia é fundamental para a continuidade da operação de lavra da Samarco. Os trabalhos para avançar a lavra nas áreas autorizadas estão em conformidade com as normas estabelecidas pelos órgãos Ambientais.



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### Membros efetivos

Carla Wilson  
Cláudio Renato Chaves Bastos  
Nelly Angelica Pazó León  
Vagner Silva de Loyola Reis

### Suplentes

Ivan Apsan Frediani  
Kesley Medeiros Julianelli  
Simon John Duncombe

## DIRETORIA

Rodrigo Alvarenga Vilela  
Diretor Presidente

Gustavo de Abreu Souza Selayzim  
Diretor Financeiro

Luiz Fabiano Silveira Saragiotto  
Diretor de Reestruturação

Reuber Luiz Neves Koury  
Diretor de Projetos e Sustentabilidade

Sergio Gonçalves Mileipe  
Diretor de Planejamento e Operações

## RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lucas Brandão Filho  
Contador - CRC-MG 046442/O – TES



